



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ
PRÓ – REITORIA DE PESQUISA E PÓS – GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO EM GEOGRAFIA-PPGEO

RÔMULO ALVES DE VASCONCELOS

**TRANSFORMAÇÕES SÓCIO-ESPACIAIS NO DISTRITO DA ILHA DE SANTANA-
AP, NO PERÍODO DE 2007 A 2022**

MACAPÁ – AP
2022

RÔMULO ALVES DE VASCONCELOS

**TRANSFORMAÇÕES SÓCIO-ESPACIAIS NO DISTRITO DA ILHA DE SANTANA-
AP, NO PERÍODO DE 2007 A 2022**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação
Mestrado em Geografia da Universidade Federal do Amapá,
como requisito à obtenção do título de Mestre em Geografia.

Linha de pesquisa: Sociedade e Dinâmicas Territoriais.

Orientador: Prof. Dr. José Francisco Carvalho Ferreira

Coorientadora: Professora. Dr^a. Eliane Aparecida Cabral daSilva

MACAPÁ - AP
2022

V331 Vasconcelos, Rômulo Alves de.

Transformações sócio-espaciais no distrito da ilha de Santana-AP, no período de 2007 a 2022 / Rômulo Alves de Vasconcelos; coorientadora, Eliane Aparecida Cabral da Silva; orientador, José Francisco Carvalho Ferreira. - 2022.

112f.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Amapá, Programa de Pós- Graduação em Geografia, Macapá, 2022.

1. Espaço – Geografia. 2. Paisagem – Amapá. 3. Arquipélagos. I. Silva, Eliane Aparecida Cabral da, coorientadora. II. Ferreira, José Francisco Carvalho, orientador. III. Universidade Federal do Amapá. IV. Título.

CDD 23. ed. – 910

RÔMULO ALVES DE VASCONCELOS

**TRANSFORMAÇÕES SÓCIO-ESPACIAIS NO DISTRITO DA ILHA DE SANTANA-
AP, NO PERÍODO DE 2007 A 2022**

Linha de Pesquisa: Sociedade e Dinâmicas Territoriais

Banca Examinadora:

Presidente/Orientador: *José Francisco de Carvalho Ferreira*

Prof. Dr. Prof. Dr. José Francisco Carvalho Ferreira

Instituição: UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ – PPGeo - UNIFAP

Coorientadora: *Eliane ap. Cabral da Silva*

Professora Dr^a. Eliane Aparecida Cabral da Silva

Instituição: UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ – PPGeo - UNIFAP

Examinador Externo: *Márcio Douglas Brito Amoral*

Prof. Dr. Márcio Douglas Brito Amoral

Instituição: UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ – PPGeo/UFPA

Examinador Interno: *Jodival Mauricio da Costa*

Prof. Dr. Jodival Maurício da Costa

Instituição: UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ – PPGeo- UNIFAP

Resultado: APROVADO

Dedico à minha mãe, Iracema Alves de Vasconcelos, aos meus filhos Arthur e Raul, aos amigos de forma geral (pessoal e profissional), à comunidade da Ilha de Santana-AP, loco da pesquisa, fundamental para o enriquecimento da dissertação. Para a minha mãe-avó, Maria Alves Pinheiro, aos meus amigos Luis Guedes, Waldir Pereira e Cunha Lopes (in memoriam).

Epígrafe

Frente à paisagem, o geógrafo é ativo. É nessa condição que evita as simplificações do olhar vertical. O inconveniente do olhar horizontal ou oblíquo é que ele desvela apenas uma parte do real; as partes escondidas a partir de certo ponto de vista ocupam sempre uma parte considerável do espaço e aumentam rapidamente com a distância e quando os movimentos disfarçam lados inteiros da topografia. Por isso, convém multiplicar os pontos de vista. (Paul Claval).

AGRADECIMENTOS

Às forças metafísicas que me permitem caminhar essa jornada passageira da vida, com força, garra, “maluquez”, humor, discernimento racional e lógico;

À minha mãe Iracema Alves de Vasconcelos, por sempre torcer pelo meu êxito e minhas conquistas pessoais e profissionais;

Aos meus filhos Raul Lobato de Vasconcelos e Arthur Lobato de Vasconcelos, pelo incentivo e apoio incondicional que nos momentos de minha ausência dedicados aos estudos, sempre fizeram entender que o futuro é feito a partir da constante dedicação do presente;

À Dárcia Martins Lobato, mulher ilibada e companheira, mãe dos meus filhos pelo apoio incondicional na caminhada acadêmica;

In memoriam à minha Mãe-Avó, Maria Alves Pinheiro, pela minha formação educacional e seus ensinamentos que me permitiram desenvolver um caráter probo;

In memoriam ao meu pai Antônio Monteiro dos Reis, um homem honrado, sempre com palavras amigas e admiradoras;

In memoriam ao Luis Barbosa Guedes, meu grande amigo por acompanhar parte da minha caminhada pessoal, profissional (acadêmica) e pelos momentos bons que passamos juntos quando esteve em vida;

In memoriam ao Raimundo Waldir Mendes Pereira, especial amigo conhecido popularmente na Ilha de Santana como seu Waldir, proprietário do refúgio dos Pereiras, que sempre colocou à disposição seu espaço para apoio em relação às aulas de campo e como guia de turismo local que conduzia da melhor forma os visitantes até à trilha da Samaúma;

In memoriam à Cunha Lopes, meu ilustre amigo e incentivador. O doutor da comunicação radiofônica do Município de Santana-AP, com seu bordão “Santana, minha gata morena”, um ícone do rádio amapaense.

A dona Lucia Pereira, esposa do seu Waldir por sempre recepcionar com educação, alegria e apreço os visitantes, turistas e alunos, quando visitavam sua casa na Ilha de Santana;

Ao meu orientador, Prof. Dr. José Francisco Carvalho Ferreira, um ser humano brilhante, sempre compreensivo, paciente, dedicado, respeitador e incentivador em relação à questão pessoal e ao desenvolvimento da dissertação.

Sua postura tranquila e verdadeira me forneceu a confiança necessária para concluir, da melhor forma possível, o trabalho;

A minha Coorientadora, Professora. Dr^a. Eliane Aparecida Cabral da Silva, pelas sugestões e interações quanto ao trabalho, bem como suas palavras de incentivo para finalizar a dissertação;

Aos membros da banca, Prof. Dr. Márcio Douglas e Prof. Dr. Jodival Costa, pelas contribuições dadas para o enriquecimento e aperfeiçoamento do trabalho;

Ao Programa de Pós-Graduação em Geografia e seu corpo docente, por compartilhar seus conhecimentos durante as aulas, seminários e palestras durante todo o curso;

Ao professor doutor José Mauro Palhares, por compartilhar seus conhecimentos e experiências, sempre nos incentivando e mostrando caminhos, deixando claro que o mestrado é apenas uma fase da vida acadêmica e que todos conseguem êxito nessa etapa estudantil;

A Professora Doutora Daginete Maria Chaves Brito, pela dedicação ao programa como a primeira coordenadora e aos alunos, sempre com uma palavra amiga e de apoio, procurando ajudar da melhor forma possível dirimir os entraves envolvendo os alunos; uma pesquisadora incondicional, um ser humano magnífico que entende que a pesquisa científica é para contribuir com a formação e qualificação do acadêmico para que o mesmo possa retribuir para a sociedade por meio de seus conhecimentos de forma prática e efetiva;

Agradecimento especial ao meu amigo de turma, Joel Lima da Silva por sempre contribuir com informações técnicas (IBGE) para com a pesquisa e pela sua grande amizade, companheirismo e respeito;

Ao Mezaque de Lima Ribeiro, por me acompanhar nas visitas de campo e ajudar a coletar os pontos para as confecções dos mapas;

Ao Dino do Anauerapucu, por prestar serviço com sua embarcação (Catraio), conhecida popularmente como comandante Dino, nas coletas dos pontos no trajeto feito pelo rio;

Ao Dércio Clei da Silva Souza, morador da Ilha de Santana e prestador de serviço de transporte por me levar em seu veículo aos locais dos pontos coletados;

Ao casal de amigos e professores, Carlos Nery e Wilma Nery, moradores da Ilha de Santana, por darem informações e contribuições orais para ajudar na produção do trabalho;

Agradecimento ao Arilson Teixeira, pelo apoio com informações sobre a área pesquisada e atenção na produção dos mapas para que fosse possível desenvolver o terceiro capítulo do trabalho;

Aos meus colegas e amigos da primeira turma do PPGeo da UNIFAP-2019, Fabiana Vilhena, Lana Patrícia, Jocianny Carla, Jesiane Barbosa, Francinete Corrêa, Ana Cláudia Sá, Helen Even, Ana Valéria, Carla Santos, Felipe Lima, Magdiel Ayres e Joel Lima da Silva, que juntos compartilhamos atividades de estudos, eventos científicos e, momentos ímpares, desbravamos um caminho desconhecido, porém desejado por todos nós, contornamos as adversidades acadêmicas e enfrentamos as consequências da Covid-19 que nos deixou marcas e sentimentos de dor que só tempo irá aliviar.

Obrigado a todos que, direta ou indiretamente fizeram parte da minha formação continuada, o meu agradecimento com um trecho da música do Maluco Beleza.

“Nunca se vence uma guerra lutando sozinho, cê sabe que a gente precisa entrar em contato” (Raul Seixas)

RESUMO

A Ilha de Santana tem uma formação sócio-espacial que se atrela às intervenções militares na região pelo governo português da época, Rei Felipe IV, por volta dos anos de 1637 e mais tarde pelas políticas pombalinas na região (1750-1777), sendo que a Ilha teve donos, Bento Maciel Parente (capitania hereditária) e Francisco Portilho de Melo (povoado) elevado pelo governador Mendonça Furtado em uma de suas vindas a região do Grão-Pará. Situada à margem esquerda da foz do rio Amazonas, sofre a influência da dinâmica urbana que tem o rio como seu principal aliado na configuração geográfica da região. Dessa forma, as alterações e transformações na Ilha de Santana, advêm da sua trajetória histórica ao longo do tempo-espaço. Assim, a pesquisa objetiva analisar as transformações sócio-espaciais na paisagem da Ilha de Santana-AP, no período de 2007 a 2022, tendo como base referencial a categoria Formação Sócio-Espacial, teorizada pelo geógrafo brasileiro Milton Santos. Aliado ao entendimento da proposta de pesquisa foi trabalhado a categoria Paisagem como elemento base para a compreensão do objeto de estudo. Metodologicamente, a pesquisa é organizada tendo como base o método dialético. Além da intensa pesquisa bibliográfica, foi feito um *checklist* com 17 questões, um levantamento funcional da Ilha de Santana, mediante o qual foram coletadas as diversas funções desse local, através do trabalho de campo e uso de imagens satélite, sendo relevante a produção de mapas reveladores sobre a área de pesquisa. Como resultado, percebe-se que no contexto atual da Ilha de Santana, a configuração da paisagem e do espaço carregam seus traços históricos e aliados às ações econômicas e socioculturais dão dinamicidade e transformações em sua paisagem e espaço. Isso fica evidente, por exemplo, quando as áreas são ocupadas por pessoas que estão buscando um local de moradia, desse modo, acarretam um adensamento, juntamente com os problemas que o processo de urbanização provoca nos espaços sem uma infraestrutura que atendam os anseios da comunidade que ocupa esses espaços para moradia. Portanto, são visíveis as alterações e mudanças na paisagem e espaço da Ilha de Santana.

Palavras-Chave: Espaço, Ilha de Santana, Paisagem, Transformações sócio-espaciais.

ABSTRACT

Santana Island has a socio-spatial formation that dared military interventions in the region by the Portuguese government of the time, King Philip IV, around the years 1637 and later by the Portuguese policies in the region (1750-1777), the island having owners, Bento Maciel Parente (hereditary captaincy) and Francisco Portilhode Melo (village) elevated by Governor Mendonça Furtado in one of his coming to the region of Grão-Pará. Located on the left bank of the mouth of the Amazon River, it suffers the influence of the urban dynamics that has the river as its main ally in the geographic configuration of the region. In this way, the changes and transformations on the Island of Santana, come from its historical trajectory over time-space. Thus, the research aims to analyze the socio-spatial transformations in the landscape of Santana-AP Island, in the period from 2007 to 2022, based on the Socio-Spatial Formation category, theorized by the Brazilian geographer Milton Santos. Thus, the research aims to analyze the socio-spatial transformations in the landscape of the Island of Santana-AP, in the period from 2007 to 2022, based on the Socio-spatial Training category, theorized by the Brazilian geographer Milton Santos. Allied to the understanding of the research proposal was worked the category Landscape as a base element for the understanding of the object of study. Methodologically, the research is organized based on the dialectical method. In addition to the intense bibliographical research, a Checklist was made with 17 questions, a functional survey of the Santana Island, through which the various functions of this site were collected, through the field work and use of satellite images, the production of revealing maps on the research area. As a result, it is perceived that in the current context of Santana Island, the landscape and space configuration carry its historical traits and allied to economic and socio-cultural actions give dynamicity and transformations in its landscape and space. This is evident, for example, when the areas are occupied by people who are looking for a place of residence, thus leading to a densification, together with the problems that the urbanization process causes in the spaces without an infrastructure that meet the desires of the community that occupies these spaces for home. Therefore, the changes and changes in the landscape and space of Santana Island are visible.

Keywords: Space, Santana Island, Landscape, Socio-spatial Transformations.

LISTA DE SIGLAS

ALCMS – Área de Livre Comércio de Macapá e Santana

AM - Amazonas

AP – Amapá

ASA – Amazônia Setentrional Amapaense

AUMS – Aglomerado Urbano de Macapá e Santana

BRUMASA - Bruynzeel Madeira S/A

CAEMI – Companhia Auxiliadora de Empresa de Mineração

CDSA – Companhia Docas de Santana

CEA – Centrais Elétricas do Amapá

CIANPORT – Companhia Norte de Navegação e Portos S.A

COFINS- Contribuição para Financiamento de Seguridade Social

FSE - Formação Sócio Espacial

GEA- Governo do Estado do AMAPÁ

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

ICOMI- Indústria de Comércio e Mineração

ICMS- Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços.

IPi- Imposto sobre Produtos Industrializados

PDPS- Plano Diretor Participativo de Santana

CGU- Controladoria Geral da União

PPEGEO- Programa de Pós-Graduação em Geografia

SUFRAMA- Superintendência da Zona Franca de Manaus

TUP- Terminal de Uso Privado

TBL- Turismo de Base Local

UNIFAP- Universidade Federal do Amapá

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURAS

Figura 1- Forma física atual da Ilha de Santana – AP	28
Figura 2- Local do ancoradouro na Ilha de Santana – AP.....	44
Figura 3- Limites e Localização do Município de Santana – AP.....	48
Figura 4- Área de Livre Comércio Macapá e Santana	49
Figura 5- Parte da Comunidade Cachoeirinha na Ilha de Santana-AP	52
Figura 6- Rampa da entrada principal da Ilha de Santana	58
Figura 7- Chalé Refúgio do Pereira.....	61
Figura 8- Recanto da Aldeia.....	62
Figura 9- Samaúma da Ilha de Santana.....	63
Figura 10- Densidade de ocupação na Ilha de Santana-AP.....	67
Figura 11- Mapa do Levantamento funcional da Ilha de Santana	70
Figura 12- Comércio, casas e prédio de alvenaria na Ilha de Santana-AP	71
Figura 13- Ocupações na Ilha de Santana nos anos de 2007 e 2019.....	75
Figura 14- Foto das ocupações Francisco e Madesa.....	77
Figura 15- Foto das canaletas de escoamento das águas pluviais	79
Figura 16- Lixeira a céu aberto.....	80
Figura 17- Movimentos de pessoas para a Ilha de Santana	83
Figura 18- Fotos da produção de polpa de frutas na Ilha de Santana.....	86
Figura 19- Foto dos estaleiros nas margens da Ilha de Santana-AP	88
Figura 20- Posto Policial da PM e mudança na paisagem	91

QUADROS

Quadro 1- Levantamento funcional da Ilha de Santana	73
Quadro 2- O que você precisa saber sobre o Município de Santana-AP	78

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
1 TRANSFORMAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL E PAISAGEM: UMA ABORDAGEM A PARTIR DE MILTON SANTOS	19
1.1 ESPAÇO COMO INSTÂNCIA E TRANSFORMAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL.....	24
1.2 FORMA, FUNÇÃO, ESTRUTURA E PROCESSO DA ILHA DE SANTANA.	27
1.3 PAISAGEM E ESPAÇO DUAS CATEGORIAS NA DINÂMICA SÓCIO-ESPACIAL.....	33
1.3.1 Paisagem e espaço: caminhos que se entrelaçam no processo dinâmico.....	37
1.3.2 Prólogo das características do espaço interno da Ilha de Santana – AP.....	40
2 FORMAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL E AS MUDANÇAS NA PAISAGEM DA ILHA DE SANTANA-AP	46
2.1 INTERFACE CIDADE-ILHA	46
2.1.1 Área de Livre Comércio de Macapá e Santana: Sua Dinâmica Socioeconômica e mudança na Paisagem Santanense.....	48
2.1.2 Ilha de Santana: ambiente, comunidade e paisagem social.....	51
2.2 A FORMAÇÃO HISTÓRICA E ELEMENTOS DA REALIDADE DO DISTRITO DA ILHA DE SANTANA.....	53
2.3 RELAÇÕES E TRANSFORMAÇÕES NA PAISAGEM DA ILHA DE SANTANA	56
2.4 PAISAGEM, TURISMO E AÇÕES DE GRUPOS SOCIAIS ORGANIZADOS NA ILHA DE SANTANA.....	57
3 AS DINÂMICAS SÓCIO-ESPACIAIS E A TRANSFORMAÇÃO NA PAISAGEM DA ILHA DE SANTANA	65
3.1 LEVANTAMENTO FUNCIONAL NA ILHA DE SANTANA-AP	69

3.2 DISTRIBUIÇÃO DO ADENSAMENTO E AS OCUPAÇÕES NA ILHA DE SANTANA	75
3.3 ANÁLISE DAS DINÂMICAS SÓCIO-ESPACIAIS NA PAISAGEM DA ILHA DE SANTANA.	82
CONSIDERAÇÕES FINAIS	94
REFERÊNCIAS	98
ANEXOS	109
APÊNDICES	112

INTRODUÇÃO

O conhecimento científico procura explicar o contexto e a realidade, embora tenha complexidade no caminho para as explicações, porém há a necessidade de perscrutar o sentido pleno dos fatos que constroem a busca pela verdade ou da essência das coisas que está além das aparências. Entende-se que o conhecimento é um processo contínuo, que viabiliza um sentido ao que se pretende elucidar com um caráter mais crítico e analítico da realidade e do contexto sócio-espacial.

Pautado na linha deste pensamento transcorreu-se a pesquisa, cujo tema é as transformações sócio-espaciais da paisagem da Ilha de Santana-AP, no período de 2007 a 2022. O interesse pelo tema surgiu das idas e vindas à Ilha de Santana, das observações e inquietações de procurar compreender os fatores que estão atrelados às transformações e impactos de várias ordens, principalmente social e espacial. Para isso, foi delimitado um espaço-temporal que consta em tela, considerando alguns pontos, entre eles: novos empreendimentos, especulação imobiliária e a implantação de um Terminal de Uso Privado (TUP) com seu possível posto de transbordo de carga no espaço em tela.

Para a compreensão do trabalho, o desafio teórico teve como base de pensamento de forma geral as ideias miltonianas e seu legado geográfico provocativo e encorajador diante dos elementos sócio-geográficos, visando esclarecer de forma objetiva, direta e precisa os pormenores que lhe são possíveis em relação à área de pesquisa.

O trabalho buscou compreender quais fatores configuram as transformações sócio-espaciais da paisagem do Distrito de Ilha de Santana e suas consequências para a população local. Para isso, o marco metodológico da pesquisa é o horizonte qualiquantitativo, como instrumento de coleta de dados, foi a partir de um *checklist* com 17 questões, visita *in loco* para observar e colher informações, assim como levantamento de 36 pontos e suas respectivas coordenadas geográficas para a confecção de mapas, com o intuito de apresentar uma visão holística sobre o objeto de pesquisa.

Todos esses procedimentos possibilitaram a execução dos objetivos da pesquisa, esclarecendo, de forma direta e precisa, os pormenores que lhe são importantes. Os objetivos foram dispostos de forma geral e específica; são eles, respectivamente: Analisar as transformações sócio-espaciais no Distrito da Ilha de

Santana-AP, no período de 2007 a 2019; compreender como ocorrem as transformações sócio-espaciais e suas relações com a paisagem; discorrer sobre a formação Sócio-Espacial e as mudanças na paisagem da Ilha de Santana-AP e considerar as dinâmicas sócio-espaciais e as transformações na paisagem da Ilha de Santana

Os elementos coletados na atividade de campo são dispostos no corpo do texto com inequívoca lógica e racionalidade, projetando à construção de uma visão coerente e crítica sobre a pesquisa.

As visitas *in loco* para colher informações e ampliar as observações foram 5 (cinco), a primeira no dia 14 de dezembro de 2019, a segunda no dia 22 de janeiro de 2020, a terceira no dia 15 de fevereiro de 2020, a quarta no dia 20 de janeiro de 2022 e a última no dia 09 de fevereiro de 2022. Salienta-se que todas as idas a campo foram fundamentais para a construção da pesquisa.

O trabalho se divide em três grandes eixos com seus subtópicos, são os seguintes eixos: 1-Transformação sócio-espacial e paisagem: Uma abordagem a partir de Milton Santos; 2-Formação sócio-espacial e as mudanças na paisagem da ilha de Santana-AP e 3- As dinâmicas sócio-espaciais e a transformação na paisagem da Ilha de Santana.

Entende-se que a realização da pesquisa é relevante para o esclarecimento apropriado dos pormenores de natureza sócio-geográfica observáveis nas dimensões espaciais em uma localidade específica, no caso a Ilha de Santana, por não haver, até o momento, nada escrito sobre o tema. Com essa assertiva, ainda que não resolva de vez todos os prováveis questionamentos que podem ser feitos sobre a maneira que a sociedade se manifesta em relação ao seu espaço demorada, é pelo menos importante para que se entendam melhor os seus elementos característicos.

Um tema que depende bastante da qualidade geral de todos os seus prováveis atos de pesquisa que se efetivaram *in loco* com estudo de forma precisa e inerente. Visto que a observação qualificada dos pormenores foi possível devido à ação incisiva no local da pesquisa contribuindo para ter noção das intervenções antrópicas que lá se realizam com maior acuidade. As observações *in loco* foram imprescindíveis para que a pesquisa na Ilha se concretizasse com qualidade e de forma objetiva para que fosse possível entender algumas questões que se correlacionam com as transformações sócio-espaciais.

A produção do saber não é uma atividade que pode ser realizada de qualquer maneira. Assim se sucede porque os resultados que lhe interessam devem passar pelo crivo crítico social e de alguma forma testado, implicando que resultados, senão iguais, pelo menos mais ou menos semelhantes sejam factíveis em seu contexto e realidade social. Assim deverá ocorrer em relação ao tema que aqui se buscou investigar como já citado anteriormente. O trabalho em tela procurou retratar de forma técnico-objetiva as possibilidades inerentes aos estudos de campo em relação à investigação das transformações sócio-espaciais pelas quais vem passando a área de estudo, condizendo aos ditames comuns da atividade científica como um todo.

Nesse sentido, o trabalho foi dividido em três seções, abordando seus conteúdos principais. A primeira seção tratou sobre a Transformação sócio-espacial e paisagem: Uma abordagem a partir de Milton Santos. Falando sobre espaço como instância, forma, função, estrutura, processo e paisagem como categoria na dinâmica sócio-espacial. A segunda seção abordou a formação sócio-espacial e as mudanças na paisagem da Ilha de Santana, desdobrando-se para a interface Cidade-Ilha, área de livre comércio de Macapá e Santana: dinâmica socioeconômica, Formação histórica e elementos da realidade do Distrito da Ilha de Santana, Paisagem, Turismo e ações de grupos organizados na Ilha. A terceira seção trabalhou as dinâmicas sócio-espaciais e a transformação na paisagem da Ilha de Santana, levantamento funcional, distribuição do adensamento e as ocupações na Ilha de Santana e análise das dinâmicas sócio-espaciais na paisagem da Ilha.

Todos esses pontos abordados nas seções e seus desdobramentos técnico-teóricos, não se trata, evidentemente, de uma tarefa definitiva, mas será de suma importância ao entendimento da maneira que a ocupação sócio-espacial na Ilha vem se sucedendo nos últimos anos. Tal postura serve para evidenciar as transformações das mais variadas, destacando-se aquelas que são observáveis na dimensão social, geográfica e econômica mediante todas as questões que lhe são pertinentes.

1 TRANSFORMAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL E PAISAGEM: UMA ABORDAGEM A PARTIR DE MILTON SANTOS

A proposta de pesquisa sobre as Transformações Sócio-Espaciais no Distrito da Ilha de Santana-AP, no período de 2007 a 2022, tem como linha referencial a categoria de análise versada como Formação Sócio-Espacial¹, proposta por Milton Santos, que se desdobrou, na década de 1970, a construção da teoria clássica do materialismo histórico e dialético de Marx, com o objetivo revelado de demonstrar a dimensão espacial na dinâmica histórica, social, econômica e política de processos de desenvolvimento peculiares, em diferentes lugares do mundo. Aliado a esse entendimento de proposta de pesquisa, será trabalhada a categoria Paisagem como elemento base para a compreensão da dinâmica sócio-espacial da Ilha de Santana. Assim sendo, dois termos estarão sempre presentes no trabalho: Transformações Sócio-Espaciais e Paisagem.

Da relação sócio-espacial, que deve privilegiar todas as interpretações que são feitas em estudos geográficos, por conseguinte a base teórica de Milton Santos, será fundamental para analisar as transformações sócio-espaciais na Ilha de Santana-AP. A rica produção e os diversos conceitos expressos nas obras teóricas supracitadas, contribuirá de forma geral para a compreensão mais aprofundada em relação às transformações da paisagem do Distrito da Ilha de Santana, Estado do Amapá ao longo de sua história, mais precisamente no período espaço-temporal de 2007 a 2022.

Antes de adentrar de fato sobre a proposta de pesquisa, é preciso considerar uma visão geral introdutória a respeito do espaço para se ter uma visão da abordagem e base teórica que subsidia o trabalho. Ressalta-se que a partir dos estudos de Milton Santos sobre a realidade brasileira, posteriormente estendida à América Latina, surgem visões fundamentais para a análise do espaço urbano em particular. Na obra *Por Uma Geografia Nova* (SANTOS, 1978), o espaço é visto por Milton Santos como uma categoria analítica que, como um componente da realidade

¹Milton Santos resgata a categoria marxista da FES, afirmando ser “[...] a mais adequada para auxiliar a formação de uma teoria válida do espaço. [...]” (SANTOS, 1977, p. 81). Como a produção é o elemento estruturante da FES, Santos (1977, p.82) argumenta que devido as transformações ocorridas no espaço acontecerem via trabalho, é impossível “[...] falar de Formação Econômica e Social sem incluir a categoria do espaço. [...]” Daí, a gênese do conceito de Formação Sócio- Espacial (FSE)

"[...] é uma totalidade em permanente movimento e mudança" (1978, p. 117). Ele afirma que:

[...] o espaço é a categoria permanente, ou seja, um espaço de todos os tempos, preenchida por mútuas relações permanentes entre elementos lógicos, em como analisar o espaço diante de "nós", nosso espaço, o espaço de nosso tempo (1978, p.120).

Na procura de interpretação do espaço, Milton Santos (1985; 2020, p. 69), escreve sobre as categorias do método geográfico, onde as enumera e define como: estrutura, processo, função e forma. Essas quatro categorias, são indissociáveis entre si, interpenetrando-se dialeticamente, observando que as categorias conceituais mencionadas aparecem de um jeito ou de outro em outras obras de Milton Santos, tais como em Santos (1978) e Santos (1996).

Tais conceitos dão uma visão holística sobre o objeto de pesquisa e remetem ao conceito de totalidade que é uma construção válida no exame da complexidade de fatores a serem examinados na análise do contexto espacial (Santos, 2020, p.70). Estes conceitos são vitais para o direcionamento do estudo da Ilha de Santana e suas transformações sócio-espaciais, uma vez que sociedade é definida através da história e do espaço, bem como, dentre os vários processos que a sociedade constrói e transforma o lugar em que ocupa. Para Santos (1986), a história não se escreve fora do espaço e o próprio espaço sendo social, não há sociedade a-espacial.

Nesse rol de visões, Santos (1977) fez germinar a Formação Sócio-Espacial que possibilitou uma visão integralizante do social com o espaço. Dessa forma, o desdobramento do trabalho é olhar a Transformação Sócio-Espacial por meio da paisagem, que Santos (2004, p.54) define como [...] o resultado de uma acumulação de tempos. Para cada lugar, cada porção do espaço, essa acumulação é diferente: os objetos não mudam no mesmo lapso de tempo, na mesma velocidade ou na mesma direção.

Nessa linha de entendimento, Santos (2004) diz que a paisagem compreende dois elementos: os objetos naturais e os objetos sociais, testemunhas do trabalho humano no passado e no presente. Seguindo a leitura das obras do renomado geógrafo em relação à visão que o mesmo desenvolveu sobre a paisagem como acúmulo de tempos e seus desdobramentos geográficos e sociais, ele diz que a

paisagem decorre de adaptações (imposições) constatadas em nível regional e local, não apenas em velocidades diferentes, mas também em direções diferentes. (SANTOS, 2020).

A paisagem adquire dinamismo assim como a sociedade. Tal dinamicidade exigirá uma apreensão da história, do crescimento, do cotidiano e da distribuição da população e dos recursos socioeconômicos, uma vez que as formas de transformação sócio-espacial na paisagem demandam-se desiguais no espaço e geram ações de descontentamento por parte da sociedade, pois, a paisagem pensada é aquela construída socialmente no espaço. Dessa maneira, a paisagem não é uma cena inóspita de representações sociais, pelo contrário, ela é produto e produtora do contexto e realidade cotidiana da população.

Milton Santos, incessantemente preocupado com o corpo teórico da Geografia e principalmente da Geografia Urbana, buscou conteúdos filosóficos para a linguagem da disciplina e, assim, nos apresenta a conceitos como universalidade, particularidade e singularidade (SANTOS, 1998). O autor afirma que o problema é encontrar as “categorias de análise” do espaço e isso nos define com mais detalhes determinando-os como conceitos “paisagem”, “configuração territorial” e “espaço”. Na tentativa de aprofundar os conceitos, afirma:

A paisagem é o conjunto de coisas que são dadas diretamente aos nossos sentidos; a configuração territorial é o conjunto total e integral de todas as coisas que constituem a natureza em sua aparência superficial e visível; e o espaço é o resultado de um casamento ou de um encontro sagrado em quanto tempo dura, entre a configuração territorial, a paisagem e a sociedade. O espaço é a verdadeira totalidade, porque a dinâmica, o resultado da geografia da sociedade na configuração territorial. (SANTOS, 1988, p. 77).

Santos retoma o conceito de paisagem, várias vezes, em todos os seus livros, objetivando em diferenciá-lo daquele do espaço. Ele afirma que um dos componentes do espaço é a paisagem

[...] é como um palimpsesto, ou seja, o resultado de uma acumulação, na qual algumas construções permanecem intactas ou modificadas, enquanto outras desaparecem para ceder lugar a novas edificações. Por meio desse processo, o que está diante de nós é sempre uma paisagem e um espaço [...] (SANTOS, 1994, p. 67).

O espaço interpretado por Milton Santos apresenta mudança constante devido a ação da sociedade, é um espaço constituído por meio de fixos e fluxos que interagem, estão sempre em movimento, em trocas sendo modificado, alterado,

recriado constantemente pelos seres humanos de acordo com suas técnicas que alteram a sua significação e seu valor. Nesse sentido:

Os elementos fixos, fixados em cada lugar, permitem ações que modificam o próprio lugar, fluxos novos ou renovados que recriam as condições ambientais e as condições sociais, e redefinem cada lugar. Os fluxos são um resultado direto ou indireto das ações e atravessam ou se instalam nos fixos, modificando a sua significação e o seu valor, ao mesmo tempo em que, também, se modificam (SANTOS, 2006, p. 38).

O interesse de Milton Santos pelos estudos sócio-espaciais resulta no aprofundamento do conceito de periodizar. Ele enfatiza que o domínio do conceito de espaço leva para a noção de divisão do tempo em períodos:

Os períodos são pedaços de tempo sujeito à mesma lei histórica, com a manutenção das estruturas. Esse definido como conjuntos de relações e porções que prevalecem ao longo de um certo período de tempo e nos permite definir nosso objeto de análise. (SANTOS.1994, p 71).

Pelos conceitos e ideias expostos, percebe-se a dedicação especial ao espaço urbano e a cidade, atrelados aos dois estão as transformações sócio- espaciais e a paisagem. Sobre o espaço, Santos (1994, p. 81) define que “[...] frequentemente é o abstrato, o geral, o externo. A cidade é o particular, o concreto, o interno”. O espaço é “[...] o resultado do casamento indissolúvel entre um sistema de objetos e um sistema de ações”, explicando que os objetos são artificiais e, claro, históricos, “[...] tendem a ser instrumentalizados artificialmente.”. Em outro momento escreve a esse respeito:

O espaço é formado por um inseparável, solidário e também contraditórios entre sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerada isoladamente, mais como a única imagem em que a história ocorre. Sistema de objetos e sistema de ações interagindo. [...] É assim que o espaço encontra sua dinâmica e se transforma. (SANTOS.1994. p. 111)

Do exposto, lugares e espaço são realidades estruturais e estruturas contêm em sua essência as mudanças, as transformações da sociedade. Em vista disso, considera-se o espaço como uma instância da sociedade [...]. Isso significa que ele contém e é contido pelas demais instâncias [...]. Significa dizer que a essência do espaço é social (SANTOS, 2020, p.12). Dessa forma, é necessário ver o espaço pelo prisma do empenho da mudança social.

Neste contexto, as transformações sócio-espaciais na paisagem do Distrito de Ilha de Santana advêm com as dinâmicas sócio-espaciais, uma vez que a paisagem

não é estática; possui um conjunto de elementos que mudam de acordo com a evolução da sociedade, ela é sempre constituída por uma combinação de “objetos naturais” e “objetos sociais”, ou seja, aqueles fabricados pelo homem (SANTOS, 2004, p. 53). A Paisagem, como refere,

[...] nada tem de fixo, de imóvel. Cada vez que a sociedade passa por um processo de mudança, a economia, as relações sociais e políticas também mudam, em ritmos e intensidades variados. A mesma coisa acontece em relação ao espaço e à paisagem que se transforma para se adaptar às novas necessidades da sociedade. (SANTOS, 1997, p. 37)

Portanto, a pesquisa pauta-se nas premissas científicas de Milton Santos, entre elas: *Sociedade e Espaço: A Formação Social como Teoria e como Método* (1977); *Por uma Geografia Nova* (1978); *Metamorfose do Espaço Habitado, fundamentos Teórico e metodológico da geografia* (1988); *Pensando o Espaço do Homem* (2004); *A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção* (2006); *Espaço e Método* (2020). Essas obras foram fundamentais, visto que ajudaram a pesquisar elementos teóricos e técnicos que expliquem como se dão as transformações sócio-espaciais na paisagem local da Ilha de Santana e seus desdobramentos.

Nessa perspectiva, a Geografia Urbana ajudará a mostrar como a dinâmica sócio-espacial vem acontecendo na Ilha e seus impactos na paisagem. O espaço urbano revela nas paisagens o processo desigual que o conduziu a tal forma, funcionalidade e estrutura, sendo a paisagem a imagem criada da ação em escala espaço-temporal. Dessa maneira, pode-se construir a crítica a partir da paisagem como artefato e como sistema, pois a mesma evidencia produção humana, caracterizando-se como um conjunto de elementos/objetos interligados.

A paisagem exprime a história, marca momentos e períodos históricos em seus processos de construção e transformação. Assim sendo, a Ilha de Santana apresenta essas marcas dos momentos e períodos da história, principalmente no espaço-temporal delimitado (2007 a 2022) para o desdobramento da pesquisa.

Por esse motivo, o método dialético é o escolhido como base para a realização da pesquisa, porquanto o mesmo permite fazer um resgate dos processos de construção, transformação e organização da paisagem geográfica, investigando os fatores responsáveis pelas mudanças, processos e configuração da paisagem. Neste contexto, como evidencia Serpa (2010, p. 133)

A paisagem resulta sempre de um processo de acumulação, mas é, ao mesmo tempo, contínua no espaço e no tempo, é uma sem ser totalizante, é compósita, pois resulta sempre de uma mistura, um mosaico de tempos e objetos datados. A paisagem pressupõe, também, um conjunto de formas e funções em constante transformação, seus aspectos “visíveis”, mas, por outro lado, as formas e as funções indicam a estrutura espacial, em princípio, “invisível”, e resulta sempre do casamento da paisagem com a sociedade.

Dessa forma, a paisagem se apresenta como dimensão do espaço geográfico, podendo ser observada, analisada e conceituada como categoria, configurando como mosaico de fato. Assim, a paisagem torna-se um tecido em transformação contínua dentro do tempo e das dinâmicas sócio-espaciais e culturais em atuação com o espaço, considerando suas relações possíveis desde a concepção teórica ora exposta, passando pelo indivíduo até o grupo social na relação, compreensão e inserção na paisagem.

1.1 ESPAÇO COMO INSTÂNCIA E TRANSFORMAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL

Falar sobre Formação Sócio-Espacial pautando a Paisagem requer clareza e habilidade para trabalhar a teoria pensada por Santos (1977), o qual enfatiza que para a compreensão da realidade espacial, deve-se buscar relações com a história mundial associada à história da sociedade local. Neste encaixo, relatos históricos pelo olhar dos europeus portugueses dão conta de que a história do povoamento do Município de Santana está atrelada a partir da Ilha de Santana, com a ocupação portuguesa por meio de Francisco Portilho de Melo, por volta de 1758, que além de desbravador, era um contrabandista de escravos e metais preciosos, como assinalam Sarney e Costa (2004)

Nesse âmbito, a Formação Sócio-Espacial está atrelada ao contexto e à realidade histórica, situada no tempo e no espaço, ela é um fato concreto, que surge, se desenvolve e se modifica. Passando a ser um conjunto de estrutura, processo, função e forma, como aborda Santos (1985, p. 71), quando afirma que:

Forma, função, estrutura e processo são quatro termos disjuntivos associados, a empregar segundo um contexto do mundo de todo dia. Tomados individualmente apresentam apenas realidades, limitadas do mundo. Considerados em conjunto, porém, e relacionados entre si, eles constroem uma base teórica e metodológica a partir da qual podemos discutir os fenômenos espaciais em totalidade.

O urbano em relação ao espaço não é constituído por proprietários, mas por usuários sem direitos de propriedade ou exclusividade sobre ele (DELGADO, 1999). A definição de uso e usuário do espaço público nesta seara da transformação sócio-espacial, não se define apenas em termos das atividades que ocupam, literalmente, o espaço público urbano (com base no fato de que toda a atividade humana é realizada em um espaço físico, ocupando-o materialmente), mas também pelo fato de tal usuário não ser o dono de tal recurso, embora tenha direitos sobre ele, o que pressupõe certa ordem nas relações sociais, certas regras e hierarquias.

Para a visão acima, o espaço urbano é importante para a sociedade, uma vez que é ela quem o habita e modifica, ao longo de sua história. Para Santos (2002), é necessário considerar-se o grupo social que habita o espaço, já que este produz e se apropria do espaço de diferentes maneiras e escalas, de acordo com seus interesses e o modela intencionalmente, a fim de atender suas necessidades.

De Certeau (1998) propõe que, embora a ordem sociopolítica tenha mil procedimentos silenciosos a serem ampliados e especificados, a sociedade inteira não se reduz a isso, pois há aqueles procedimentos populares que jogam com os mecanismos dessa ordem para os transformar. As "maneiras de fazer" constituem as práticas "por meio das quais os usuários se reapropriam do espaço organizado pelos técnicos da produção sociocultural" (DE CERTEAU, 1998, p. 41).

Em vista disso, para Santos (1996), a espacialidade da vida social é importante na produção social do espaço e na formação e reformação irrequietas das paisagens geográficas. Ou seja, a ação humana no espaço-tempo modificando, alterando, construindo e reconstruindo seu espaço de vivência e suas paisagens humanizadas, legitimando sua ação social ao longo da história da existência humana. Dessa forma, para Santos (2006, p.67)

A paisagem se dá como um conjunto de objetos reais - concretos. Nesse sentido a paisagem é transtemporal, juntando objetos passados e presentes, uma construção transversal. O espaço é sempre um presente, uma construção horizontal, uma situação única. Cada paisagem se caracteriza por uma dada distribuição de formas-objetos, providas de um conteúdo técnico específico. Já o espaço resulta da intrusão da sociedade nessas formas-objetos. Por isso, esses objetos não mudam de lugar, mas mudam de função, isto é, de significação, de valor sistêmico. A paisagem é, pois, um sistema material e, nessa condição, relativamente imutável: o espaço é um sistema de valores, que se transforma permanentemente. (SANTOS, 1996, pp. 103-110)

Nessa contextura, a paisagem se apresenta como um imenso mosaico social com suas formas e objetos, sendo ora com características rurais, como sítios, chácaras, bucolismo; ora com características urbanas, como comércio, lojas, prestação de diversos serviços, carros, barulhos estridentes, porém de certa forma ela acaba sendo ligada à cidade. Pode-se dizer de forma geral que a diferença básica entre cidade (centro urbano) e espaço rural é a relação que as pessoas estabelecem com o lugar. No centro existe a disponibilidade de infraestrutura e de serviços básicos que permitem que a pessoa residente usufrua das prerrogativas urbanas. No espaço rural as relações são comunitárias e servem como um dos poucos, senão o único meio de se obter algo num lugar quase sempre carente de serviços básicos e/ou marginalizados pela ação do Estado.

Dessa forma, a produção social do espaço e suas paisagens geográficas, possuem significado pelas pessoas que o habitam, independentemente de sua origem, cor, etnia, religião, classe social. E quanto mais diversificado esse mosaico, maior sua condição cosmopolita, que é sinônimo da riqueza sociocultural deste espaço repleto de significados histórico-geográficos. Convergindo nesse sentido,

[...] O espaço por suas características e por seu funcionamento, pelo que ele oferece a alguns e recusa a outros, pela seleção de localização feita entre as atividades e entre os homens, é o resultado de uma práxis coletiva que reproduz as relações sociais, [...] o espaço evolui pelo movimento da sociedade total. (SANTOS, 1978, p. 171).

Seguindo a linha de pensamento, as produções socioculturais e as constituições de paisagens sociais, são ratificadas por meio das transformações sócio-espaciais, que ao longo dos tempos, os espaços passaram e vem passando em função das ações e atividades humanas que são constantes de acordo com cada contexto histórico-espacial que impregnam suas marcas por meio da paisagem social, a Ilha de Santana-AP faz parte desse contexto e sua trajetória é muito significativa para a história geográfica do Município de Santana. Nesse encadeamento,

A paisagem constituída a partir de uma determinada realidade passa pela evolução de ressignificações do espaço e, assim, o cotidiano se remodela a partir de uma nova representatividade que conduz um universo de formas, conflitos e conexões (ALMEIDA; SANTOS, LIMA, 2018, p. 71.).

Para Milton Santos (1988), a apreensão da paisagem é a mesma da percepção, ambas são captadas pelos sentidos. Ocorre que aspectos

socioeconômicos, culturais e mesmo psicológicos, interferem na forma como cada pessoa ou grupo social seleciona as informações e percebem a paisagem. Assim, Macedo (1994, p. 57) assinala que a

A paisagem não se apresenta estática, sua diversidade alterna de acordo com fatores fisiográficos e ambientais relacionados às intervenções humanas, como um sistema complexo de relações. Ela é o reflexo da dinâmica entre diferentes componentes e agentes do espaço.

Digno de nota é a preocupação dos autores com as questões da paisagem, vida social e suas transformações, assuntos relevantes e pertinentes ao desdobramento e entendimento da relação paisagem-espaço e suas dinâmicas. Fato esse, que é presente no contexto sócio-espacial da Ilha de Santana. Ressalta-se que o espaço da Ilha configura uma instância de relação dialética de entre os grupos sociais organizados e suas representatividades de várias categorias de profissionais autônomos que foram se estabelecendo democraticamente no espaço social do Distrito da Ilha de Santana, buscando por um espaço com mais equidade social e participação política, que dessem sustentação e fortalecimento para suas ações efetivas sociais. Dessa forma:

Uma vida social que quer ser mais igualitária e experiencial destaca a vontade de um conjunto de grupos sociais, dependentes, subordinados ou marginalizados da política cidadã, de se tornarem sujeitos políticos. O que se alcança, especialmente quando conseguem construir uma estrutura estável de vizinhança ou organizações de cidadãos (BORJA, 1988, p. 174).

Nesse contexto, entende-se que os atos sobre o espaço e a paisagem são de caráter histórico, agrupando interesses, estratégias e práticas espaciais por meio dos grupos sociais que, por natureza são ideológicos, logo, abarcando as contradições e conflitos, advindos das ações e movimentos sociais em relação à dinamicidade do espaço, uma constante relação dialética na produção e transformação sócio-espacial.

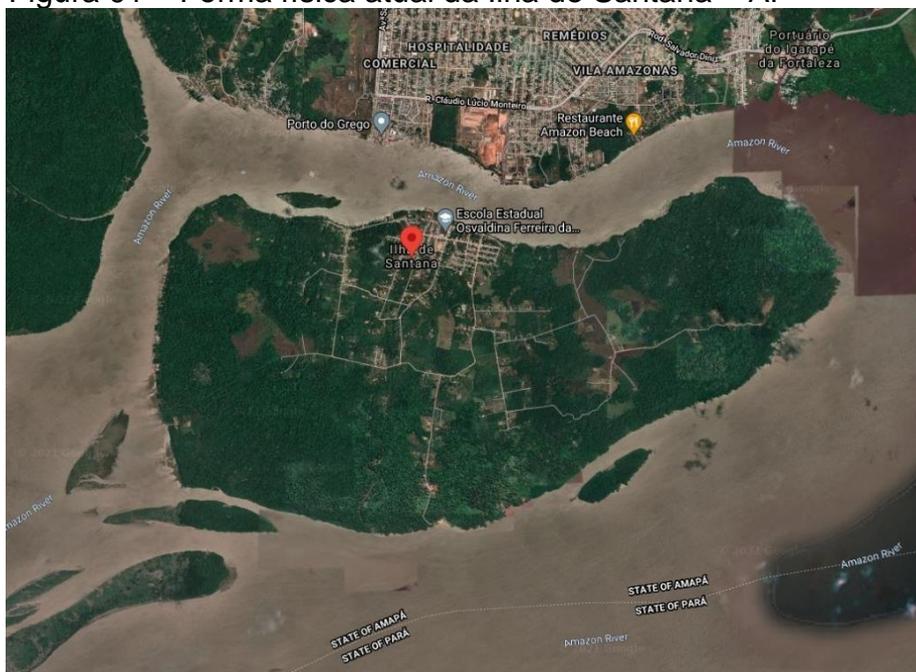
1.2 FORMA, FUNÇÃO, ESTRUTURA E PROCESSO DA ILHA DE SANTANA-AP

Após a Segunda Guerra Mundial, grandes transformações ocorreram produzidas em países latino-americanos que ficaram de fora do desenvolvimento de uma rede de transporte que permitiria a formação de estruturas de fluxo horizontalizado. Neste contexto, Santos e Silveira (2001, p. 47) afirmam que

A ideologia do consumo, crescimento econômico e planejamento foram os grandes instrumentos políticos e os grandes provedores de ideias que norteariam a reconstrução ou remodelação de espaços nacionais, em conjunto com a economia, sociedade e, portanto, política.

Essa função passou pela expansão e consolidação de grandes áreas, megalópoles, metrópoles, até chegar à Ilha como a do foco deste trabalho, a qual na década de 1950, passou de certa forma ao atrelamento das atividades da empresa Icomi S/A que era a extração do manganês² no Município de Serra do Navio, porém, o porto de embarque de minério e escritório central da empresa ficava no Município de Santana de frente para a Ilha de Santana. Destaca-se que o Município de Santana é o 2º maior do Estado do Amapá em termos populacionais, com uma estimativa de 124. 808 habitantes (IBGE, 2021 apud DIÁRIO, 2021). No outro lado da cidade, existe a Ilha de Santana (figura 1), que abriga em média 4.181. Habitantes, projeção feita de acordo com a média de moradores por domicílios em 2010, que era 4,73 e multiplicado por 884 domicílios ocupados na época.

Figura 01 – Forma física atual da Ilha de Santana – AP



Fonte: Google Maps (2021)

² "Grande parte de sua história remonta à instalação, em 1950, de uma grande empresa que explorou manganês em Serra do Navio e escoava a produção pela área portuária de Santana". (AMAPÁ, 2015).

Essa consolidação de grandes áreas, advinda do pós segunda Guerra Mundial, reformulou e remodelou o espaço dando formas e funções. Segundo Garbin e Santil (2020), as formas agem na dinâmica do espaço como depositárias de usos passados, ou seja, apresentam uma herança social que pode limitar sua refuncionalização ou mesmo impedir o atendimento integral deste, o que Milton Santos (2014) chamou de prático-inerte, ou seja, a prática incorporada nas coisas que se tornam condição para as novas práticas. Assim, a forma tem como intenção reconhecer a situação de existência, ou seja, do mundo externo, do material que permite ao espaço geográfico se tornar acessível para a percepção humana trabalhar com as informações concretizadas.

Dessa forma, o espaço geográfico e as transformações sócio-espaciais na Ilha de Santana, apresentaram mudanças mais visíveis em sua paisagem e estrutura a partir da instalação da Indústria e Comércio de Minérios S.A. (ICOMI) em meados dos anos 1950, com a exploração do minério de manganês na Serra do Navio. Logo, a função da Ilha passou a ter o caráter de espaço dormitório para muitos trabalhadores da empresa e aqueceu o transporte de embarcação necessário para o traslado dos mesmos até ao local de trabalho. Como dizem Garbin e Santil (2020), a função envolve um propósito de uso premeditado a alguma forma, o que transforma toda forma existente no espaço geográfico continente de alguma intencionalidade.

Essa intencionalidade veio com o período pós Segunda Grande Guerra, iniciando uma nova era dentro do sistema capitalista, especialmente durante as décadas de 1950 e 1960, período em que as empresas estrangeiras adentraram em vários países com o objetivo de explorar os seus recursos naturais por meio das indústrias e manter a dominação do capital sobre os países onde estabeleceram suas bases. Nas décadas referidas, a principal característica que se acentuou nos anos seguintes, foi o processo de metropolização que se desenvolveu em todas as cidades, ou seja, se tornando o centro das atividades econômicas.

Com a expansão da industrialização e o influxo maciço de capital internacional, a ampliação das empresas multinacionais introduziu uma aceleração da atividade terciária na sociedade. Destarte, estabelece-se uma estrutura que ratifica o desenvolvimento do capital econômico. Foi o que aconteceu no Município de Santana com a chegada da indústria Icomi que estruturou e processou as bases capitalistas, de acordo com seus interesses, pois, foram surgindo novos núcleos,

bairros desestruturados (vila maia) e bairros planejados (vila Amazonas) para abrigar os trabalhadores. Nesse contexto encontra-se a Ilha de Santana que passou a ser um espaço de aposento transitório, estabelecendo uma forma e função em suas relações e transformações sócio-espaciais.

Ressalte-se que a implantação do capital, por meio das instalações das indústrias na Amazônia, fazia parte da política de expansão e ocupação territorial do governo federal. Conseqüentemente, era necessário ter sistemas urbanos que facilitassem novas instalações de complexos industriais e residenciais de trabalhadores para facilitar o deslocamento desses para produzirem as riquezas por meio de sua força de trabalho para o capital internacional, ou seja, uma relação trabalho-força-capital. Nesse seguimento:

Na década de 1960, surge uma nova corrente migratória com abertura de BRs e vias para **circulação de veículos**, incentivo à mineração e distribuição de terras na região para **desenvolvimento do capital e fixar pessoas quantos ao povoamento. Neste encaixe**, o fluxo migratório para a Amazônia se intensifica nos anos 1970-1980 que de certa forma acaba servindo de depósito de gente excluída do sul-sudeste e destinada ao norte onde deveriam “amansar” a selvageria da selva” (CARNEIRO, 2011, p. 3 **Grifo nosso**).

Ressalta-se também que mecanismos como incentivos fiscais e distribuições de terras utilizadas pelo governo federal para fixar pessoas na Amazônia Legal, acabaram por provocar aumento de conflitos agrários, principalmente no período entre 1960 e 1970, quando já estavam em prática os mecanismos para o tão falado desenvolvimento da Amazônia. Nesse sentido,

Com a criação do PIN (Programa de Integração Nacional), em 1970, cujo o principal objetivo foi intensificar a ocupação da Amazônia -- tendo como um dos seus principais instrumentos a colonização modelo ao longo, da recém aberta, rodovia Transamazônica -- a ação do Estado na ocupação de novas terras deixou de se dar apenas em virtude da construção de rodovias. (FILHO, 1996, p. 10)

A década de 1970 foi o período em que mais se agravaram os conflitos, principalmente com a construção da importante rodovia federal Transamazônica e o asfaltamento da rodovia Belém-Brasília. Segundo Filho (1996), com a frustração do modelo de colonização em áreas cortadas pela rodovia Transamazônica, o Estado passou a estimular à incorporação de terras a grandes empreendimentos agropecuários via a intensificação de incentivos fiscais.

De acordo com BECKER (1998), este fenômeno na Amazônia está pautado em três papéis fundamentais assumidos pelos núcleos urbanos, a saber: a) fator de atração de migrantes; b) base organizacional do mercado de trabalho; c) local da ação político-ideológica do Estado. A ligação desses papéis configura o espaço urbano como fundamental no sentido de promover uma acelerada mobilidade na Amazônia e direcionar o fluxo migratório para a região.

Com o avanço do capital e da tecnologia no decorrer do tempo, tem-se uma revolução técnico-científico, uma descentralização das grandes e médias indústrias para espaços suburbanos com áreas extensas e preços mais acessíveis, fundamental para as indústrias desenvolverem suas atividades econômicas e sua política de mercado, além disso, constituindo domínios territoriais com suas ações econômicas configurando o espaço e a paisagem social de acordo com seus interesses.

Com novas técnicas e tecnologias a partir dos anos 1960, ocorreram mudanças no transporte de mercadorias e passageiros, em geral da ferrovia para o caminhão ou do trem para o ônibus e avião de longa distância. Contudo, no Amapá, principalmente no Município de Santana, prevaleceu o transporte de Trem por quase 50 anos, o qual transportava minério de manganês e as pessoas no traslado Santana-Serra do Navio e vice-versa, bem como o transporte de caminhão para escoar outras produções, principalmente do setor primário e das embarcações, um dos principais meios de transportes da região amazônica.

Aos poucos nos anos 1960 foram surgindo construções de eixos rodoviários, vias expressas, rodovias, cruzamentos para níveis diferentes, ou seja, uma série de obras públicas que exigiram investimentos de grandes recursos para intensificar o movimento das pessoas e principalmente o consumo em nível nacional. Com isso, são agraciadas outras cidades vizinhas, vilas, comunidades e ilhas que as metamorfoseiam em territórios mais ou menos extenso, ao serviço das atividades que a sua complexidade exige a exemplo da Ilha de Santana-AP.

Ainda se tratando do desenvolvimento da expansão das redes de transporte, bem como sua densidade e modernização, esta inclui a construção e a manutenção de aeroportos em grandes metrópoles e em médias e grandes cidades, uma vez que as condições econômicas impostas para as grandes multinacionais exigem condições de fluidez do território. Fluência esta que Santos e Silveira (2001, p. 49) definem como "...uma potencial fluidez representada pela presença de infraestrutura

e uma fluidez efetiva significada pelo seu uso”. Considerando o contexto e resguardando sua proporcionalidade, pode-se inferir que de certa forma, foi o que aconteceu no espaço amapaense, principalmente em sua capital-Macapá.

Seguindo os ditames do processo de urbanização, a década de 1970, em particular, passa a contar com a intervenção do capital do estado que produziu a infraestrutura e configurou a sua forma no espaço geográfico. Com isso, abre caminho para a penetração do capital imobiliário, na qual as residências das elites e a nova classe média alta dedicada à gestão do processo produtivo industrial, passam a localizar-se em bairros de baixa densidade, em locais com belas paisagens, vegetação abundante, enfim, possibilidades restritas para pessoas com certa exclusividade. Dessa forma, a implantação desse tipo de investimento fora dos limites das grandes capitais, afastado dos bairros centrais, tem sido intitulada, por alguns autores, “periferização das elites” e “escapismo das elites” (COSTA; SOUZA, 2003 *apud* NOGUEIRA, 2011, p.18)

Nessa acepção, guardadas as proporções, a gestão do processo produtivo torna-se presente no espaço amapaense com a construção dos condomínios particulares nos Municípios de Macapá e Santana. O espaço urbano santanense tem um dos maiores condomínios que é o Residencial Acquaville Tucunaré, que se apresenta como um processo estrutural que vai sendo implantado, dando forma física “elitizada” e ao mesmo tempo segregação espacial ao Município de Santana, dessa forma vai empurrando uma parcela da população para outros espaços, a exemplo para Ilha de Santana que na sua maioria são pessoas de baixo poder aquisitivo que não tem condições de adquirir um lote no residencial supracitado.

Considerando o processo produtivo do capital no contexto imobiliário, as construções de moradias de trabalhadores, que foram expulsos das áreas centrais pelo preço dos aluguéis ou pela impossibilidade de comprar casa própria, foram cada vez mais ocupando lugares periféricos bem mais afastados do centro urbano, longe de seus locais de trabalho, em áreas abertas à descentralização das atividades industriais. Dessa forma, cada vez mais, ratifica o seguinte contexto:

É na produção da favela, em terrenos públicos ou privados invadidos, que os grupos sociais excluídos tornam-se, efetivamente, agentes modeladores, produzindo seu próprio espaço, na maioria dos casos independente e a despeito de outros agentes. A produção deste espaço é, antes de mais nada, uma forma de resistência e, ao mesmo tempo, uma estratégia de sobrevivência. Resistência e sobrevivência as adversidades impostas aos grupos sociais recém expulsos do campo ou provenientes de áreas urbanas

submetidas às operações de renovação que, lutam pelo direito à cidade (CORRÊA, 1989, p. 30).

As áreas centrais também passaram por um processo de seleção de funções, dando prioridade às atividades representativas terciárias: entidades financeiras, bolsas de valores existentes, balcões profissionais, hotéis e uma maior especialização das atividades comerciais, bem como teatros, cinemas, enfim, usos culturais variados e, especialmente, administração pública. Nas áreas centrais, o investimento e o controle urbano públicos definiram o padrão de assentamento e os grupos sociais residentes (COSTA; MENDONÇA, 2003).

Com o acelerado processo de urbanização, houve uma predominância de requisitos de planejamento para órgãos municipais, estaduais e federais, para as necessidades do crescimento rápido e dinâmico que as grandes e médias cidades estavam enfrentando. Dessa forma, forçou as cidades a se adaptar para acomodar o desenvolvimento interno e o grande número de imigrantes e migrantes que chegavam diariamente em seus espaços.

Foi o que aconteceu na primeira fase migratória para o Município de Santana, com a chegada da ICOMI na década de 1950, para fazer a exploração do minério de manganês, abrindo grande frente de empregos, com isso, atraindo mão-de-obra e consequentemente um amplo fluxo migratório. Depois, veio a segunda fase migratória com a criação da área de livre comércio de Macapá e Santana, em 1992. Com isso, outros migrantes vieram para o Município de Santana, principalmente oriundos das Ilhas paraenses em busca de emprego e uma melhor condição de vida e, partes desses migrantes se estabeleceram na Ilha de Santana por apresentar características semelhantes ao seu local de origem, dessa forma contribuindo para o aumento populacional e o processo de mudança em sua forma e função sócio- espacial e paisagística. Corroborando com a visão sobre o aumento populacional:

Macapá e Santana juntas atuam como região indutora do desenvolvimento do Estado e influenciam as dinâmicas econômicas de um conjunto de ilhas do Pará e do interior do Amapá. Compõem as duas principais portas de entrada das atividades econômicas do Estado, o Aeroporto, localizado em Macapá, e o Porto, localizado em Santana. (SILVA; TOSTES; FERREIRA, 2015, p.154)

Ainda dentro do contexto do processo de urbanização e migração, convergindo com a visão acima, tem-se o seguinte:

A conjuntura de intervenções políticas, econômicas e sociais que transformou o território brasileiro e determinou o predomínio do urbano sobre o rural. Além disso, o período da urbanização da década de 1950 é marcado, também, por expressivas migrações internas, especialmente pelos deslocamentos em direção às grandes cidades, já que as mudanças na dinâmica econômica e produtiva não eram sentidas no campo. Para assegurar a implantação do novo modelo era necessário também ampliar o mercado de consumo urbano. Essa “inserção urbana”, no entanto, ocorreu de forma muito precária no Brasil. (SILVA; TOSTES; FERREIRA, 2016, p.1)

Pode-se considerar que as expressivas migrações internas, propaladas pelos autores, vão acontecer a partir do pós-guerra, no ano 1945, onde o meio urbano passou a ser formado por cidades grandes, médias e pequenas, que, por sua vez, eram sedes administrativas, religiosas e cívicas, sedes de comércio, serviços, festas, praças de mercado da produção manufatureira. Nesse contexto, encontra-se o processo de surgimento das metrópoles brasileiras, a qual tem o seu desenvolvimento urbano associado ao processo de industrialização, considerando a partir dos governos Vargas e Kubitschek, fase que se inicia o aumento populacional nas áreas urbanas e se aguça a dicotomia rural/urbano. Dessa forma, com o princípio do processo de industrialização, os valores de uso da cidade foram substituídos pelos valores de troca do capitalismo industrial.

1.3 PAISAGEM E ESPAÇO DUAS CATEGORIAS NA DINÂMICA SÓCIO-ESPACIAL

A paisagem, assim como o espaço, altera-se continuamente para poder acompanhar as transformações da sociedade (SANTOS,2004). Nessa sentido,

[...] o espaço não pode ser estudado como se os objetos materiais que formam a paisagem trouxessem neles mesmos sua própria explicação”. É preciso considerar a totalidade dos objetos para se ter uma visão crítica e sólida a respeito das transformações no espaço e na paisagem. (SANTOS,1986, p. 40)

Ainda para Santos (1978, apud SAQUET; SILVA, 2008, p.10),

A totalidade corresponde às condições da evolução capitalista, exibida pelas estatísticas da produção e do comércio, mostrada pelas discussões em todos os níveis e pelos mais diversos meios de difusão e aspectos sociais, assim como as desigualdades geradas pelo próprio sistema capitalista.

Destarte, o espaço corresponde às transformações sociais feitas pelos homens. Conseqüentemente, a totalidade passa a ser fruto das modificações, organizações e reformulações dos seres humanos ao logo de seus contextos

históricos e sócio-espaciais, levando sempre a sociedade a refletir sobre suas ações diante do tempo e do espaço, considerando as modificações na paisagem que são históricas e dinâmicas. Diante disso, o autor destaca que:

O espaço reproduz a totalidade através das transformações determinadas pela sociedade, modos de produção, distribuição da população, entre outras necessidades, desempenham funções evolutivas na formação econômica e social, influencia na sua construção e também é influenciado nas demais estruturas de modo que torna um componente fundamental da totalidade social e de seus movimentos (SANTOS, 1979, p.10).

Santos (1996, p.18) formula que a categoria de Formação Econômica e Social parece que é a mais adequada para contribuir para a formação de uma teoria válida do espaço, por se referir à evolução diferente das sociedades, cada uma com seu marco histórico e sua relação com forças externas de onde mais frequentemente vem o impulso.

Aceitar a categoria de formação econômica e social, sem levar em conta o espaço, conduziria a aceitar o erro da interpretação dualista das relações Homem-Natureza. Natureza e espaço são sinônimos, se considerar a Natureza como uma natureza transformada, uma Segunda Natureza, como denominou Marx (SANTOS, 1996, p.18).

Nesta sequência, para Santos (1988), "[...] o homem vai impondo à natureza suas próprias formas, a que podemos chamar de formas ou objetos culturais, artificiais, históricos". Assim,

[...] a natureza conhece um processo de humanização cada vez maior, ganhando a cada passo elementos que são resultado da cultura [...]. Partindo de trabalhos individualizados de grupos, hoje todos os indivíduos trabalham conjuntamente, ainda que disso não se apercebam. No processo de desenvolvimento humano, não há uma separação do homem e da natureza. A natureza se socializa e o homem se naturaliza (SANTOS, 1988. p. 89).

Com isso, o espaço vai sendo produzido de acordo com os interesses e a demanda de quem o idealiza, para permitir fluir suas necessidades sociais, econômicas e infraestruturais, à vista disso, modificando sua paisagem social e levando o capital a rever suas estratégias locais e espaciais, que podem ser facilmente alcançadas. Neste contexto,

A instrumentalidade das estratégias espaciais e locacionais da acumulação do capital e do controle social está sendo revelada com mais clareza do que em qualquer época dos últimos cem anos. Simultaneamente, há também um crescente reconhecimento de que o operariado, bem como todos os

outros segmentos da sociedade que foram periferalizados e dominados, de um modo ou de outro, pelo desenvolvimento e reestruturação capitalistas, precisam procurar criar contra-estratégias espacialmente conscientes em todas as escalas geográficas, numa multiplicidade de locais, a fim de competir pelo controle da reestruturação do espaço (SOJA, 1993, p.210).

Para Santos (1996), a tensão entre o local e o global é um fato que deve ser entendido por meio do papel da formação social nacional, que "funciona como uma mediação entre o Mundo e a Região, o Lugar". Com isso, a formação social nacional, passa por fusão de acontecimentos que é salutar para a reconstrução, reestruturação, modelação do espaço e conseqüentemente mudança na paisagem social. Como se percebe na seguinte passagem,

O Mundo é apenas um conjunto de possibilidades, cuja efetivação depende das oportunidades oferecidas pelos lugares. [...] Mas o território termina por ser a grande mediação entre o Mundo e a sociedade nacional e local, já que, em sua funcionalização, o „Mundo” necessita da mediação dos lugares, segundo as virtualidades destes para usos específicos. Num dado momento, o „Mundo” escolhe alguns lugares e rejeita outros e, nesse movimento, modifica o conjunto dos lugares, o espaço como um todo. É o lugar que oferece ao movimento do mundo a possibilidade de sua realização mais eficaz. Para se tornar espaço, o Mundo depende das virtualidades do Lugar (SANTOS, 1996, p. 271).

Dessa forma, para Escobar (2005, p. 74), “[...] o que é mais importante do ponto de vista do lugar, é que se pode afirmar que constitui um conjunto de significados-uso que, no contexto de poder estão presentes às forças transnacionais”. Nessa perspectiva teórica sobre os significados-uso dos lugares, a forma e a função do espaço são elementos importantes para se ter noção das transformações sócio-espaciais na Ilha de Santana, bem como as mudanças em sua paisagem social considerando a questão do local e global.

Nessa dinâmica estruturante, os lugares sofrem os efeitos hierarquizados impostos pelo processo de globalização dos territórios, que são fragmentados e determinados de acordo com os interesses do capital internacional, o que implica perda de autoridade dos órgãos políticos nacionais, especialmente nas cidades, e o domínio das estratégias econômicas das empresas transnacionais, como exemplo a CIANPORT e a CARAMURU ALIMENTOS com áreas adquiridas na Ilha de Santana para desenvolverem seus empreendimentos comerciais, ou seja, o agronegócio nacional.

Dentro desse processo de transformação, as mudanças que começaram nas matrizes de empresas multinacionais e transnacionais, são projetadas e impostas

nas formas de instalações de produção localizadas nos grandes centros e depois chegam aos médios e pequenos centros regionais e locais, no caso do Município de Santana-AP e conseqüentemente até à Ilha de Santana, uma espécie de metamorfose econômica e social. Sabe-se que existe o tempo para as implantações, mas um novo ciclo de formas da produção foi rotulado de flexibilização, reengenharia da organização do mundo do trabalho, introduzindo inovações muito importantes na sociedade e na política econômica. Uma terceirização progressiva e sofisticada da economia, feita à produção industrial que acabou perdendo seu papel hegemônico. Cabe então, o seguinte registro

A globalização, com a conseqüente mundialização do capital, induz um novo modelo de produção "horizontalizado", mais flexível e ágil, culminando na universalização do conhecimento e das novas técnicas. A economia parece não ter barreiras. A terceirização surge neste contexto histórico, para promover melhorias no sistema capitalista (Drummond, 2012, p. 1)

Portanto, entende-se que o processo de globalização desde a sua origem até os dias atuais, vem usando, transformando, alterando, modificando o espaço e a paisagem social de acordo com seus interesses econômicos, culturais e políticos. Considerando, é óbvio, cada contexto histórico-geográfico. Dessa forma, o espaço e a paisagem social da Ilha de Santana, fazem parte dessa dinâmica de relações e transformações sócio-espaciais causados pelas ações do ponto vista global.

1.3.1 Paisagem e espaço: caminhos que se entrelaçam no processo dinâmico

O processo de produção espacial está relacionado à existência do homem e ao papel social que lhe é atribuído (LACOSTE, 1993; SANTOS, 2005; PADUA, 2011). Esse processo passou por uma significativa subindustrialização (PADUA, 2011), resultando, assim, em uma reestruturação de suas atividades econômicas e residenciais para promover novos modos de relações espaciais (SANTOS 2002, 2005). De acordo com Santos (2005), são relações fundamentais entre espaço e sociedade, logo, estão na base da formação sócio-espacial. Nesse sentido, o autor ressalta que

Para entender a sociedade em seu todo, trata-se de considerar as suas instâncias como elementos dinâmicos de sua organização, em suas relações recíprocas e determinações específicas. Tais seriam as instâncias econômico-produtiva, político-institucional, ideológico-cultural e a instância espacial, que também constitui uma mediação relevante para o estudo da

formação social, já que o espaço é social, contém as instâncias da sociedade e é contido por elas (SANTOS, 2020, p. 12).

Dessa forma, se percebe o quanto é importante que o ser humano tenha conhecimento das relações entre ele e seus ambientes físicos e sócio-espaciais, possibilitando novas visões e entendimentos dessas complexas interações, levando a avanços culturais, políticos e científicos, para que seja possível pensar em um espaço mais acessível e humanizado.

Com o crescimento da população localizada em ambientes urbanos, há também uma concentração crescente de atividades realizadas no interior das edificações, que demandam uma crescente conscientização de informações espaciais que possam atender a uma necessidade constante de orientação, navegação, rotas de emergência, entre outras, como é referido por Wang e Niu (2018). Considerando que o homem é um ser social e que, portanto, vive em sociedade, os mesmos produzem o espaço a partir de suas relações sociais de produção, que são marcadas por meio das mais variadas interações e atuações sociais. Nesse sentido, segundo Santos (1996, p. 73, grifo nosso), “O espaço é resultado da ação dos homens sobre o próprio espaço, intermediados pelos objetos, naturais e artificiais, bem como da soma e da síntese, sempre refeita, *da paisagem com a sociedade, por meio da espacialidade*”.

Com a presente visão, fica claro que a natureza do espaço humano é resultado de práticas sociais sobre ele. O espaço como um todo, porém com foco no espaço urbano, configura um expoente da categoria analítica e apresenta vários níveis de alterações, como físicas, sociais, estruturais e quantitativas, enquanto a sociedade que vive no espaço estudado sempre apresenta mudanças. Para Carlos (2015), a produção do espaço se perfaz enquanto pressuposto, meio e produto da realização do ciclo do capital. Nesse contexto, segundo ele,

Na discussão do espaço como produto social e histórico se faz necessário articular dois processos: o de produção e o de reprodução. Enquanto o primeiro se refere ao processo específico, o segundo considera a acumulação do capital através da sua reprodução, permitindo apreender a divisão do trabalho em seu movimento. A perspectiva da reprodução coloca a possibilidade de compreensão do geral. (CARLOS, 1994, p. 14).

Na compreensão de Santos (2012), o espaço pode ser entendido como um conjunto de objetos e relações que ocorrem indiretamente sobre esses objetos, então os objetos atuam como mediadores das relações geradas pelo homem.

Portanto, o espaço está sempre em transformação, construção, alteração, em um permanente relacionamento social com os elementos naturais. Não esquecendo que nesse rol de relacionamento, encontra-se a paisagem, a qual nos revela em sua forma as modificações que ocorreram no espaço ao ser compreendida como a sobreposição de formas e tempos diferentes.

Dessa forma, as paisagens são formadas ao longo do tempo com acréscimos e substituições em sua configuração, sendo determinadas pela lógica de uma época, considerando os fatores econômicos, culturais e sociais da sociedade em cada contexto histórico. Assim, o espaço, como paisagem, é o testemunho de manifestações concretas (testemunhos de um momento do mundo) de um dado momento e um modo de produção (SANTOS, 1986). Dessa forma, convergindo com a visão acima, Lefebvre (2008, p. 26) assinala que

o espaço é um produto social, que assume uma realidade própria, de acordo com o modo de produção e a sociedade presente. (...) o espaço sendo “um modo e um instrumento, um meio e uma mediação. (...) O espaço é um instrumento político intencionalmente manipulado, mesmo se a intenção se dissimula sob as aparências coerentes da figura espacial.

Pautado na visão de Lefebvre (2008), entende-se que o espaço passa a ser configurado como produto–produtor das relações sociais, a partir da luta entre os proletários e os donos dos meios de produção, ou seja, o espaço é um processo contínuo, permanente e não um produto acabado, contudo vulnerável a ações interiores e exteriores dos atores sociais. Dessa forma,

O movimento da sociedade se torna reflexo dos interesses das classes dominantes, ou seja, o espaço é utilizado para a manutenção de poder, constituindo-se uma possibilidade política diante das intencionalidades dos agentes produtores do espaço que variaram segundo uma temporalidade específica” [...] “Parte-se, da premissa de que a discussão acerca do espaço e da paisagem pode contribuir para o entendimento das transformações do espaço urbano. Tais categorias se tornam importantes nesta reflexão, uma vez que se deve entendê-las como produto, condição e meio de reprodução das relações sociais. (PUC-RIO, 2012, p.18).

Com isso, entende-se que os interesses e as relações sociais, corroboram significativamente para as transformações sócio-espaciais e conseqüentemente para modificações na paisagem social, por meio de ações coletivas das pessoas em seu lugar de vivência, dessa forma, a paisagem só existe a partir de sua constituição social, sendo, por seguinte, um fato coletivo, ativo e particular aos grupos sociais.

Para Sansolo (2007, p. 9), “[...] a paisagem é a expressão, mais ou menos aparente e dinâmica, das interações entre sociedade e natureza”, corroborando com a ideia, Claval (2004, p. 71) indica que é preciso compreender “[...] as relações complexas estabelecidas entre os indivíduos e os grupos, as identidades que ali nascem e se desenvolvem, bem como ao ambiente que estes transformam”.

1.3.2 Prólogo das características do espaço interno da Ilha de Santana – AP

O Distrito da Ilha de Santana está localizado no Município de Santana, Estado do Amapá, Região Norte do Brasil, separado por um braço do Rio Amazonas, conhecido como o Canal Norte. A Ilha de Santana foi criada pela lei federal nº 7.639, de 17 de dezembro de 1987, configurando-se em um Distrito do Município de Santana, no Estado do Amapá.

De acordo com as informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a sua população no ano de 2010 (último censo demográfico), era de 2689 habitantes, sendo 1 407 homens e 1282 mulheres, possuindo um total de 681 domicílios particulares.

Nesse contexto, a Ilha de Santana, ao longo de sua história geográfica, desenvolveu relações sócio-espaciais que lhe permitiu reflexão e ação sobre a sua forma infraestrutural para uma melhor condição de uso e ocupação do seu território, por parte de seus habitantes de acordo com o seu processo de desenvolvimento urbano, no contexto do Município de Santana.

Ressalta-se que não é possível falar em relações e transformações sócio-espaciais sem tocar, mesmo que de forma breve, em pontos como cidade e espaço urbano, uma vez que fazem parte do mesmo contexto de reflexão, embora por vieses diferentes de acordo com a abordagem teórica. Mas, faz-se necessário projetar um olhar holístico sobre os fenômenos espaciais, mostrando que as cidades são espaços de vivência dos seres humanos, que elas estão em constante mudança.

Nesse sentido, de acordo Harvey (1982), a cidade é a manifestação concreta dos processos sociais, revelada na forma de um ambiente físico construído sobre o espaço geográfico. Corroborando com este pensamento acima, Freitas e Ferreira (2011, p. 2), dizem que “[...] o espaço urbano revela-se como o lócus da diversidade de relações sociais e econômicas e é a expressão da principal base territorial para o

desenvolvimento do capitalismo, a cidade”. Nesta perspectiva, Weiser e Tostes (2018, p. 3) assinalam que “O espaço urbano é a expressão das relações/ações estabelecidas pelos diferentes agentes dispostos no meio. Estas relações/ações, que produzem a cidade, originam determinados processos ligados à reprodução social e à acumulação de capital”.

Nessa visão de acumulação de capital e reprodução social, a Ilha de Santana passou a ser novamente incluída na rota do capital das grandes empresas, dessa vez as que trabalham com exportação de grãos. Em 2014, a empresa Companhia Norte de Navegação e Portos (Cianport) recebeu autorização do governo federal para investir em torno de R\$ 137 milhões no Terminal de Uso Privado (TUP) em Santana, no Estado do Amapá. Com isso, a empresa adquiriu terras na Ilha de Santana para começar a fazer a instalação de seu TUP, dessa forma, causando grandes expectativas para a população local, principalmente no sentido de emprego. Nesse contexto, corroborando com a fala

É um fato que os Terminais de Uso Privado – TUP’s, hoje, vêm sendo um dos principais responsáveis pelo desenvolvimento econômico-social do país no setor portuário, não só para o escoamento da produção nacional ou para as importações, mas também na geração de empregos, de renda e de tributos, sem falar no desenvolvimento social das regiões nas quais são instalados. (JUNIOR, 2015, p. 2).

De acordo com informações da então Secretaria de Portos (SEP), o TUP da Cianport é o 33º empreendimento privado autorizado pela Secretaria após a entrada do novo marco regulatório do setor, com a (Lei 12.815/2013). Em seu Art. 1º regulamenta a exploração pela União, direta ou indiretamente, dos portos e instalações portuárias e as atividades desempenhadas pelos operadores portuários. Ressalta-se que a presente Lei estabelece em seu inciso § 3º que as concessões, os arrendamentos e as autorizações, serão outorgados a pessoa jurídica que demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco.

Com as tratativas em andamento, a partir da autorização pelo governo federal em 2014, a empresa Cianport estimou começar, em 2018 as obras do TUP (Terminal de Uso Privativo) na Ilha de Santana. Tal estimativa, decorre da fala do senhor Gilberto Coelho, gerente da Cianport no Amapá, o projeto está dividido em três fases (CARAMURU, 2017).

A primeira fase seria a construção da infraestrutura de armazenagem, carga e descarga de grãos, fato que ainda não aconteceu na Ilha, mas, a empresa vem

atuando na área da Companhia Doca de Santana, onde construiu três silos³ e atua com o transbordo de grãos de soja e milho. O terminal da Cianport deveria movimentar cerca de 3 milhões de toneladas por ano entre soja e milho a granel. O projeto de construção está atrasado no mínimo há 3 (três) anos, até então, não teve mais andamento e impera um silêncio por parte das autoridades responsáveis (Governos e Empresa).

A fala em relação ao atraso da construção do TUP na Ilha de Santana, é pertinente em função de que a estimativa de iniciar as obras, era no ano de 2018, fato que não aconteceu até o presente momento. Corroborando com a visão, em dezembro de 2020, a Cianport foi uma das vencedoras do leilão para novos investimentos privados no porto de Santana-AP, foi arrendado por um período de até 25 anos. Nesse contexto,

A assinatura do contrato de adesão de Terminais de Uso Privados (TUPs), no dia 09 de dezembro de 2020, para ampliar a movimentação de cargas no Brasil. Um dos projetos aprovados é da Companhia Norte de Navegação e Portos S.A (Cianport), que assinou o contrato de adesão no Porto de Santana para a prorrogação de prazo do início de operação e alteração do cronograma físico do projeto. O perfil de cargas é de grãos sólidos e líquidos, denominado TUP (Terminal de Uso Privativo), na Ilha de Santana. (PORTAL DO AGRO, 2020, p. 1).

Destaca-se que o projeto de construção e instalação do (TUP) da CIANPORT na Ilha de Santana, está dentro da lógica de atuação do capital, o que Becker (2007), chamou de “fronteira do capital” na Amazônia. Corroborando com a ideia da eminente geógrafa e chamando fronteira do capitalismo, tem-se o seguinte

É preciso deixar evidente que as transformações pelas quais a Amazônia passou, principalmente, depois de sua inserção como fronteira do capitalismo, não significou o fim do capital comercial e mercantil dentro da região. Muito embora o capital industrial e financeiro tenha se estabelecido como condutor do processo, reforçando ainda mais a centralidade do capital no Brasil.(...) deve-se afirmar o caráter de desenvolvimento geográfico desigual do capitalismo, uma vez que esse processo de expansão econômica não ocorre de maneira homogênea envolvendo algumas vezes, como o caso de Macapá, a reprodução de relações que envolvem a presença do capital comercial e mercantil reinventado, porém sob o comando do capitalismo dito avançado. (AMARAL, 2010, p. 333)

Cabe destacar que não só as afinidades mercadológicas do capital conglobalizante configuram o espaço urbano, este também é caracterizado pela

³ Silo é um reservatório feito com o intuito de armazenar e conservar a silagem (fermentação controlada de uma forragem) e outros produtos.

dinâmica estabelecida das relações sociais de seus habitantes com o espaço de vivência e experiência. Neste contexto, o que Amaral (2010) chamou de capital de base local, guardadas as devidas proporções do contexto histórico e social em que o espaço está inserido, do ponto de vista econômico é o turismo de base local/comunitário e os produtos da agricultura familiar e de pequenos produtores do setor agrícola que são bem presentes na Ilha de Santana-AP.

As atuações sobre o espaço urbano têm postura histórica, agrupam negócios, táticas e práticas espaciais que, por natureza abarcam sistema de ideias, compreendendo que as contradições e conflitos, também são elementos do espaço, dessa forma, apontando caminho quanto a modelação de sua paisagem social.

Quanto à questão econômico-histórica, a Ilha de Santana já configurou em seu espaço uma competição com o Porto de Santana que fica na sede do Município, no sentido de navios nacionais e estrangeiros atracarem no ancoradouro que existia na época, conforme a figura 2 (abaixo), fato que a década de 1960 para as bandas da Amazônia amapaense, na área atual do Município de Santana-AP, teve também investida de exportação de madeira, que foi o auge das empresas madeireiras, com destaque para a BRUMASA (Bruynzeel Madeira S/A), que desenvolvia sua atividade na fabricação de compensados com a utilização de produtos da floresta, principalmente explorando madeiras “flexíveis” da floresta de várzea. Por esse prisma,

[...] As espécies nativas de maior valor e interesse foram as conhecidas regionalmente como as madeiras moles, tais como: a Virola, o Açacu, o Mututi, a Samauma, dentre outras espécies. Ressalta-se esse aspecto porque, para a fabricação de lâminas de madeiras compensadas, é preciso ter cautela no que diz respeito à seleção das espécies, em função de que o trabalho de prensar a madeira, para o preparo das peças prontas para uso, não se admite misturar, madeiras moles com madeiras duras. Por conta disso, o destaque foi dado à virola (*Virola Surinamensis*), constituindo-se como outra frente de produção de madeira sarrafeada pela BRUMASA, porque é uma das poucas espécies muito utilizadas na construção civil. (BACELAR, 2019, p. 103)

Figura 2 – Local do ancoradouro na Ilha de Santana – AP



Fonte: Rita de Cássia, 2002

O espaço e a paisagem, por serem produtos históricos, eles apresentam vestígios do passado, no caso em tela do ancoradouro na Ilha de Santana, remete a uma função que era o movimento comercial e econômico da região, deixando marcas no espaço e na paisagem do Distrito da Ilha de Santana-AP. Considera-se que a dinâmica local, teve importante participação dos agentes sociais de produção, ponderando seus interesses e suas ações que se materializam no espaço, definindo e redefinindo a sua configuração sócio-espacial e estrutural no contexto atual da Ilha. Nesse sentido, em relação aos agentes sociais, estes

Estão inseridos na temporalidade e espacialidade de cada formação socioespacial capitalista” e que “são os agentes que materializam os processos sociais na forma de um ambiente construído, seja a rede urbana, seja o espaço intraurbano” reiterando que agentes e processos “são inseparáveis, elementos fundamentais da sociedade e de seu movimento. (CORRÊA, 2011, p. 43)

Dessa forma, o espaço e a paisagem social da Ilha de Santana, como em qualquer outro lugar, possuem características peculiares e relevantes provenientes da sua construção histórico-geográfica, ao longo de sua existência. Para Barbosa (2006), os sujeitos sociais definem por meio de socializações, formas de apropriação do espaço, o qual é base para suas relações. O conteúdo da apropriação e o uso do espaço tem um sentido corpóreo.

Portanto, o contexto espacial e a paisagem da Ilha de Santana-AP requerem estudos dos mais diversos campos do conhecimento para uma melhor representação e compreensão de suas transformações e dinâmicas sócio-espaciais,

contribuindo com a memória histórica, bem como, com um planejamento que atenda, preferencialmente, os anseios de sua população local.

2 FORMAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL E AS MUDANÇAS NA PAISAGEM DA ILHA DE SANTANA-AP

Esta seção está estruturada em alguns itens distintos e complementares: a interface cidade-ilha, Área de Livre Comércio de Macapá e Santana: Sua Dinâmica Socioeconômica e mudança na Paisagem Santanense, Ilha de Santana: Ambiente, Comunidade e Paisagem Social. De forma complementar, cada item abarca uma discussão que visa explicar a formação histórica e elementos da realidade do Distrito da Ilha de Santana, formação sócio-espacial a partir de seu espaço e sua paisagem, da gênese da Ilha e a “urbanização” do seu espaço que desperta o interesse de investimentos para o desenvolvimento da Ilha, do Município de Santana e do estado do Amapá, sendo comumente identificada nos discursos políticos e do senso-comum, como o grande potencial para o desenvolvimento local e regional.

2.1 A INTERFACE CIDADE-ILHA

O Estado do Amapá, assenta-se na foz e margem esquerda do Rio Amazonas, tendo uma relação profícua com o maior rio do mundo, o qual apresenta uma grande rede hidrográfica, tornando-se a principal via de acesso para esta parte da região Norte. Essa riqueza fluvial serve para fazer ligações entre as cidades do estado, com outros estados brasileiros (Pará e Amazonas). O Estado não possui ligações via terrestre com os demais estados da nação, porém, existe a Ponte Binacional Franco-Brasileira que atravessa o rio Oiapoque, ligando as cidades de Oiapoque, no Amapá, Brasil e Saint-Georges-de-l’Oyapock, na Guiana Francesa, França, ligando o Estado com a Europa. Nesse contexto,

Ponte Binacional na fronteira do Oiapoque com a Guiana Francesa. A obra é um dos símbolos dentro do projeto de cooperação celebrado entre os dois países, por meio do Acordo de Cooperação Brasil-França, assinado em maio de 1996, com o objetivo de garantir o desenvolvimento econômico na região de fronteira franco-brasileira. [...] O Amapá romperá definitivamente o seu isolamento via terrestre e passará a ser o único Estado Brasileiro ligado à União Europeia, o que permite novas rotas de exportação e importação de mercadorias e o aquecimento na economia local. (AMAPÁ, 2017, p.1).

Como já mencionado, o Estado do Amapá (AP) está localizado ao norte do Brasil, na Amazônia Setentrional Amapaense – ASA⁴ (SANTOS, 2012), e tem como limite, ao sul e oeste com o Estado do Pará, a norte, faz fronteira com a Guiana Francesa, a nordeste com Oceano Atlântico, a leste com a foz do Rio Amazonas e a noroeste com o Suriname. Na região amapaense existem 16 municípios que se ligam por estradas, e muitas vezes por meio de pontes e igarapés que passam cortando o vasto espaço do Estado.

A cidade de Santana tem a possibilidade de acesso a outros municípios por rodovias e vias fluviais, atributo da cidade que se destaca por sua importante orla fluvial e portuária na foz do Rio Amazonas, e a torna principal entreposto comercial de cargas e passageiros, que dinamizam o espaço em uma ida e vinda constante de catraias⁵, navios e ro-ro caboclos⁶ que chegam e saem do Estado pelo mesmo rio que banha a cidade.

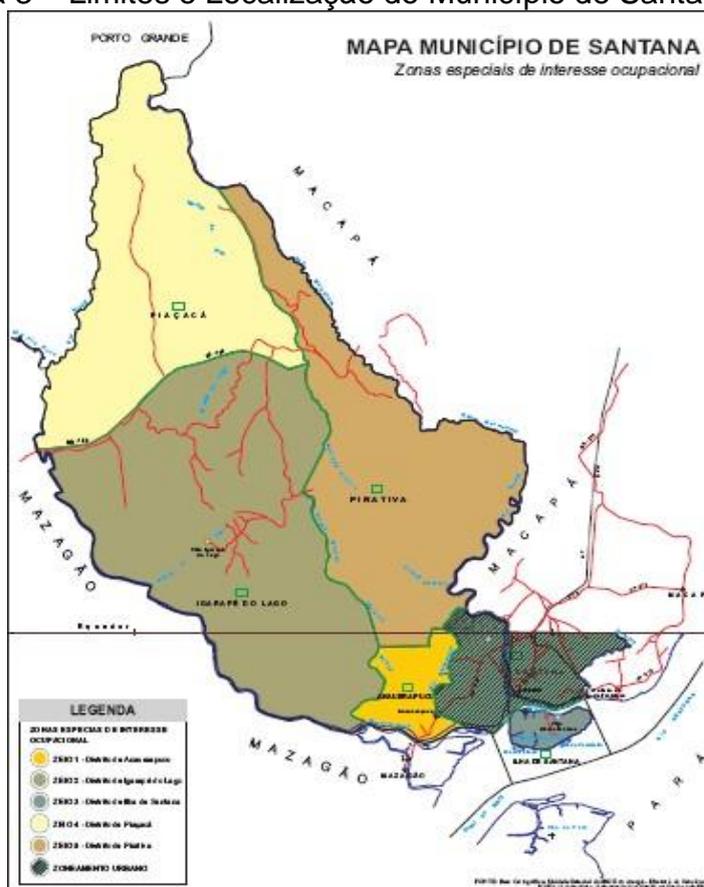
O Plano Diretor de Santana (SANTANA-2006 define a divisão oficial da área urbana em 13 bairros, embora já se tenha mais bairros, porém, falta o Plano Diretor ser reformulado e alterado para se adequar às normas vigentes. Existem ainda duas comunidades quilombolas (Engenho do Matapi e São Raimundo do Pirativa) e 05 Distritos que estão descritos na (figura 3) abaixo: Piaçaca, Pirativa, Igarapé do Lago, Anauerapucu e a Ilha de Santana que é foco deste trabalho.

⁴ Amazônia Setentrional Amapaense pode, também, aparecer escrita em sua forma abreviada (ASA). Outro esclarecimento cabe a sua condição de ser tratada de região ou de sub-região, ou seja, de ora ser um todo e ora ser parte de um todo, como, por exemplo, em relação à Amazônia a ASA é uma sub-região, no entanto, ela se configura, também, como uma região (um todo) diante de suas partes, suas sub-regiões.

⁵ Embarcação motorizada típica da Amazônia, construída artesanalmente em estaleiros tradicionais, comumente utilizadas para transportar pequenas cargas e passageiros, principalmente os ribeirinhos, nesse caso, os que moram na Ilha de Santana-AP.

⁶ Adaptação do modelo internacional de roll-on roll-off, transporte de contêineres em navios, para a Amazônia com o nome de ro-ro caboclo. Constitui-se em colocar caminhões e carretas sobre um comboio de balsas impulsionadas por um barco potente, denominado empurrador. É um meio de transporte intermodal, principal meio para o transporte de grandes cargas que abastecem todo o Estado, bem como, as ilhas vizinhas, assim como, para o escoamento de mercadorias que são distribuídas a partir de portos paraenses.

Figura 3 – Limites e Localização do Município de Santana – AP



Fonte: Santana, 2006

A cidade de Santana, fica a cerca de 20 Km em linha reta da Capital amapaense Macapá, tem sua localização à margem esquerda do Rio Amazonas, e tem como limites os municípios de Mazagão, a sul, Macapá, a norte, e a oeste, Porto Grande, como é demonstrado na figura 3.

2.1.1 Área de Livre Comércio de Macapá e Santana: Dinâmica Socioeconômica e mudança na Paisagem Santanense

A criação da Área de Livre Comércio de Macapá e Santana (ALCMS) ocupa uma área de 220 mil/km², conforme a (figura 4) abaixo, foi criada por meio da lei nº 8.387/91 e regulamentada pelo Decreto nº 517/1992, ficando de forma oficial efetivada no espaço amapaense. Por essa perspectiva:

A mesma advém de Políticas Públicas voltadas para o desenvolvimento de zonas fronteiriças da Amazônia brasileira, por meio de incentivos tributários que estimulam empresas a produzir e comercializar produtos nas regiões de precário acesso, criando, com isso, novos postos de trabalho e trazendo, por conseguinte, desenvolvimento para a região. (SILVA, 2018, p. 17).

Ainda no contexto da Área de Livre Comércio de Macapá e Santana, a lei que criou a ALCMS, assinala que

Art. 1º Fica criada, nos Municípios de Macapá e Santana, no Estado do Amapá, a Área de Livre Comércio de Macapá e Santana - ALCMS, para o livre comércio de importação e exportação, sob regime fiscal especial, estabelecida com a finalidade de promover o desenvolvimento daquele Estado e de incrementar as relações bilaterais com os países vizinhos, segundo a política de integração latino americana. (SUFRAMA, 2014, p.10).

Figura 04 – Área de Livre Comércio Macapá e Santana



Fonte: Souza,2021.

A concepção da ALCMS alterou, de forma considerada, a configuração espacial do Município, e conseqüentemente a do Distrito da Ilha de Santana que ficapróximo ao núcleo urbano. Pode dizer-se que um dos principais motivos dessa alteração no espaço urbano, foi a concessão de vantagens fiscais outorgadas aos custos tributários, que são reduzidos em função de seus abatimentos como incentivos fiscais (ICMS/PIS/COFINS/IPI), concedidos para as empresas que se instalam no espaço dos dois Municípios, ficando com uma tributação diferenciada.

O espaço e a paisagem do Município de Santana-AP começaram a refletir a consequência da urbanização chegando, principalmente na última década do século XX, o qual se notabilizou por avanços tecnológicos e conquistas sociais, dessa forma, contribuindo com a migração interna, em função de uma elevada mão-de- obra procurando outros lugares em busca de serviço e emprego, nesse contexto o

Estado do Amapá está inserido, principalmente, os dois maiores Municípios em termo populacional (Macapá e Santana). Dessa forma,

No final do Século XX, a população amapaense urbana mais que triplicou em duas décadas. A população que até 1990 era de 233.515 habitantes passou para 601.036 em 2010 (crescimento de 157,38%), provocando profundas alterações na organização espacial do Estado. (TOSTES; SOUZA; FERREIRA, 2015, p. 153).

A ALCMS está no contexto da região amazônica configurando uma fronteira do capital e, a partir de suas peculiaridades regionais passa por um processo de intensa e rápida urbanização, característico do sistema capitalista. Como assinala Rocha (2013, p. 3),

O projeto de ocupação da fronteira amazônica teve como estratégia deliberada à urbanização, considerada como meio para fomentar o desenvolvimento econômico regional: "Ao invés do método clássico de desenvolvimento de regiões despovoadas baseado na prospecção de recursos naturais e posterior assentamento da população para sua exploração propôs-se, ao contrário, urbanizar primeiro a região para que, uma vez as pessoas lá instaladas, realizassem elas mesmas as prospecções e adaptações necessárias para explorar os recursos.

De acordo com a visão acima, percebe-se que o planejamento e a infraestrutura se revelam inteiramente, trazendo a questão do que se pode chamar de "cidade legal e cidade ilegal", ou seja, uma pequena parte da cidade é planejada e o restante não, característico do processo de urbanização acelerado, onde são feitas autoconstrução por seus habitantes de forma desestruturada. De acordo com Maricato (2001), formase uma contradição entre a cidade legal (formal ou regular) e a cidade ilegal (informal ou irregular) que se constitui como alternativa popular para a problemática habitacional. Assim, registra-se que

O processo de urbanização brasileira, surgiram diversos territórios marcados pela ilegalidade e exclusão social, que se manifestaram nas condições de habitabilidade para a população que, sem acesso ao mercado formal imobiliário, passa a ocupar áreas públicas ou privadas, dando origem à cidade ilegal, informal ou irregular, constituída por favelas e outros processos informais presentes no espaço urbano. (MARICATO, 2001, p. 218)

Este fato também está presente na Ilha de Santana com as construções de casas e barracos para ocupação do espaço, alterando a sua paisagem social com o propósito de alcançar as condições mínimas de existência com um pouco de qualidade de vida, onde se tenha água potável, energia elétrica, saúde, escola,

segurança pública, enfim, uma constante luta social e política na busca de efetivação de diretrizes que contemplem o ordenamento territorial e concretizem as leis de uso e ocupação do solo que são definidas no Plano Diretor de cada cidade, no caso em tela, do Município de Santana. Nesse âmbito de legislações, que tratam sobre políticas públicas, questões sociais e habitacionais, Araújo (2017, p. 22) considera que

A Constituição Federal de 1988 deu bastante atenção à temática urbanística, reservando várias diretrizes para o desenvolvimento urbano (artigo 21, inciso XX e artigo 182); sobre a preservação ambiental (artigos 23, incisos III, IV, VI e VII; artigo 24, incisos VII e VIII; e artigo 225); acerca de planos urbanísticos (artigo 21, inciso IX; artigo 30, inciso VIII; e artigo 182) e a respeito da função social da propriedade urbana (artigo 60, inciso IV). O Estatuto da Cidade, instituído pela Lei nº 10.257/2001.

Dessa forma, se tem o estabelecimento de leis para o amparo legal sobre políticas públicas urbanas, subsidiando o planejamento urbano dos municípios brasileiros, para que os mesmos passem a desenvolver projetos que tinham em seu escopo uma nova forma de olhar a urbanização e a questão habitacional, visando consolidá-las em prol da população com baixo poder aquisitivo, para que os mesmos possam almejar um pedaço de terra para construção de sua moradia.

Neste contexto, ressalta-se que o desdobramento da instalação da ICOMI e posteriormente, a efetivação da ALCMS, forçaram os gestores, mesmo que de maneira tímida, a pensar o espaço santanense de forma holística, considerando suas alterações e configurações estruturais diante do espaço e de sua paisagem social a partir de suas transformações sócio-espaciais, principalmente na Ilha de Santana com a ocupação “ilegal ou irregular” de novos espaços para habitação.

2.1.2 Ilha De Santana: Ambiente, Comunidade e Paisagem Social

A Ilha de Santana oferece um rico laboratório para estudos das interações de longo prazo entre a comunidade residente na Ilha, o ambiente e a sociedade santanense de forma geral. Uma dessas comunidades é a Cachoeirinha (figura 5), que fica nas margens da Ilha e de acordo com informações orais fornecidas pelos seus habitantes (trabalho de campo), a mesma inicia-se em um Igarapé conhecido como Paula e se estende até ao Recanto da Aldeia. Como toda comunidade ribeirinha, partes ou até todo seu espaço é inundável, isso ocorre em função do

fenômeno de maré, principalmente no primeiro período de cada ano (janeiro a junho). Dessa forma, no imaginário social, tem-se a seguinte visão:

Historicamente se sedimentou no imaginário social, um conjunto de representações, imagens e ideologias sobre a Amazônia, em particular, sobre as populações que tradicionalmente se territorializaram na região, como as populações ribeirinhas. Diferentes “olhares” vão de um extremo ao outro. [...]. (CRUZ, 2008, p. 52).

Figura 5 – Parte da Comunidade Cachoeirinha na Ilha de Santana-AP



Fonte: Amapá Fotos, 2016

A Ilha, em seu rol de características apresenta uma bela paisagem cênica e recursos aquáticos que convertem-se em um viveiro natural de peixes, ajudando na alimentação dos presentes ribeirinhos, assim como ajudou alimentar no passado as populações indígenas (tucuju⁷), negros e europeus portugueses.

A Ilha de Santana tem sido estudada por alguns profissionais, entre eles: ecologistas, biólogos, arquitetos, turismólogos, meteorologista, geógrafos, interessados em sua enorme diversidade de organismos, assim como, na dinâmica de sua população ribeirinha com destaque para a geografia. Na Amazônia é comum se deparar, ao longo dos seus vários rios, com tais populações, vivendo de forma simples e tirando o sustento familiar a partir do extrativismo vegetal, pesca e agricultura de subsistência (pequenas plantações). A este respeito, Canto (2009,

⁷ Tucuju: Indivíduo que pertence à tribo dos **tucuju**; tribo que habitou as margens do rio Tueré, no estado do Pará. Assim como habitou também a margem esquerda da foz do rio Amazonas, onde atualmente localizar-se a cidade Macapá capital do estado do Amapá-AP. <http://www.dicionarioinformal.com.br/tucuju/>.

p.4), declara que, “Genericamente, o modo de vida ou gênero de vida é uma categoria de análise utilizada para designar o conjunto de ações desenvolvidas por um determinado grupo humano a fim de assegurar a sua existência”.

Isso significa dizer, de forma geral, que o rio acaba ditando a vida e a dinâmica local, entre o ambiente e comunidade, configurando uma paisagem social de respeito com uso responsável dos elementos naturais pautada nos preceitos do tão comentado desenvolvimento sustentável, ou seja, adequação ribeirinha quanto a utilização dos recursos naturais na produção do espaço de vivência e experiência.

2.2. A FORMAÇÃO HISTÓRICA E ELEMENTOS DA REALIDADE DO DISTRITO DA ILHA DE SANTANA

A formação histórica da Ilha de Santana pela visão e domínio português, pode-se dizer que começa de forma incipiente por volta do ano de 1637, quando o Rei Felipe IV faz a doação de terras (capitania hereditária) para o seu donatário Capitão Mor da Capitania do Grão-Pará, Bento Maciel Parente. Tal feito atende as instâncias da Coroa portuguesa e dos próprios Donatários. Nesse sentido, segue um trecho da carta de doação pelo Rei Felipe IV, onde se coloca a doação de todas as terras do Cabo Norte, incluindo todas as Ilhas,

[...] Com efeito faço, por esta presente Carta irrevogável Doação entre vivos valedoura, deste dia para todo sempre, de juro, e herdade, para ele, e todos os seus filhos, netos, herdeiros, e sucessores, que após ele vierem, assim descendentes, como transversais, e colaterais (segundo ao diante irá declarado) das terras, que jazem no cabo do Norte [...] Sua Capitania, se porão marcos de pedra, e estes marcos correrão via reta pelo sertão adentro; e bem assim serão do dito Bento Maciel Parente, e seus sucessores, as Ilhas, que houver até dez léguas ao mar[...] (VIANA apud SARNEY; COSTA, 1999, p. 66).

De posse de sua capitania, Bento Maciel Parente passou a instituir fortes para evitar novas tentativas de instalações de empreendimentos comerciais estrangeiros no Vale Amazônico (Santos, 2012). Um desses fortes foi o Forte de Cumáú da Ilha de Santana, que o mesmo foi deslocado para a região de Macapá, com isso demonstrando o princípio de ocupação da Ilha de Santana pelos europeus portugueses.

Ratificando a visão sobre ocupação na Ilha de Santana por meio de fortes, Santos (2012, p. 137) citando Castro (1999) tem a seguinte visão:

Casa forte da Ilha de Santana - Localizado na Ilha de Santana e construído pelos portugueses em 1729 no governo de Antônio Marreiros (1728-1732), sem vestígios localizados. - Essa casa forte recebeu os armamentos do forte de Santo Antônio de Macapá depois de abandonado.

Alguns anos após, há o início da conjuntura das Políticas Pombalinas (1750-1777) para a região amazônica, que tinham, na época, o desígnio da defesa militar e garantiam o povoamento no espaço a ser explorado em favor da coroa portuguesa. O governo pombalino colocou em prática suas medidas governamentais, entre as quais a criação de companhias de comércio, nomeadamente a Companhia Geral do Comércio do Grão-Pará para promover o desenvolvimento econômico do Norte (FRANCO, 2007). Essas companhias monopolistas também buscavam proteger os mercadores portugueses e dar a eles melhores condições de competição no mercado internacional.

Seguindo o curso da política pombalina, a preocupação da Coroa Portuguesa era ocupar o território com construções de fortes e vilas em locais estratégicos, por exemplo, a Fortaleza de São José de Macapá. Em vista disso, Francisco Xavier de Mendonça Furtado (capitão-general, então representante da Coroa Portuguesa, no cargo de governador do Estado do Grão-Pará e Maranhão) fundou a Vila de São José de Macapá a 04 de fevereiro de 1758. Nesse mesmo dia, o Capitão Mendonça Furtado, continuou a viagem para a Capitania de São José do Rio Negro (atualmente os Estados do Amazonas e parte de Roraima) e na margem esquerda do Rio Amazonas, avistou a Ilha de Santana a qual elevou à categoria de povoado. Nesse contexto, segundo Borges (2012, p. 3),

A história de Santana, segundo município do Amapá em muitos aspectos aproxima-se de Macapá. Após o governador do Grão-Pará e Maranhão Mendonça Furtado ter fundado a Vila de São José de Macapá, em 1758, prosseguiu viagem para a Capitania de São José do Rio Negro e deparou-se com a Ilha de Santana (Santana) situada à margem esquerda do Rio Amazonas, elevando-a à categoria de Povoado.

Ressalta-se que a ocupação de fato da Ilha de Santana pelos nativos e mestiços é datada do ano de 1753 e passa pelos seus primeiros habitantes que foram os europeus (especialmente os portugueses), mestiços vindos do Pará e indígenas Tucujus emanados de aldeamento originários do Rio Negro, comandados pelo português Francisco Portilho de Melo, o primeiro desbravador da Ilha de Santana e um dos maiores contrabandistas de pedras preciosas e escravos. Fato descrito por Jordânio (2010, p. 1), foi um célebre contrabandista português, que

colonizou a região do Rio Vila Nova (antigamente denominada de “Santa Maria da Madre de Deus do Anauerapucu”), em Mazagão.

O mesmo vivia fugindo das autoridades fiscais paraenses em decorrência de sua atuação no comércio clandestino. Para abrandar a sua situação de contrabandista, procurou ajudar a Coroa Portuguesa por meio de sua influência junto aos indígenas. Ele era devoto de Nossa Senhora de Sant’Ana, homenageou colocando o nome do Município de Santana, que se tornou a padroeira da cidade. (SANTANA, 2022).

A realidade e o contexto da Ilha de Santana vão se organizando em torno dos interesses comerciais e da esperteza de Francisco de Melo junto ao Governador Mendonça Furtado. O primeiro desbravador da Ilha de Santana, tentando mudar sua imagem perante as autoridades lusitanas, resolveu contribuir dando informações valiosas sobre a Amazônia, coisa que Francisco de Melo conhecia muito bem. Ajudou ainda a remanejar mais de 400 indígenas da etnia Tucuju que estavam sob sua tutela na época, o que provocou enorme descontentamento pelos indígenas que foram apartados do seu espaço natural de vivência, enfrentando situações extremamente danosas para a sua sobrevivência. Com isso, em retribuição ao fatocometido e sua aproximação com Mendonça Furtado, ele fora agraciado com a honraria de capitão e diretor do Povoado de Santana, como indicam Sarney e Costa (1999,119), quando salientam que

Desta aldeia de Santana de Macapá e seus problemas Mendonça Furtado tratara com o próprio Pombal. Um sertanista, Francisco Portilho de Melo, baixa gente para ela em fevereiro de 1753; em abril Mendonça Furtado lhe escrevia dando instruções diretas. Em outubro de 1754 leva-o para o Negro, substituindo na administração da aldeia.

Diante desse contexto, percebe-se que mesmo com o passado maculado, Francisco Portilho de Melo, conseguiu fazer amizade com o governador do Grão-Pará, Mendonça Furtado, fez acordo e passou dar apoio para o governo de Portugal, com mão-de-obra para a Corte Portuguesa, dessa maneira, ficou incumbido da responsabilidade pela aldeia de Sant’anna, localizada na Ilha de Santana.

2.3 RELAÇÕES E TRANSFORMAÇÕES NA PAISAGEM DA ILHA DE SANTANA

Durante o século 20 e até hoje, a pesca continua a ser gratificante na Ilha de Santana. As práticas atuais de pesca na Ilha são compostas por estratégias muito simples e econômicas, semelhantes àquelas dos tempos pré-coloniais. Ao longo de pequenos igarapés internos, os caboclos (descendentes de índios nativos, escravos africanos e colonos portugueses) colocam cercas removíveis ou constroem barragens temporárias de terra e madeira na maré alta. Na maré baixa, os peixes que entraram nos riachos ficam presos atrás das cercas e podem ser facilmente pescados com redes ou veneno (SMITH, 2002).

A concentração de domicílios nas margens do rio Amazonas, têm gerado transformações paisagísticas e problemas ambientais, uma vez que o uso e ocupação das margens do rio vem acontecendo a supressão da mata ciliar para a construção de casas e extração de madeira, principalmente, a extração do açaí que vem causado impactos ambientais, como assinala Ferreira (2006, p. 6) citando Carpanezi (2000),

A eliminação da mata ciliar favorece a eutrofização ou adubação excessiva do corpo d'água com nutrientes utilizados em lavouras vizinhas, com a conseqüente proliferação de algas e mortalidade de plantas aquáticas e peixes. [...] Conseqüências da remoção da vegetação ciliar, o desbarrancamento das margens de rios levando a aumentos de turbidez e do assoreamento, diminuindo, assim, a vida de plantas e de animais do rio, pelo enfraquecimento da cadeia alimentar e pela destruição dos habitats, provocando redução da biodiversidade.

Essa prática por muito tempo rendeu maiores retornos nos arredores da Ilha de Santana, não fosse a tão abrupta industrialização e a tecnologia tentando imprimir uma rotina nova aos moradores da Ilha, fazendo com que o movimento sazonal de pescadores para trabalhar nessas áreas caísse sobremaneira.

Dessa forma, se potencializa na década de 1990, o extrativismo do açaí e passa a ter valor de mercado, impulsionando a produção do produto para uso comercial, levando sua exploração de diferentes formas, a exemplo, por unidades domésticas ou por empresários. Ressalta-se que o suco de açaí (popularmente conhecido como vinho em função de sua cor), junto com a farinha de mandioca e o peixe, compõe a alimentação básica de uma grande parte das populações ribeirinhas. Nesse sentido:

Produção de açaí é o principal meio de obtenção de renda que os ribeirinhos utilizam [...]. É válido ressaltar que não só eles, mas têm pessoas dentro da sede do município que também usam o produto para gerar lucros, esses são os que compram o açaí (*in natura-carço*), e vendem o suco (CARVALHO; SILVA, 2016, p. 04)

Corroborando com a visão sobre a importância do açaí no contexto e realidade da população amazônica, tem-se a seguinte visão:

A poupa do fruto garante o sustento das famílias, e abastecerem as pequenas indústrias locais, que comercializam o produto no mercado local enacional, com grande movimentação da economia no estado. O caule é aproveitado na construção de moradias nas comunidades na Amazônia, na construção das pontes sobre os igarapés e os baixões, o que permite maior fluidez aos moradores de uma região rica em águas e florestas. (BACELAR, 2019, p. 37).

Constata-se a existência de uma enorme biodiversidade na Amazônia amapaense, principalmente, nas áreas de várzeas que continua sendo campo de exploração de seus recursos naturais, seguindo a lógica capitalista de produção e enriquecimento de um pequeno grupo (os empresários do primeiro setor da economia), dessa forma, contribuindo para as transformações sócio-espaciais da Ilha de Santana-AP, foco do trabalho.

2.4. PAISAGEM, TURISMO E AÇÕES DE GRUPOS SOCIAIS ORGANIZADOS NA ILHA DE SANTANA

Os grupos sociais organizados, que habitam, produzem e transformam o espaço e a paisagem social da Ilha de Santana, apresentam-se de várias ordens de segmentos e influências, a exemplo: A Cooperativa de Produtores de Polpa de Frutas; Associação dos Produtores Agrorurais da Ilha de Santana; Colônia de Pescadores Z-6; Cooperativa dos Catraieiros da Ilha de Santana; Associação de Moradores; Sindicato Rural de Santana; Fábrica de Polpas (Associação dos Agricultores, Cooperativa dos Produtores Agroextrativistas da Ilha de Santana- Agrossan, que é a mais recente representatividade fundada (24/01/2018).

Todas essas representações, mesmo com os entraves de várias ordens (social, infraestrutura e política), estão na luta por condições, oportunidades melhores de trabalho e valorização técnico-profissional, bem como, melhorias para o seu espaço de vivência, buscando contribuir para o desenvolvimento da Ilha (setor infraestrutural e setor primário), o que Veiga (2002) chama de economia rural. A

figura 6 mostra a rampa principal da Ilha sendo reformada, iniciativa que partiu da Associação de Moradores do Distrito da Ilha em parceria com o poder público.

Figura 06 – Rampa da entrada principal da Ilha de Santana



Fonte: Ana Lúcia Teles/Arquivo Pessoal, 2017.

Na busca por um espaço melhor em termos infraestruturais, apresentam-se ações conjuntas como já mencionadas em relação à reforma da rampa, evidenciado na notícia do G1 de 22/07/2017 (ALBERTO JÚNIOR, 2017):

De acordo com a agente distrital da Ilha de Santana, Ana Lúcia Teles, a mobilização foi iniciada por ela e pela coordenação da festa religiosa de Santa Ana. A obra foi realizada com o auxílio de 7 garis que trabalham na limpeza da ilha, e que fizeram a manutenção da rampa que estava deteriorada por conta da erosão e da atracagem de balsas.

Diante da visão de procurar desenvolver o espaço local a partir do potencial que esse apresenta, o turismo é uma das opções, pois o mesmo é composto de atividade que se utiliza da paisagem e do espaço, ora na sua forma original e em outros momentos, transformando-o por necessidade das atividades de seus usuários que são os turistas. A partir do momento em que a paisagem sofre a mutação para o turismo acontece a turistificação⁸. Isso ocorre para acoplar, juntar valores à atividade econômica possibilitando o aumento dos lucros e por sua vez a reprodução do

⁸ A turistificação resulta de um fenômeno sócio espacial e a partir dele a concretização de uma atividade econômica, ambos extremamente complexos, mas que têm se revelado como uma das mais dinâmicas e consonantes práticas com o contexto atual da globalização e do capitalismo neoliberal (FRATUCCI, 2014).

capital. Para Serra (2019), a turistificação dentro de um território está diretamente ligada ao modelo capitalista que busca a produção máxima. Neste sentido.

O turista é considerado o principal e mais importante agente de turistificação, sem o turista não há turismo, ou seja, é necessário e importante sua presença. O turista é capaz de promover, vender, criar, produzir e inventar um lugar turístico, essa capacidade cabe somente a ele. (RODRIGUES; LOURENÇO; GUERRA, s.d., p. 212).

Em Molina (2007, p. 13-14), o turismo é “Visto como um sistema, o turismo está integrado por um conjunto de partes ou subsistemas que se relacionam para alcançar um objetivo comum”. Ademais, esses subsistemas são: superestruturas (organizações do setor público e privado); demanda (turistas); infraestrutura (aeroportos, rodovias e telefonia entre outros); atrativos (naturais e culturais); equipamentos e instalações (hotéis, restaurantes, dentre outros) e a comunidade receptora (moradores locais).

Torna-se perceptível que o turismo é uma atividade econômica que se mostra territorialista. O espaço conquistado pelo turismo tem características que não se notam em outros territórios. A teórica Cruz (2000, p. 17) manifesta seu pensamento quando afirma que, “o turismo concorre no processo de transformação dos territórios para seu uso, com outros usos do território, bem como formações sócio-espaciais precedentes a seu aparecimento”.

Dessa maneira, o turismo na Ilha mostra-se viável, vem em crescente, desbravando espaços que antes não eram conhecidos e valorizados pela população de forma geral, assim como, não era visto pela comunidade local como uma atividade econômica, como uma necessidade da sociedade pós-moderna, que busca por espaços turísticos diversos em escala local, regional e global, despertando interesse do mercado e a preferência dos turistas de conhecer novos espaços na amazônia, principalmente na amapaense.

Com isso, há a mutação do território da Ilha de Santana em território turístico que conduz à reorganização desta sua nova funcionalidade, bem como a readequação da sociedade nela inserida e suas funções e estruturas. Por isso, mostra-se a necessidade de um sistema de objetos e um sistema de ações, aderindo tanto aos espaços destinados ao lazer quanto às atividades desenvolvidas pelos promotores responsáveis por propagarem o turismo e também pela comunidade nativa do Distrito da Ilha de Santana. Dessa forma, segundo Coriolano

(2010, s/p, grifo nosso) **O turismo não se apresenta somente como uma atividade econômica**, mas também como uma prática social que causa divisão interna nas comunidades, mas que demanda tempo para se transformar e obter resultados mais genéricos e sustentados.

Na transformação das paisagens e dos espaços concernentes a este processo, nota-se que o turismo possui na figura do Estado, sua principal mola que o impulsiona para conseguir seu alvo. O poder público está longe de ser um coadjuvante neste enredo, na verdade ele protagoniza a estruturação de toda a atividade turística e movimento e torna viável os incentivos para que a economia local de qualquer espaço logre êxito. Quando o lugar ganha a alcunha de ponto turístico são necessários os atributos que sejam capazes de ser convidativos e despertem a curiosidade dos visitantes em relação ao lugar em potencial propagado, assim, atesta-se que,

Segundo a linha mais conservadora de análise, a apropriação do espaço para o turismo dá-se apenas naqueles trechos em que existem elementos – naturais ou culturais – capazes de gerar fluxos de visitantes temporários, os quais proporcionam o surgimento da atividade turística, com todas as suas implicações econômicas. (FRATUCCI, 2008. p. 71)

Sobre a questão do surgimento de atividades turísticas nas localidades em função do seu potencial, a Ilha de Santana apresenta espaços que se tornaram conhecidos pelo público interno (amapaenses) e pelo público externo (turistas de outros Estados e até de outros países). No sentido de exploração do espaço pelo viés turístico e ambiental, o Distrito de Ilha de Santana, tem respaldo legal de acordo com o seu Plano Diretor (SANTANA, 2006), em seu Artigo 68, que traz a Ilha como Núcleo Urbano Rural, o qual tem como objetivo em seu inciso VIII, promover a inserção da comunidade local no processo sócio econômico das atividades turísticas e ecológicas a serem implantadas.

Dessa forma, abre-se caminho para o processo de turistificação na Ilha de Santana que já vem sendo introjetado de forma paulatina em seu espaço, com visitas e explorações, a exemplo do Refúgio dos Pereira, Recanto da Aldeia e a Samaúma da Ilha de Santana, apresentados nas figuras 07, 08 e 09, respectivamente.

O **Refúgio dos Pereira**, existente desde 2001, dispõe de um chalé na propriedade que serve para a recepção de turistas, é o único local com essa característica.

Figura 7 – Chalé Refúgio dos Pereira



Fonte: Autor, 2019.

Os proprietários, o senhor Waldir Pereira (*In memoriam-04-05-2022*) e a dona Lúcia Pereira, fazem o registro em um livro das pessoas que visitam o espaço, o que configura uma forma de se ter um indicativo para possíveis políticas voltadas para o Turismo de Base Local-TBL. Por exemplo, analisando o livro de registro, no ano de 2019, foram 326 (Trezentos e Vinte Seis pessoas) que visitaram o espaço, no ano de 2020, 126 (Cento e vinte e seis pessoas), uma queda em função da pandemia, no ano de 2021, 337 (Trezentos e trinta e sete pessoas). Juntando os três anos, se tem um total de 789 (setecentos e oitenta e nove pessoas) que visitaram o Refúgio dos Pereira.

Esse registro mostra o potencial turístico que tem a Ilha de Santana. Quem explora esse local de forma individual são alguns guias de turismo e agências de turismo que vendem seus pacotes e colocam a Ilha de Santana no rol dos pontos turísticos amapaenses. Para chegar ao local (Refúgio dos Pereira) leva em torno de 10 minutos de carro, saindo da rampa principal da Ilha. No espaço, começaram a oferecer serviço de alimentação e estadia para os visitantes, caso os mesmos queiram.

Outro espaço na Ilha muito visitado pelos turistas é o **Recanto da Aldeia** (figura 8, vide pág. 60), que apresenta duas formas de acesso, uma pelo rio que leva em média 50 a 60 minutos de catraio ou 25 a 30 minutos de voadeira (valor a negociar com o catraieiro ou piloto da lancha.) ou vai de carro até ao recanto, para isso é necessário atravessar o rio e chegando à rampa principal, estarão os prestadores de serviços automotores que cobram em média 15 reais para levar e 15 reais para buscar (dura em torno de 15 minutos para chegar ao local).

Figura 8 – Recanto da Aldeia



Fonte: Autor, 2007.

O recanto já foi o destino procurado nas férias de julho por santanenses, macapaenses e por pessoas de fora (turistas), um dos motivos da procura é a proximidade com o centro urbano. Atualmente, o espaço encontra-se abandonado, os visitantes e turistas só irão encontrar uma média faixa de “praia” propícia para correr, praticar futebol de areia, vôlei de “praia”, entre outros ou para fazer um acampamento ou conhecer a biodiversidade local.

Visitante ou turista que vai à Ilha de Santana, inevitavelmente aguça o interesse de conhecer a Trilha da Samaúma, local que ficou popularizado e mais conhecido pela comunidade santanense em função das gravações de algumas cenas do filme Tainá 3. Na Ilha existem várias sumaumeiras centenárias, sendo que a samaúma onde se faz a trilha tem aproximadamente 400 anos. A Sumaúma ou Samaúma (Ceiba pentandra) é uma árvore gigantesca encontrada na Amazônia, capaz de ultrapassar os 50 m de altura. Ela é sagrada para os maias, no México, e

para diversos povos indígenas brasileiros, a Samaúma é considerada a árvore rainha da Amazônia (Hypheness,2020). Sua característica marcante são as sapopemas (raízes tabulares de até 5 m de altura ao redor do tronco), os turistas e as próprias pessoas da região ficam encantadas quando avistam.

Figura 9 – Samaúma da Ilha de Santana



Fonte: Autor, 2016 e 2019.

Alunos e professores explorando a trilha da samaúma do ponto de vista técnico por meio de aula de campo, conhecendo o potencial da Amazônia santanense (flora e fauna) existente na Ilha de Santana, bem como, apresentando um cenário ecológico e de beleza bucólica, caracterizado pela vazão constante do rio, entrada e saída de águas de maré, destacando duas paisagens e cenários diferentes no período de cheia e seca em função das marés por ser tratar de uma floresta de várzea.

Diante desse contexto, percebe-se a potencialidade da Modalidade do Turismo de Base Local ou Comunitário que carece de uma atenção por parte do poder público (incentivando e qualificando a comunidade local para implementar a prática turística) e das instituições de pesquisa e extensão no sentido de desenvolver trabalhos técnicos voltados para a área do turismo, que possam corroborar para o crescimento e desenvolvimento da comunidade local, gerando emprego e renda para grupos de pessoas ou associações ligadas ao turismo.

O Turismo de Base Local ou Comunitária, como assinala (CORIOLANO, 1998, p.132),

[...] depende de iniciativas e esforços dos moradores do lugar, estes são os principais articuladores e construtores da cadeia produtiva turística, que trabalham para que a renda e o lucro do setor fiquem na comunidade, a fim de um aproveitamento e crescimento interno, contribuindo com a melhoria de vida, de modo que a comunidade autóctone se sinta capaz de planejar, organizar e explorar as atividades turísticas que se efetivam em seu território.

Nessa mesma linha de pensamento, a autora destaca que

O turismo de base comunitária proporciona que as comunidades experimentem novas formas de produção de serviços turísticos, sem padronização, com bastante criatividade, compromisso e solidariedade. O turismo de base comunitária é mais do que visitar atrações turísticas, a ideia é dar aos visitantes a oportunidade de experimentarem a vida local como ela realmente é, participando de um processo de intercâmbio cultural, trocas de experiências, vivências e conhecimentos. (CORIOLANO, 2006, p.210).

Assim, de acordo com Coriolano (2006), fica evidente que a utilização de determinados espaços enquanto produtos turísticos se viabilizam através dos atrativos pré-existentes. Os elementos culturais são fatores importantes para o lugar, o turista busca além de belezas naturais, a história, a cultura, a fé, nessa linha de entendimento que muitas cidades afloram seus potenciais turísticos. A Ilha de Santana, reúne essas características potenciais que o Turismo de Base Comunitária preconiza, com uma história sócio-espacial, a exemplo da religiosidade que é a Festa de Santa Ana, a padroeira do Município, o Festival da Acerola que, por vários anos, era comemorado, atualmente configura apenas no imaginário das pessoas do lugar e a sua formação histórica, fruto das grandes navegações, principalmente no período da era Pombalina e seus feitos por terras sob a tutela dos Europeus Portugueses.

3 AS DINÂMICAS SÓCIO-ESPACIAIS E A TRANSFORMAÇÃO NA PAISAGEM DA ILHA DE SANTANA

Para ter uma noção sobre a dinâmica sócio-espacial e a transformação na paisagem da Ilha de Santana, a base de produção foi a partir de 17 questões feitas por meio do *checklist* (ANEXO 1), bem como das observações in loco e conversas informais, respeitando todos os protocolos de saúde pública em função da covid-19. No primeiro questionamento desta pesquisa, buscou-se apresentar uma provável resposta para a maneira com a população vem ocupando o espaço da Ilha de Santana-AP. Ao determinar como este fenômeno vem acontecendo, será viável estabelecer as prováveis correlações entre o uso e ocupação do espaço local e as movimentações dos agrupamentos humanos para a área de estudo. Santos (2016), aponta caminhos para o processo de extensão do tecido urbano. Em seu entender,

A expansão da cidade pode se dar pelo adensamento de áreas urbanas com a intensificação da dinâmica urbana do centro, ou pela transformação de terra rural em terra urbana em função de uma produção mais periférica do espaço. Nesse sentido, o centro apresenta uma dinâmica bastante complexa e, em geral, possui significativos de estudos, que em muitos casos estão associados ao fato dos objetos espaciais estarem concentrados numa relativa escala de proximidade, o que pode orientar a análise na relação entre centro e centralidade ou concentração e centralização. (SANTOS, 2016. p. 39).

Embora essa expansão da cidade não seja algo tão simples de perceber, tal ato serve, pelo menos, para sinalizar de que maneira vem acontecendo esse deslocamento para a Ilha. Será a partir dessa questão que se elucidará, de modo mais apropriado, as questões que são pertinentes em relação à amplitude da pesquisa. Para isso, foi feita uma comparação do último censo demográfico de 2010, que apresentava 101.262 pessoas no Município de Santana com a população estimada em 2021 pelo IBGE que estimava 124.808 pessoas.

Dessa forma, em números absolutos, o Município de Santana teve um acréscimo de 23.546 pessoas, com isso, respingando parte desse acréscimo populacional para a Ilha de Santana, mesmo que ainda não seja possível determinar de forma quantitativa o real aumento populacional da Ilha. Por isso, projeta-se uma visão com as seguintes informações: Em 2010, a população da Ilha de Santana era de 2.689 moradores, com média de 4,73 de moradores por domicílios. O IBGE Amapá, está estimando que tenha cerca de 884 domicílios ocupados na Ilha de Ilha.

Diante da média de moradores da Ilha de Santana, conforme último censo demográfico (2010) que foi de 4,73 e multiplicado pela estimativa de 884 domicílios (IBGE, 2022), obtém-se uma população de 4.181 pessoas morando na Ilha de Santana-AP. A visão real sobre o quantitativo populacional da Ilha de Santana, só será possível com os dados do censo demográfico de 2022.

Fato que nos dias atuais, permanece um movimento para a área em estudo, essa movimentação de pessoas para a Ilha de Santana, foram observadas in loco e comprovadas com 3 áreas de uso e ocupação para moradias que subsidia o trabalho e segue em tela nos capítulos a seguir.

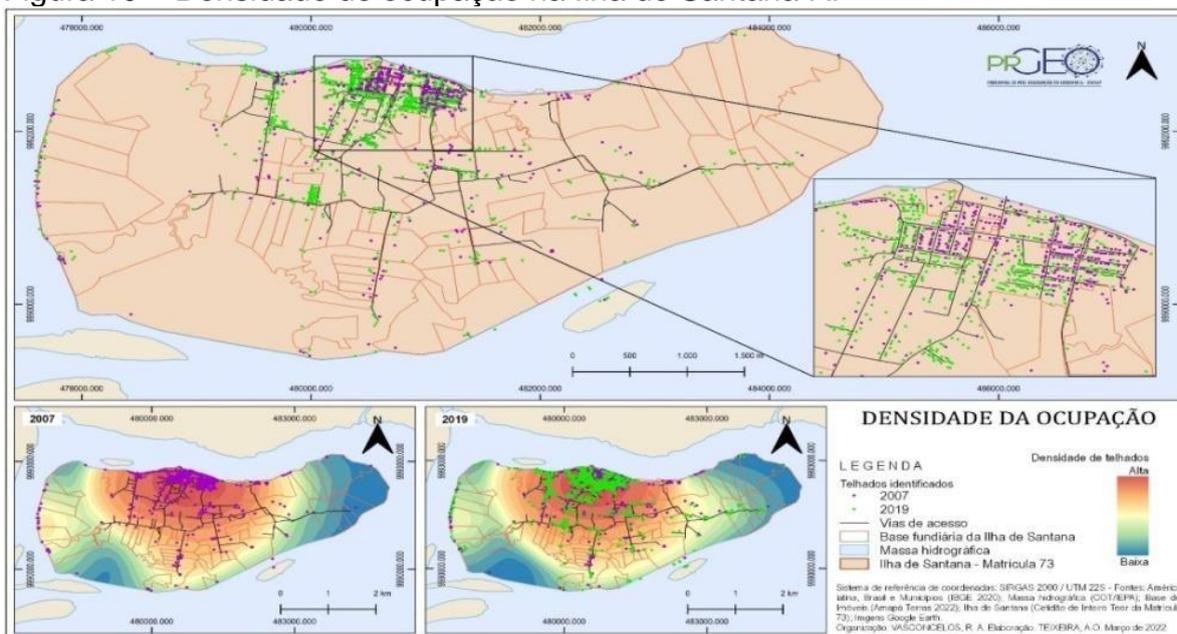
Isso significa que mesmo de maneira sutil, aumentou o quantitativo de pessoas na localidade pesquisada. As informações precisas sobre essa questão só serão possíveis com o censo de 2022. De qualquer modo, este aumento é visível na circulação das pessoas nas ruas e nas três ocupações recentes que ocorreram na Ilha de Santana.

Algo, que certamente, implica em prováveis problemas que necessitam de atenção por parte das autoridades locais, como qualquer outro fenômeno humano, a ocupação do espaço pode variar em relação ao tempo, bem como considerando qualquer outro elemento que seja pertinente. Na prática, é indispensável o entendimento dos pormenores que aqui são essenciais para que se dimensione melhor de que forma uma população, em particular, vai paulatinamente ocupando os espaços. Como explica Duarte (2000, p. 9),

O homem sempre busca alterar o meio ambiente em função das suas necessidades socialmente definidas, e essas alterações mal conduzidas são a causa de muitos problemas no meio urbano. Isso é fato no espaço urbano e rural da Ilha de Santana.

Dessa forma, em função da necessidade de moradia, percebe-se um adensamento em certos espaços da Ilha de Santana como é demonstrado na figura 10. Aos poucos o processo de urbanização começa a dar sinal de sua presença ao espaço de pesquisa. Para que a questão do adensamento fosse vislumbrado adequadamente, urgiu observar com bom senso os movimentos populacionais no local pesquisado, tomando consciência de todos os elementos que lhe são prementes, além de se concentrar em entender os seus pormenores de forma, clara, direta e precisa.

Figura 10 – Densidade de ocupação na Ilha de Santana-AP



Fonte: Organização: Vasconcelos, R. A. Elaboração: Teixeira, A.O-2022.

Para se chegar às informações apresentadas no mapa de densidade da Ilha de Santana (2022), foi necessária a utilização de imagens do histórico do Google Earth dos anos de 2007(07/2007) e 2019 (09/2019). (GOOGLE EARTH, 2007,2019). Foram quantificados os telhados e mensurados quanto à dinâmica de ocupação efetiva por habitações, para isso, contou-se com o auxílio do software Qgis (versão 3.16.16). Ambos os telhados foram georreferenciados e, posteriormente, efetuada a vetorização em tela de cada telhado visível para o ano de 2007 (cor roxa), resultando no acumulado de imóveis até àquele ano, posteriormente, o mesmo processo foi realizado para a imagem do ano de 2019 (cor verde), obtendo assim, o acréscimo de telhados visíveis na imagem, estes surgidos entre os anos de 2008 e 2019.

Assim sendo, obteve-se um total de 531 telhados (cor roxa) em 2007 e em 2019, obteve-se um total de 870 telhados (cor verde), somando um universo geral de 1.401 telhados. Dessa forma, 37,90% (531) que existiam até ao ano de 2007. Já no período de 2008 a 2019, surgiram 62,10% (870) das ocorrências de telhados na Ilha de Santana. Um acréscimo de 163,84% em um período de apenas doze anos, números esses que nos dão uma visão geral a respeito do adensamento na Ilha de Santana, principalmente em seu núcleo urbano. Para Cardoso (2022), adensamento é um fenômeno de concentração de pessoas ou de construções em certas áreas de uma cidade.

Embora não pareça de imediato, a ocupação do espaço geralmente se efetiva pelo surgimento de algumas subdivisões ocupacionais que vão aos poucos se apropriado do espaço, sendo assim, ao ocupar o espaço por completo, novos meios de usufruto e benefícios vão sendo criados, para que as pessoas possam desfrutar, conforme seja conveniente aos seus respectivos interesses e necessidades. Como diz (SOUZA, 2006, p.102), promover o desenvolvimento sócio-espacial, sendo este visto como um processo de transformação para melhor, tanto das relações sociais quanto do espaço.

Nesta perspectiva, a ocupação de novos espaços se dá mediante o surgimento de imóveis dos mais variados tipos, além de destinações bem distintas um dos outros, bem como as relações das atividades humanas. Com isso, observam-se alguns desafios, entraves e obstáculos para que o espaço seja usado da melhor maneira possível pela população local. Nesse contexto,

O espaço é produzido no processo histórico enquanto coisa e enquanto obra. “O ato de produzir é, ao mesmo tempo, o ato de produzir espaço”. É nesse sentido que o tratamento do espaço como sistema de valores ganha força, pois ele, o espaço, é um produto sócio-cultural que é valorizado enquanto troca e enquanto uso. (SANTOS, 2006, p. 203).

Além disso, buscou-se ter uma noção de maneira geral, como se dá o surgimento de novos espaços de moradias na Ilha de Santana. Mesmo que de maneira sutil, o indicativo de surgimento de novos espaços na Ilha, vem acontecendo em função de alguns fatos observados e em conversa informal com a comunidade local, entre eles: devido à falta de moradias do outro lado de Santana, com isso, várias famílias estão de deslocando para o local pesquisado, tentando conseguir um pedaço de terra para morar.

Inclusive este fenômeno se reforçou bastante devido à possível instalação do Terminal de Uso Privado (TUP), como já mencionado no corpo deste trabalho, o qual indica novos postos de trabalho no local investigado. Em conversa informal, com moradores da Ilha de Santana, durante o trabalho de campo, foi percebido que parte das famílias que vieram de outros Estados, principalmente do Pará, são as que estão ocupando os “espaços vazios”, visando justamente ficar mais próximo do futuro empreendimento citado e se firmar no espaço que conseguiram fazer sua moradia. Dessa forma,

O fenômeno se agrava, na medida em que o uso do solo se torna especulativo e a determinação do seu valor vem de uma luta sem trégua entre os diversos tipos de capital que ocupam a cidade e o campo. O fenômeno se espalha por toda a face da terra e os efeitos diretos ou indiretos dessa nova composição atingem a totalidade da espécie. (SANTOS, 1988, p.16)

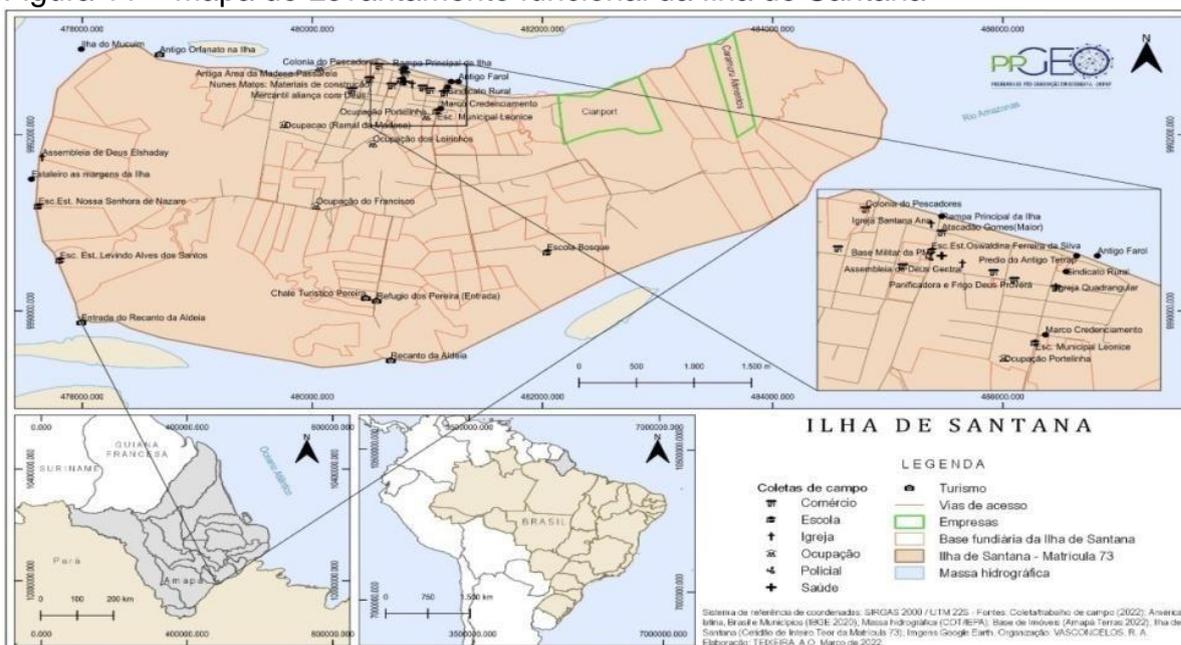
A ocupação do espaço local investigado tomou como ponto de partida as perspectivas de uso da natureza do ponto de vista socioeconômico e cultural, os quais determinaram a criação e/ou ocupação de novos imóveis, tomando-os como uma excelente justificativa para sua instalação no local. Talvez tal fato não tenha ocorrido da melhor forma possível, mas é a realidade do lugar pesquisado, indicandode que modo as movimentações dos agrupamentos humanos para determinada área fundamentam-se em questões estruturais que lhes circundam e lhesdeterminam em absoluto.

3.1 LEVANTAMENTO FUNCIONAL NA ILHA DE SANTANA-AP

Para fazer o levantamento funcional na área de pesquisa, foi utilizado o aplicativo GPS Coordinates Photo Stamp Camera UTM, que possibilita a captura de imagens, bem como armazena a localização geográfica dos pontos coletados in loco e ainda permite sua espacialização. O levantamento funcional de uma região, segundo Rocha e Moreira (2012, p. 4), “[...] consiste basicamente na coleta de dados pertinentes quanto à quantidade de comércio, serviço, habitação, etc., representados em uma dada parte da cidade ou zona”.

Dessa forma, foram coletados 36 pontos para ter uma visão geral das funcionalidades na Ilha de Santana, esses pontos foram tratados com a assistência do software Qgis (versão 3.16.16) e produzido um mapa para ter noção de como a Ilha de Santana-AP se apresenta (figura 11). Buscou-se observar algumas transformações ou mudanças na paisagem da Ilha de Santana, ação fundamental e necessária no sentido de descobrir os tipos de cada uma delas em particular. Com isso, foram percebidas transformações na área de estudo, oriundas da construção de novos imóveis no espaço da Ilha, ou seja, ocupação territorial pela população.

Figura 11 – Mapa do Levantamento funcional da Ilha de Santana



Fonte: Organização: Vasconcelos, R. A. Elaboração: Teixeira, A.O-2022.

Isso posto, as transformações na Ilha e suas funcionalidades são de várias ordens, entre elas: aumento no número de estabelecimentos destinados à venda de gêneros alimentícios, bloqueamento das principais vias públicas, construções de casas de alvenarias em detrimento das casas de madeiras, escolas, posto de saúde, posto policial, várias Igrejas de vertente religiosa diferente, construções de pequenos prédios em 2 (dois) andares, como se apresenta na figura 12.

Nessa linha de entendimento, ratifica-se a visão de espaço teorizado por Milton Santos (1978, p.171), o qual dizia que o espaço é um (...) o resultado de uma práxis coletiva que reproduz as relações sociais, (...) o espaço evolui pelo movimento da sociedade total. Dessa forma, o espaço está constantemente se organizando e se desorganizando, a partir de alteração de definição do conteúdo funcional das regiões.

Nesse sentido, a ocupação dos espaços correlaciona-se aos fins prévios de todas as atividades econômicas e sociais na Ilha de Santana, ainda que agora prevaleçam pequenos comércios, existindo apenas um atacadão que oferece mais opções de gêneros alimentícios, implicando em acesso mais rápido para a população local e os visitantes. Evidentemente, os imóveis comerciais vão ocupando os espaços na região porque cumprem uma finalidade socioeconômica bem específica, logo, mostrando um dos pontos das funcionalidades locais.

Figura 12 – Comércio, casas e prédio de alvenaria na Ilha de Santana-AP



Fonte: Autor, 2021.

Validando a funcionalidade da Ilha, a qual também passa pelo aumento dos estabelecimentos comerciais como já foi dito antes, atinge a área da construção civil, que aos poucos as construções de madeiras vão sendo deixada de lado em detrimento das casas de alvenarias. Observou-se, que os prédios construídos são, na sua maioria, de alvenaria e possuem, em geral, apenas um andar, ainda que já tenha alguns poucos prédios de dois andares na Ilha de Santana (figura 12). Estas construções vêm se dando em função do conforto, da funcionalidade e da salubridade que estes moradores visam e que podem usufruir. Os prédios de 2 (dois) andares são de pessoas que possuem um poder aquisitivo favorável, o que lhes permite tais investimentos.

Ressalta-se que os estabelecimentos da área da construção civil, foram surgindo em função da necessidade das pessoas em construir suas casas de alvenaria, o que implicou em uma demanda por materiais para uma atividade de tamanha importância. Se antes era difícil transportar os materiais de construção para a Ilha, no momento, os meios são melhores para um empreendimento de tamanha importância para todos. Com isto, registra-se que os comerciantes da área da construção civil começaram a abrir espaços de venda na Ilha, apesar dos desafios e dos entraves no transporte dos materiais para o outro lado da Ilha.

Por alguma razão, as atividades econômicas do tipo não eram antes viáveis no local pesquisado, indicativo de que a ocupação da Ilha não ocorreu da forma que se observa no momento. Ou seja, se existe uma demanda econômica para a compra de materiais de construção, é porque realmente o local investigado vem sofrendo

uma constante expansão populacional, mais pessoas estão buscando o espaço da Ilha como morada, surgindo novos imóveis na localidade, tanto na área urbana como na rural.

Este aumento vem acontecendo devido à vinda de pessoas para a Ilha em busca de um lugar novo para morar, o meio rural apresenta um aumento de imóveis mediante a ocupação ilegal de áreas públicas e/ou em áreas privadas, à margem esquerda do Canal Norte da Ilha também apresenta ocupação, porém, essa implica em uma ocupação mais familiar, como se verificará na figura 13.

Com toda essa questão de adensamento populacional, buscou-se saber, por exemplo, o quantitativo do número de oficinas mecânicas na localidade, em função de ser visível poucos veículos circulando e fazendo transporte de passageiro internamente na Ilha de Santana, principalmente turistas que vão conhecer a Ilha de Santana. Fato que se constatou pelo levantamento funcional realizado, que não teve nenhum aumento de oficinas mecânicas na região. Efetivamente, não existe nenhuma oficina dessas na Ilha, o que existe é uma pessoa, que em seu próprio domicílio, faz pequenos reparos em veículos.

Aliás, a ausência de estabelecimento que presta serviço de mecânica, reforça a compreensão da demanda residual desse negócio, ainda hoje, são contados os veículos existentes e seus respectivos donos na Ilha de Santana. Ressalta-se que as ruas e avenidas na sua maioria não são desprovidas de pavimentação, ocasionando transtornos de locomoção para os pedestres e os poucos carros existentes.

Vale destacar que foi observado por meio da pesquisa de campo, que serviços urbanos de bloqueamento nas principais vias públicas da Ilha estão sendo executados por meio de emenda parlamentar em parceria com a prefeitura e o governo do Estado. Esse trabalho de pavimentação com bloqueio dará mobilidade para as pessoas e aos poucos veículos automotores que transitam na Ilha de Santana-AP. Porém, ressalta-se também, que os ramais (pequenas estradas) que ligam a área urbana com a área rural da Ilha de Santana, requer constantemente manutenção por parte do poder executivo municipal e estadual, principalmente, no inverno quando os mesmos ficam quase intrafegáveis.

Ressalta-se o ano de 2010, sobretudo com a gravação de cenas do filme Tainá 3 na Ilha de Santana, a produção cinematográfica implicou em uma projeção turística para a Ilha, despertando o interesse de pessoas dos mais variados cantos

do Brasil e do mundo. Tal fato criou uma demanda em mobilidade, visto que os turistas precisavam se deslocar de um lado para outro lado com frequência, principalmente até ao espaço conhecido como Recanto da aldeia, cujo acesso internamente se dá via ramal.

Então, os carros pequenos são fundamentais para a realização deste trajeto tão importante para os turistas que procuram apreciar as belezas de cada lugar. Os poucos veículos existentes na Ilha e que prestam serviço de transporte, de acordo com o período ou algum evento na Ilha, não atendem à demanda turística, bem com a demanda da população local em seu deslocamento para espaços mais afastados do núcleo urbano da Ilha de Santana.

Outra das funcionalidades da Ilha de Santana são as atividades religiosas, visto que se observou bastantes Igrejas de várias denominações religiosas, principalmente evangélicas, espalhadas por diversos pontos da área de estudo. Isso demonstra o quanto a comunidade procura exercitar sua crença e fé, buscando uma relação mais harmoniosa com seus irmãos ou fiéis como eles costumam chamar no seu cotidiano. Nesse sentido, foi elaborado um quadro (quadro 1) a partir da ida *in loco* para retratar a funcionalidade da Ilha.

Quadro 1 – Levantamento funcional da Ilha de Santana

Habitação	As habitações que existem na Ilha de Santana são as casas dos moradores. Não existe nenhuma pousada para receber turistas.
Comércio de modo geral	Mini Box Yasmin Viegas, Atacadão Gomes (o maior em tamanho e em opções), Comercial São Benedito, Mercantil Boas Novas, Mini Box Salmo 23, Comercial R.E Martins, Mini Box Açaí, Casa de Carne e Mercantil São José, Distribuidora de bebidas, Distribuidora de Bebidas (J.B-24 h), Mini Box k Beleza, Mercantil Aliança com Deus, Panificadora e Frigo Deus é Fiel, Mini Box e Lojinha Deus Proverá, Farmácia Econômica, Panificadora e Confeitaria do Povo, Santana Gás e Água. Campo de Futebol na Arena de terra batida e a Praça (que tem o
Lazer	atrativo em função de ter vista para o rio). Refúgio dos Pereira
Turismo	Recanto da Aldeia Trilha da Samaúma. 1-Igreja Católica Santa Ana, 2-Igreja AD. Missão Pentecostal, 3-Igreja
Espaço Religioso	Quadrangular Madesa, 4-Assembleia de Deus Central, 5-Igreja Cristã no Brasil, 6- Assembleia de Deus Antiga , 7-Igreja Universal, 8-Igreja Evangélica Assembleia de Deus a Pioneira, 9-Igreja Evangélica Assembleia de Deus-Congregação Tribo de Judá, 10-Igreja Adventista do Sétimo Dia, 11-Igreja Evangélica sem identificação de ministério, 12-Igreja Assembleia de Deus-Altar da Benção, 13-Igreja Pentecostal-Deus de Abraão. IGREJAS QUE MARGEIAM O RIO: 14-Assembleia de Deus Elshaday, 15-Igreja Evangélica Rochedo Divinal (Templo Sede- Esconderijo do Altíssimo) 16-Capela N. Sr ^a de Nazaré

	(Comunidade do Cachoeirinha).
Unidade Básica de Saúde	José Orivaldo dos Santos Sena (Pituca), Rua Peter Van Schupemberg.
Escolas	Escola Estadual Osvaldina Ferreira da Silva (Ensino Fundamental, Ensino Médio, Educação de Jovens Adultos), Rua Peter Van Schupemberg, 90), Escola Estadual Nossa Senhora de Nazaré (MARGEM DO RIO CACHOEIRINHA, 260, Ensino Fundamental, Educação de Jovens Adultos -as margem do Rio), Escola Estadual Levindo Alves dos Santos (FOZ DO RIO AMAZONAS, 300 CACHOEIRINHA- Ensino Fundamental, Ensino Médio -as margem do Rio) e Escola Municipal Leonice Dias Borges(AV MATAPI, 206 ILHA- Educação Infantil, Ensino Fundamental, Educação de Jovens Adultos).
Cultura	Sede Nossa Senhora da Conceição (Rural), Festa de Santa Ana (há mais de 5 anos que não é realizada), já teve também por alguns anos, o Festival da Acerola (Desde o ano de 2006 não se realiza mais o festival).
Lanchonete e Venda de Refeições	Lanchonete Aliança com Deus, Refeições caseira.
Monumento Histórico	Farol da Ilha (desativado), Assembleia de Deus Antiga (desativada), Prédio do antigo Terrap (desativado)
Material de Construção	Nunes Matos Materiais de Construção
Algumas Batedeiras de Açai	Vitaminosa Estrela de David, Vitaminosa Sabor da Ilha, Vitaminosa
Sindicatos, Associações, Cooperativas e Colônias	Cooperativa de Produtores de Polpa de Frutas; Associação dos Produtores Agrorurais da Ilha de Santana; Colônia de Pescadores Z- 6; Cooperativa dos Catraieiros da Ilha de Santana; Associação de Moradores; Sindicato Rural de Santana; Fábrica de Polpas (Associação dos Agricultores, Cooperativa dos Produtores Agroextrativistas da Ilha de Santana-Agrossan.
Oficina	Bicicleta
Espaço de Embelezamento	Studio Elke Natrise
Projeto Social	Projeto Esporte: Leitura e Religião-Espaço Maria Piedade

Elaborador: Autor da pesquisa-2022.

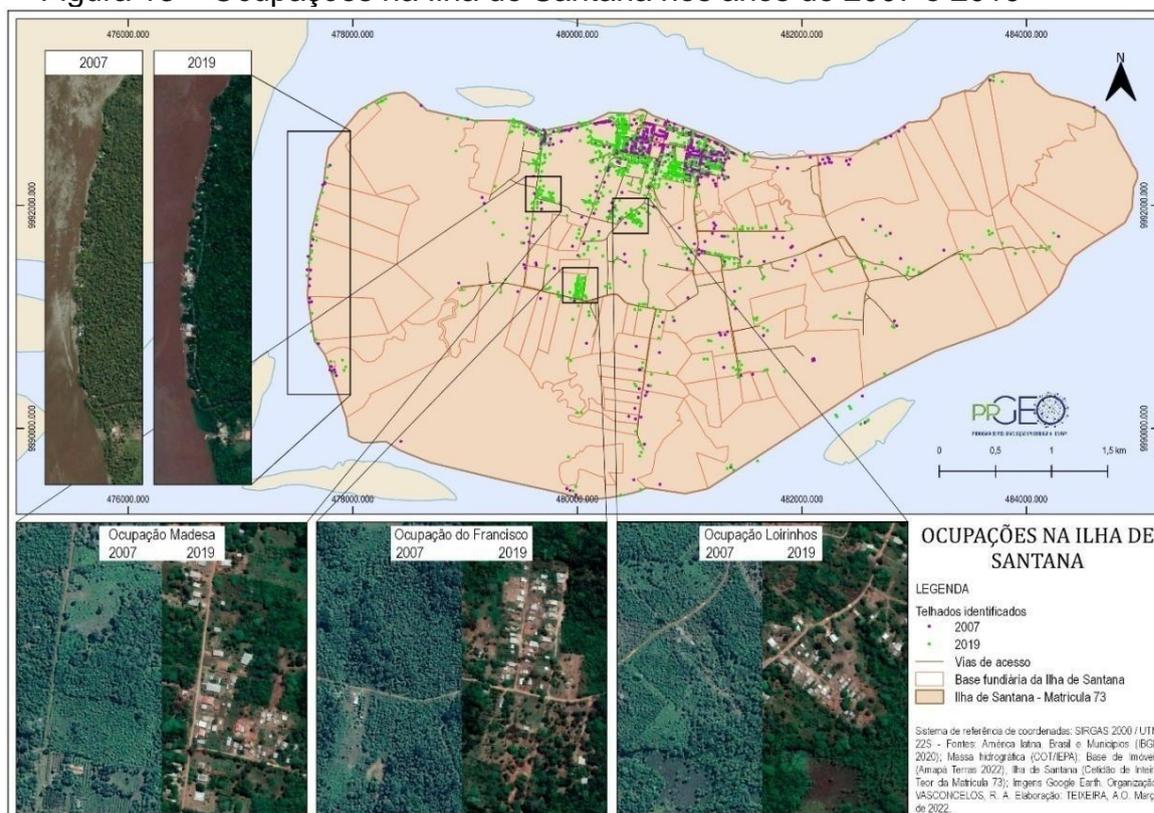
O quadro 1 aponta a funcionalidade da área de estudo, no sentido de dimensionar até que ponto a infraestrutura na Ilha se correlaciona ao surgimento dos novos empreendimentos no seu espaço urbano. Sua infraestrutura incipiente, mesmo assim, aos poucos os empreendimentos foram se estabelecendo, principalmente o ramo de comércio alimentício, existindo uma demanda válida para empreendimento do tipo. Porém, a Ilha de Santana apresenta uma configuração geográfica que favorece a instalação de terminais em função da mesma se localizar no Canal Norte, braço esquerdo do Rio Amazonas. O canal tem a profundidade necessária para atracação de embarcações de grande porte, o que sugere uma provável construção de um terminal do tipo.

3. 2 DISTRIBUIÇÃO DO ADENSAMENTO E AS OCUPAÇÕES NA ILHA DE SANTANA

Para a confecção da figura 13 (Mapa das ocupações da Ilha de Santana nos anos 2007 e 2019), foi necessário o uso das imagens do histórico do Google Earth dos anos de 2007(07/2007) e 2019 (09/2019). Os telhados foram georreferenciados, quantificados e mensurados considerando a ocupação efetiva por habitações e vetorizados com o ajuda do software Qgis (versão 3.16.16). Resultado que pode ser explorado e interpretado conforme o propósito da pesquisa, saber para qual rumo está se dando o adensamento na Ilha de Santana, ou seja, o fenômeno humano.

Percebe-se que o adensamento na Ilha de Santana (figura 13), acaba sendo em seu núcleo urbano, com destaque para a parte inicial da frente da Ilha, onde a concentração de telhados é maior, depois avança para as três ocupações que estão no núcleo urbano ou próximo dele, são elas: Ocupação Madesa, ocupação Loirinhos e ocupação Francisco, os nomes das ocupações advêm do senso comum, estabelecido pela comunidade local, não é nada oficial por parte do poder público municipal.

Figura 13 – Ocupações na Ilha de Santana nos anos de 2007 e 2019



Fonte: Organização: Vasconcelos, R. A. Elaboração: Teixeira, A.O-2022.

Das 5 (cinco) idas a campo, duas delas foram para levantamento funcional e coleta de pontos para a confecções dos mapas, sendo, respectivamente, a do dia 20 de janeiro de 2022 e a do dia 09 de fevereiro de 2022. Ao mesmo tempo da visita in loco, houve conversações espontâneas com os moradores, que conduziram a percepção de que as ocupações que ficam na margem esquerda da Ilha de Santana (figura 13) são ocupações familiares que vêm causando alteração na paisagem e espaço da Ilha de Santana.

Os anos comparados, 2007 e 2019, nos dão uma visão geral sobre o adensamento e crescimento da Ilha de Santana ao longo de um período curto de 12 anos. Dessa forma, fica perceptível a ação antrópica, ou seja, as alterações realizadas pela população nos espaços onde predominava os elementos naturais, resultado da interação do homem com a “natureza”, o que se pode chamar de construção da paisagem cultural.

De acordo com a (figura 13), até ao ano de 2007, o ambiente em destaque na Ilha de Santana simbolizado pela cor roxa, quase que ninguém habitava nos respectivos ambientes, pois, tinha uma predominância da fauna e flora, principalmente de árvores. Pode-se considerar um espaço harmonioso entre os elementos naturais. Porém, em um curto espaço-temporal de 12 anos (até 2019), o ambiente sofreu transformações sócio-espaciais significativas que são traduzidas na figura de cor verde, assinalando um adensamento populacional numa ocupação por moradia. Esta ocupação desordenada vai contra o Plano Diretor Participativo do Município de Santana (lei nº 002/2006 PMS) em seu Art. 13, quando diz o seguinte:

Para a consecução da política de habitação deverão ser adotadas as seguintes diretrizes: VIII - inibir o adensamento e a ampliação dos núcleos habitacionais de baixa renda, urbanizados ou não, quando inadequado ao zoneamento proposto nesta lei. (SANTANA, 2006, p.11).

Pelo que se percebe a política habitacional preconizada no plano diretor do Município não se configurou, de fato, na vida dos munícipes santanenses, principalmente dos moradores da Ilha de Santana, uma vez que as ocupações e adensamentos continuam cada vez mais incisivos pela população, acarretando riscos e impactos socioambientais para as pessoas e os elementos naturais, porém, por outro lado, a população tem necessidade de um espaço próprio para morar.

Dessa forma, fica evidente que falta políticas públicas habitacionais por parte das autoridades constituídas que atendam a demanda em tela. Entender a dinâmica

do uso e ocupação do solo e os vetores responsáveis por essas mudanças é de fundamental importância para a elaboração de um sistema de gestão socioambiental e territorial eficiente para que os atores sociais da Ilha de Santana participem de sua construção e, assim, ter eficácia na vida da população local. Neste contexto, Davecchi (2014) enuncia que o adensamento demográfico tenha uma conotação negativa associada à saturação e insalubridade, quando bem planejado pode propiciar economia de terra, infraestrutura e energia.

Novos espaços foram sendo ocupados (figura 14), novos imóveis surgindo, ao mesmo tempo em que o espaço rural passou a ser ocupado por meio do estabelecimento familiar, ou seja, os donos de terrenos para não terem seus espaços ocupados por terceiros, passaram a estabelecer residência fixa na área e começaram pequenas agriculturas, com plantio de macaxeira, melancia, acerola, cupuaçu, horta de modo geral, valorizando o espaço. Isso foi percebido na primeira, segunda e terceira visita in loco nas respectivas datas, 14 de dezembro de 2019, 22 de janeiro de 2020 e 15 de fevereiro de 2020. Além das conversas informais com alguns donos de terrenos na Ilha de Santana.

A figura 14 mostra duas ocupações na Ilha de Santana, as quais lutam por melhores condições infraestruturais por parte das autoridades competentes do Município de Santana e do Estado do Amapá.

Figura 14 – Foto das ocupações Francisco e Madesa



Fonte: autor, 2022

Todas essas transformações que vem ocorrendo no espaço de pesquisa, indica movimentação populacional para a Ilha de Santana. Os novos espaços precisam de infraestrutura que atendam suas necessidades, implicando em uma rede melhor qualificada de saneamento básico, como a infraestrutura geral da localidade ainda é incipiente, na realidade não se tem de fato a implementação de saneamento básico conforme diz a Constituição Federal, complementando-se no instituir da Lei nº 11.445/2007, fato confirmado pelo trabalho de campo.

Nesse contexto, de saneamento básico, por exemplo: O abastecimento de água é por meio de poço amazonas na maioria das casas, esgoto sanitário não existe, as fossas são na sua maioria negra ou “semi séptica”, ou seja, somente com tampa de concreto e o suspiro. Essas informações foram constatadas com a pesquisa de campo, as mesmas são ratificadas por meio do Instituto Água e Saneamento, o qual trabalha para posicionar o debate sobre saneamento básico no centro das discussões sobre direitos humanos, redução da pobreza e prestação de serviços ambientais para a sociedade. O Instituto supracitado, faz de maneira geral uma relação dos serviços e políticas desenvolvidas no Município de Santana-AP. Veja alguns pontos no (quadro 2).

Quadro 2 – O que você precisa saber sobre o Município de Santana-AP

Possui política municipal de saneamento	SIM
Possui plano municipal de saneamento	SIM
Não possui conselho municipal de saneamento	NÃO
Não possui fundo municipal de saneamento	NÃO
42,78% da população é atendida com abastecimento de água, frente a média de 33,69% do estado e 83,96% do país	
70.433 habitantes não tem acesso à água.	
1,17% da população é atendida com esgotamento sanitário, frente a média de 8,51% do estado e 66,04% do país	
O esgoto de 121.654 habitantes não é coletado.	
97,88% da população é atendida com coleta de Resíduos Domiciliares e não declarou se pratica coleta seletiva de Resíduos Sólidos	
O lixo de 2.554 habitantes não é recolhido.	
18,1% da população é atendida com Drenagem de Águas Pluviais, frente a média de 9,6%	

do estado e 26,39% do país

O município não possui domicílios em risco de inundação; O município tem mapeamento de áreas de risco; e não existem sistemas de alerta para riscos hidrológicos.

Fonte: Organizador do quadro, autor da pesquisa

Informações: Instituto água e Saneamento

Como foi revelado na pesquisa de campo, não existe um Sistema de Rede de Drenagem na Ilha de Santana, que permite o escoamento e direcionamento das águas de chuva por meio de galerias até o rio. A responsabilidade desse serviço é da Prefeitura, porém, o Município de Santana-AP só atende 18,1% da população com o serviço de drenagem, isso se resume na parte central do Município, não chegando o serviço para os Distritos, no caso para a Ilha de Santana. O que se percebeu, foram algumas canaletas (figura 15) que servem para o escoamento das águas pluviais, dessa forma, comprometendo o solo, deixando-o encharcado a ponto de trazer prejuízo para o serviço de bloqueteamento que passou a ser executado na área urbana da Ilha em meados do ano de 2021.

Figura 15 – Foto das canaletas de escoamento das águas pluviais



Fonte: Autor, 2022

A rede de drenagem é um dos serviços básicos e fundamental para ter uma qualidade ambiental e saúde pública no ambiente urbano. As conhecidas bocas de lobo, por exemplo, pertencem à rede de drenagem pluvial, têm formato retangular e situam-se sempre paralelas aos calçamentos das ruas, não é o caso do espaço

urbano da Ilha de Santana. As redes de drenagem são feitas, em sua maioria, de manilhas de concreto, além disso, o diâmetro das tubulações de drenagem é sempre maior, pois o volume de água da chuva é volumoso, bem maior do que o volume de esgoto.

Outro ponto detectado foi a deficiência quanto à coleta e tratamento de resíduos sólidos, o lixo domiciliar é coletado apenas uma vez na semana, não suprimindo a demanda dos moradores. Dessa forma, muitos moradores acabam queimando o lixo em seus quintais ou em uma lixeira a céu aberto (figura 16) que fica em um dos ramais, que liga o meio urbano ao meio rural da Ilha de Santana-AP.

Figura 16 – Lixeira a céu aberto



Fonte: Autor, 2022

Diante disso, constata-se que a questão do saneamento básico na região pesquisada não acontece de forma desejada como preconiza a Lei nº 11.445/2007, alterada pela Lei complementar nº 14.026 de 15 de julho de 2020, que atualizou o marco legal do saneamento básico. Em seu Art. 3º para fins do disposto na presente Lei no seu inciso I, considera saneamento básico como um conjunto de serviços públicos, infraestruturas e instalações operacionais.

Dessa forma, constata-se que a comunidade da Ilha de Santana é desassistida do mínimo de saneamento básico, surgindo com isso, muitos problemas estruturais e de ordem de saúde pública, acarretando e afetando principalmente a população mais carente que mora na área de estudo. Fato esse

que não é exclusividade da Ilha de Santana, mas da maioria dos Distritos e Comunidades que são afastadas do núcleo urbano dos Municípios.

Com o andamento do trabalho, buscou-se saber sobre a existência de serviço de fornecimento de água, esgoto e energia na Ilha de Santana, uma vez existindo, se esses atendem a necessidade da população de forma satisfatória. Dessa forma, com o desdobramento do trabalho e por meio da visita in loco, percebeu-se que infelizmente estes serviços ainda não atendem às necessidades dos moradores da Ilha de Santana, principalmente o de água e esgoto.

O serviço de água canalizada não existe na Ilha de Santana, visto que são poços amazônicos feitos pelos próprios moradores que facilitam o acesso à água potável com a utilização de hipoclorito na água de beber. Tentou-se criar um sistema de captação isolado de água na Ilha, com recursos e coordenação da Funasa, porém, o sistema nunca foi inaugurado. No relatório gerencial feito pelos técnicos da Controladoria Geral da União (CGU) em parceria com servidores do Ministério da Saúde, no período de 12 a 20 de abril de 2004, foi constatado tal veracidade dos fatos, como bem atesta Brasil (2004, p. 1).

Nesse contexto, salienta-se o convênio nº 3291/2001 que previa a ampliação do sistema de abastecimento de água do Bairro Igarapé da Fortaleza e no Distrito Ilha de Santana, incluindo as ligações domiciliares. Porém, ficou perdido pelo caminho, fato que se comprova na seguinte fala:

No Distrito da Ilha de Santana o sistema foi construído, mas as ligações domiciliares não foram feitas. Nesse sistema a captação é realizada a partir de três poços tubulares, dos quais apenas um funciona, porém, a água não é aproveitada no sistema de abastecimento. Os locais dos poços e da central de abastecimento estão abandonados. (BRASIL, 2004, p.23).

Quanto à questão de energia elétrica, a mesma chega até a Ilha por meio de cabos aquáticos que vem do outro lado de Santana ou, então, o morador que tem um poder aquisitivo melhor, compra o seu próprio gerador de energia, ao mesmo tempo em que os comerciantes de médio porte também compram os seus respectivos geradores para terem energia para o funcionamento de seus estabelecimentos.

Diante disso, observa-se que a distribuição de água e de energia implica em dificuldades para quem vive na Ilha de Santana, quando o cabo aquático transmissor

de energia apresenta problemas, os moradores passam dias sem energia e ainda arcam com os prejuízos.

Por fim, buscou-se descobrir até que ponto a construção de um provável Terminal de Uso Privado (TUP) pela Companhia Norte de Navegação e Portos (CIANPORT) na Ilha de Santana-AP implicaria em benefício para a região pesquisada. Com isso, verificou-se que, se de fato acontecer, a instalação do TUP na Ilha de Santana, a perspectiva é que venham juntos os benefícios para a localidade, principalmente quanto ao saneamento básico e o melhoramento nos serviços de água e energia, dessa forma, ajudando a fomentar a economia local. Vale ressaltar, que a maior parte das informações foram retiradas do checklist aplicado e por meio de diálogos com moradores da Ilha de Santana.

3.3 ANÁLISE DAS DINÂMICAS SÓCIO-ESPACIAIS NA PAISAGEM DA ILHA DE SANTANA

A paisagem é uma das categorias espaciais mais trabalhadas no conjunto das ciências humanas e naturais. Tal ato se explica mediante ao fato que é por meio dela que se tem noção do mundo à nossa volta e com isso começamos a entender as dinâmicas sócio-espaciais em que estamos inseridos, considerando o nosso contexto histórico-espacial. Nesse sentido,

[...] a paisagem é formada pelos acontecimentos do passado e do presente. A compreensão da organização espacial, bem como a sua evolução, só se torna possível através de uma interpretação dialética cuidadosa entre formas, estrutura e funções ao longo do tempo. (SANTOS, 1985, p. 50).

Considerando esta visão sobre a formação da paisagem, pode-se dizer que, no passado, a paisagem social da Ilha de Santana passou por uma dinâmica sócio-espacial pautada pela visão pontual da Igreja Católica, quando da existência de um orfanato conhecido como São José em seu solo. De acordo com Jordânio (2010), o propósito do orfanato era abrigar filhos de famílias carentes que residiam na região. O orfanato funcionou por 12 anos, no período de 1949 a 1961, fato esse que teve repercussão positiva na relação social local que até hoje, de acordo com afirmações de residentes locais -ouvidas em diálogos informais- as pessoas com idade acima de 50 anos manifestam lembranças positivas, um legado histórico que ficou impregnado na paisagem e no espaço da Ilha.

De acordo com Santos (1997, 84), “A paisagem existe, através de suas formas, criadas em momentos históricos diferentes, porém coexistindo no momento atual”. Sendo assim, pode-se observar na paisagem elementos naturais e culturais, bem como formas novas e antigas, que revelam sucessivos passados, é o caso em tela da Ilha de Santana-AP. No tocante a isso, para Santos (2004, p.54), a paisagem, assim como o espaço, altera-se continuamente para poder acompanhar as transformações da sociedade. A forma é alterada, renovada, suprimida para dar lugar a uma outra forma que atenda às necessidades novas da estrutura social.

Nesse contexto dinâmico e de transformação da paisagem da Ilha de Santana-AP, infere-se um movimento de pessoas que atravessam constantemente de um lado para o outro do rio, para as mais diversas funções, uns fazem transporte de carros na balsa, outros transportam pessoas nas catraias, uns vão trabalhar (movimentos pendulares com a sede do Município), outros vão fazer turismo na Ilha, outros vão trabalhar na Ilha (deslocamento do centro urbano, tanto de Santana quanto Macapá para trabalharem na Ilha, principalmente os servidores públicos, como: professores, militares e os que atuam na área da saúde). Essa dinâmica de movimento de pessoas é constante, como se pretende mostrar com a figura 17.

Figura 17 – Movimentos de pessoas para a Ilha de Santana



Fonte: Autor, 2018.

Esse constante movimento pendular de pessoas para a Ilha e da Ilha para a sede do Município e para Macapá, pode-se dizer que faz parte da dinâmica do aglomerado urbano, teorizado por Santos (2016). Dessa forma, a relação e

reprodução social, assim como o capital, fazem parte do contexto da dinamicidade da paisagem urbana, como assinala Alves (2011, p.14), quando diz que a paisagem urbana é dinâmica, sua produção e transformações resultam das adaptações do meio pela sociedade, refletem as características da produção espacial, revelam segregações e diferentes tempos históricos materializados.

Frisa-se que a dinâmica do aglomerado urbano passa pela mobilidade populacional intra-urbana, sendo mais intensa em áreas de maior concentração da população, tornando-se um importante aspecto a ser considerado quanto à transformação da paisagem e às transformações sócio-espaciais, constituindo uma dimensão da organização e da alocação das atividades econômicas, mediatizados pela afluência dos processos de modificação do espaço urbano, e derivados, em grande parte, da sua forma de expansão e de ocupação pela população, além da distribuição das funções urbanas.

Diante desse contexto, Santos (2020) afirma que o espaço é o resultado da produção, uma decorrência de sua história, precisamente, da história dos processos produtivos impostos ao espaço pela sociedade. Com isso, entende-se que o alicerce para a transformação sócio-espacial de fato pauta-se no modo de produção, no trabalho e na incorporação de capital na superfície terrestre. Dessa forma, na Ilha de Santana, já se tem a entrada do capital por meio da aquisição de uma área para a implantação do Terminal de Uso Privado (TUP) pela empresa Cianport, assim como a especulação imobiliária e novos empreendimentos relacionados ao comércio de modo geral. Sendo assim,

Os modos de produção tornam-se concretos sobre uma base territorial historicamente determinada. Deste ponto de vista, as formas espaciais seriam uma linguagem dos modos de produção. Daí, na sua determinação geográfica, serem eles seletivos, reforçando dessa maneira a especificidades dos lugares. (SANTOS, 1977, p. 87).

Destarte, os modos de produção determinam a transformação do espaço, configurando uma nova paisagem social, convergindo com a visão de que “[...] é a arrumação, no sentido de que seus elementos dispõem segundo certa ordem, originalmente coerente com o sistema social e econômico que a gerou, mas que pode variar de acordo com as mudanças que esse sistema porventura sofre” (SANTOS, 1959, p. 99).

Assim sendo, é necessário considerar que em todas as ocasiões em que a transformação sócio-espacial avança em determinada área, são necessários recursos dos mais variados tipos nas mais variadas quantidades que lhe serão pertinentes, tendendo a ocorrer mediante o usufruto dos meios econômicos que poderão lhe ser úteis, contribuindo para que as mais variadas ações antrópicas se efetivem no espaço local, ou seja, as dinâmicas sócio-espaciais vão modelando as paisagens sociais.

Dessa forma, o Distrito da Ilha de Santana-AP apresenta meios econômicos potenciais para serem empreendidos de forma coerente, pautados em uma visão de economia rural (criativo-alternativa), levando em conta seu contexto histórico e seu potencial natural e cultural. Corroborando com a visão acima, o plano diretor do Município (SANTANA, 2006), inclui a Ilha na Macrozona Rural e compreende as demais áreas do território municipal, exceto a área instituída pelo perímetro urbano, ou seja, aberta para implantação de políticas públicas que possam atender os anseios da comunidade local. Ainda de acordo o respectivo plano diretor em seu Art.33, a Macrozona Rural tem como objetivos os seguintes pontos:

I - priorizar a formação e o fortalecimento de núcleos de produção agrícola em áreas propícias, visando à formação e consolidação de pequenas comunidades rurais no território municipal; II - recuperar as áreas ambientalmente degradadas e promover a regularização urbanística e fundiária dos assentamentos existentes; III - contribuir com o desenvolvimento econômico sustentável; IV - Incentivar e adequar políticas que propiciem o turismo rural e ecológico; no fortalecimento da economia local. (SANTANA, 2006, p.21)

Como apresenta o Artigo 33 do plano diretor, é preciso incentivar, adequar e fortalecer a economia local, desse modo, as atividades de crédito, consumo, distribuição, produção precisam ser implementadas por parte do poder público ou até mesmo da iniciativa privada, na perspectiva de desenvolvimento e crescimento do lugar, respeitando suas características socioambientais com experimento sistemático de uma economia rural.

Nessa linha de pensamento em relação à economia rural, pequenos produtores da agricultura familiar já vêm trabalhando com beneficiamento de polpa de frutas na Ilha de Santana-AP, (figura 18). Vide página 84, configurando uma alternativa econômica fundamental para a região, dessa forma, estabelecendo uma mentalidade e relação sócio-espacial por meio do uso do solo, levando em conta as especificidades antrópicas e geográficas da área de estudo.

Figura 18 – Fotos da produção de polpa de frutas na Ilha de Santana



Fonte: Autores, Vasconcelos, Silva e Vilhena, 2019.

Ressalta-se que em visita in loco no dia 14 de dezembro de 2019, por meio de conversas informais com alguns agricultores e produtores de polpa de frutas, os mesmos foram enfáticos em relatar que têm interesse em receber assistência técnica agrícola por parte dos órgãos do setor econômico rural, tanto do Município de Santana quanto do Estado do Amapá, porém, encontram dificuldades nesse sentido.

Sabe-se que a assistência técnica é de grande importância para os trabalhadores rurais, proporciona aos agricultores conhecimentos, melhora sua condição de vida, facilita o acesso às políticas públicas e dá oportunidade de trabalhar com novas tecnologias voltadas para a agricultura, principalmente a agricultura familiar. Portanto, o homem transforma paisagens naturais em paisagens culturais para atender suas necessidades biológicas e racionais, como afirmou Vidal de la Blache (*apud* GOITIA, 1982, p. 56) “a natureza prepara o local e o homem organiza-o de maneira a satisfazer as suas necessidades”.

Essa organização contribuiu para que as pessoas pudessem refletir, como está o meio em que vivem, levando em conta a formação social e a produção social do espaço que é estabelecida pela estrutura político-ideológica da sociedade, legitimando através das formas espaciais as ações, o nível de complexidade das funções e das relações praticadas no espaço. Com isso, como refere Santos (1979, p.3) “[...] todos os processos que juntos formam o modo de produção (produção, circulação, distribuição, consumo), são históricos e espacialmente determinados

num movimento conjunto, e isto se dá através de uma formação social.” (SANTOS, 1979, p. 3).

Algo deste tipo implica, todavia, na necessidade de se explorar melhor as oportunidades econômicas disponíveis localmente, com o intuito de gerar renda mediante empregabilidade e trabalho, fato plausível pela visão econômica rural diferenciada, sobretudo quando se manifesta para empreendimentos comunitários que são carentes de formação sobre outras possibilidades de implementação em relação a outras atividades econômicas a partir de seu contexto de vivência. Nesse contexto,

A nossa maior esperança para o futuro está com economias apropriadas e geridas localmente que se apoiem predominantemente em recursos locais para responder às necessidades de vida locais dos seus membros em formas que mantenham um equilíbrio com a terra. Um tal deslocamento nas estruturas institucionais e prioridades poderá abrir caminho para a eliminação da escassez e extrema desigualdade das experiências humanas, instituindo uma verdadeira democracia cidadã, e liberando um potencial presentemente não realizado de crescimento e criatividade individuais e coletivos (KORTEN, 2001, p. 7).

A visão sobre economia acima entrelaçada com a alteridade nas relações sociais possibilita o emergir de uma condição econômica de melhor qualidade (CORRÊA; TEIXEIRA, 2015; DOMINGOS, 2011). Algo assim com potencial de materialização, a plausibilidade do digno viver reforça-se bastante, valorizando-se a salvaguarda dos direitos fundamentais do homem, facilitando-se bastante o assertivo quanto à questão sócio-espacial das pessoas em seu meio.

Dessa forma, assinala Santos (1979, p. 10) “[...] o espaço é fundamentalmente social e histórico, evolui no quadro diferenciado das sociedades e em relação com as forças externas, de onde mais frequentemente lhes provém os impulsos”. Ainda reforça o pensamento sobre o espaço, afirmando que o mesmo é resultado da geografização de um conjunto de variáveis, de sua interação localizada, e não dos efeitos de uma variável isolado Santos (2020, p. 37).

O fato do espaço ser social e histórico, resultado da geografização, a paisagem é um dos elementos das variáveis, ela é fruto de um espaço sempre dinâmico e em movimento. Ela é o resultado, a consequência das transformações geradas pelas ações humanas na construção da cidade. Sobre isso, Santos, (2006, p.66), “paisagem é o conjunto de formas que, num dado momento, exprimem as heranças

que representam as sucessivas relações localizadas entre homem e natureza.”. Sobre isso, Milton Santos, (1991, p. 73) afirma o seguinte:

[...] A partir da definição de paisagem, ele apresenta seu conceito de espaço, afirmando-o como sendo o “resultado da soma e da síntese, sempre refeita, da paisagem com a sociedade através da espacialidade” O espaço seria sociedade encaixada na paisagem, isto é, “a vida que palpita conjuntamente com a materialidade.

Em suma, a Ilha de Santana dentre as funções que estão no rol do primeiro setor da economia, desenvolve a prática de estaleiros, distribuídos nas margens da Ilha, sendo uma fonte econômica para os carpinteiros navais (embarcações), uma forma de empreender, gerando emprego e renda, bem como, fomentar oportunidades para a comunidade, valorizando as atividades econômicas locais por meio do uso dos recursos naturais da região. A figura 19 apresenta os estaleiros existentes nas margens da Ilha.

Figura 19 – Foto dos estaleiros nas margens da Ilha de Santana-AP



Fonte: Autor, 2022

Esse contexto é palco de participação da comunidade no processo de produção da paisagem local, o qual apresenta modificações em sua dinâmica sócio- espacial em função de procurar atender as necessidades da população em vários eixos, principalmente no infraestrutural e no combate às desigualdades sociais e econômicas, ou seja, um processo contínuo na busca de resultados que atendam os anseios da comunidade (SANTOS, 2015).

Dessa forma, a análise e a leitura da paisagem, requerem múltiplos olhares sobre suas dimensões e transformações sócio-espaciais, dado o intrincado contexto em que acontecem. Dessa maneira, é importante acompanhar, os distintos momentos e acontecimentos que causaram e causam as transformações da paisagem, sobretudo pelas intervenções urbanas e considerando como Santos (2015, p. 166-167) que “As desigualdades econômicas e sociais, a decrescente participação do povo na tomada de decisões gera uma alienação social e econômica, com importantes efeitos na organização do espaço. [...] em todas as escalas de observação geográfica”.

Dessa forma, concordando com a visão do supracitado autor, de fato precisa-se da participação da população local na organização do espaço, principalmente nos debates e proposições em relação às transformações sócio-espaciais vinculadas aos meios econômicos, nesse sentido em conversa informal e observação *in loco*, mesmo de forma tímida, os grupos sociais e organizados descritos no quadro funcional (quadro 1), vem procurando participar dos debates, favorecendo em tentativas de constituir um ambiente melhor adaptado para lidar com as demandas da comunidade local, principalmente com as desigualdades sociais e econômicas.

Para que isso seja possível fazer um debate mais qualificado e propositivo da população sobre a organização do espaço e suas transformações sócio-espaciais e mudança na paisagem social, é necessário que se tenha entendimento sobre o planejamento sobre/do espaço, ferramenta importante e fundamental para se traduzir em ações positivas no meio social que possa contribuir para o desenvolvimento local e que atenda as pretensões sociais. De acordo com Motta, (2007), o planejamento se efetiva em três dimensões distintas, a estratégica, a tática e a operacional.

Todas estas dimensões, se bem aplicadas, oferecem melhores meios para que as transformações sócio-espaciais sejam uma ferramenta de inclusão pelo uso do solo e dos meios econômicos disponíveis localmente, onde espaço e paisagem, sejam entendidos pelas pessoas como o *locus* dos acontecimentos e a sua fonte de produção socioeconômica e relação geográfica. Como alvitra Santos (2014, p.79),

A paisagem é diferente do espaço. A primeira é a materialização de um instante da sociedade. Seria, numa comparação ousada, a realidade de homens fixos, parados como numa fotografia. O espaço resulta do casamento da sociedade com a paisagem. O espaço contém o movimento. Por isso, paisagem e espaço são um par dialético. Complementam-se e se opõem. Um

esforço analítico impõe que os separemos como categorias diferentes, se não queremos correr o risco de não reconhecer o movimento da sociedade.

No sentido geral, as questões sócio-espaciais, econômicas e mudanças na paisagem social no Distrito de Ilha de Santana-AP, configuram os desafios atuais de procurar compreender suas dinâmicas e desdobramentos na vida da população local. Como em qualquer outro lugar, guardadas as proporções de cada um, a Ilha de Santana passa pelos mesmos problemas sociais, já abordados no texto em tela, como problemas de infraestrutura, de desemprego, de falta de saneamento básico, falta de energia, de atenção à saúde básica, de violência social, entre outros. Esses são alguns dos malefícios advindos com o processo de urbanização que acaba trazendo de forma geral a pobreza generalizada (CORRÊA; TEIXEIRA, 2015; DUPAS, 1999).

Todos esses malefícios podem ser reduzidos mediante uma política de planejamento sócio-espacial e econômica capaz de arrefecê-los, sobretudo quando normativamente orientada para o bem social. Isso tudo, aliás, tende a acontecer com maior frequência em países que já estão pelo menos visando a universalização dos direitos fundamentais, aproveitando-se de todas as conquistas históricas possíveis pelo processo civilizador, como indicam Esteves (2011) e Gadotti (2009).

As conquistas históricas são primordiais em relação à garantia dos direitos fundamentais dos seres humanos, faz parte do processo de lutas sociais em relação ao crescimento urbano das cidades. Assim, pode-se dizer que a amplitude com que a urbanização vem crescendo se constitui um grave problema para a administração pública e, conseqüentemente para a população em termos de qualidade de vida. Pois, os investimentos em setores como educação, saúde, saneamento básico, segurança pública, habitação e criação de novos empregos não acompanham o ritmo no qual se processa o crescimento populacional.

O processo de adensamento reproduz o espaço e faz modificações na paisagem dos lugares; no caso da Ilha de Santana já são percebidas transformações sócio-espaciais em função do adensamento como é percebido na figura 10 (Mapa da Densidade de ocupação na Ilha de Santana), sobretudo os surgimentos de novos prédios e reconstrução de espaços, a exemplo do posto policial da PM, de acordo com a figura 20.

Figura 20 – Posto Policial da PM e mudança na paisagem



Fontes: Hi7.co-2012/ Autor-2019.

O posto policial da PM fica entre dois outros prédios públicos, a Escola Estadual Oswaldina Ferreira da Silva e a Unidade Básica de Saúde, José Orivaldo dos Santos Sena, conhecido localmente como Pituca, formando um tripé (Saúde- Educação- Segurança) fundamental para a comunidade da Ilha de Santana-AP. Isso demonstra que o espaço local vem sofrendo alterações em sua estrutura e configuração, apresentando uma paisagem social a partir das transformações sócio- espaciais, ou seja, alterando suas formas, estruturas, funções para atender as necessidades básicas da comunidade. Nesse sentido, recorda-se Santos (1985, p. 50), quando apresenta as bases de transformações que ocorrem no espaço:

Forma é o aspecto visível de uma coisa. Refere-se, ademais, ao arranjo ordenado de objetos, a um padrão. Tomada isoladamente, temos uma mera descrição de fenômenos ou de um de seus aspectos num dado instante do tempo. **Função**, de acordo com o dicionário Webster, sugere uma tarefa ou atividade esperada de uma forma, pessoa, instituição ou coisa. **Estrutura** implica a inter-relação de todas as partes de um todo; o mundo de organização ou construção. **Processo** pode ser definido como uma ação contínua, desenvolvendo-se em direção a um resultado qualquer, implicando conceitos de tempo (continuidade) e mudança.

Seguindo essa linha de visão, percebe-se que a “área urbana” da Ilha de Santana abriga a maioria de sua população e experimenta um aumento do fluxo de atividades diretamente relacionadas com a dinâmica sócio-espacial, apresentando processo contínuo de transformação. A produção do espaço, revela-se como um campo de conflito entre os interesses opostos dos agentes modeladores do território, ou seja, as instituições que dominam as estruturas, e a população da Ilha de Santana que luta por condições dignas de vida, especificamente, a satisfação do

consumo coletivo em termos infraestruturais que atendam os anseios da comunidade.

O desenvolvimento urbano é, portanto, a ordem estabelecida, baseada nas contradições inerentes à problemática urbana. Essa oposição pode ser direcionada para os interesses e valores urbanos. Este fato cria uma demanda pela aquisição de uma série de informações e entendimentos espaciais sobre a Ilha de Santana-AP, que permite ao cidadão buscar compreender a dinâmica de ambos os fatos e espaços.

Seguindo essa linha de raciocínio, os movimentos sociais urbanos e as associações representativas existentes na Ilha, reivindicam um conjunto de bens e serviços e qualidade social de vida, digna de ser humano que valoriza e reconhece o espaço como instância de vivência. O espaço vivido aborda a dimensão concreta e abstrata, que corporifica o real e o imaginário, formando os espaços de representações, capazes de interpretar a realidade social, como evidencia Carvalho (2012). Nesse prisma, o espaço vivido se transforma no substantivo lugar, onde o ser humano se relaciona por meio de laços afetivos, emocionais e culturais, carregado de significados sócio-espaciais, como assinala Santos (1996, p. 332), quando reflete sobre lugar,

[...] um cotidiano entre as mais diversas pessoas, firmas e instituições – cooperação e conflito são a base da vida em comum [...] O lugar é o quadro de uma referência pragmática ao mundo, do qual lhe vêm solicitações e ordens precisas de ações condicionadas, mas é também o teatro insubstituível, responsáveis, através da ação comunicativa, pelas mais diversas manifestações da espontaneidade e da criatividade.

Portanto, pautado na relação cotidiana que se estabelece as ações e reações na Ilha de Santana-AP, os sujeitos do espaço (sociedade e grupos sociais) são um dos agentes modificadores, enquanto os objetos naturais e culturais compreendem os elementos da paisagem social. Dessa forma, o ambiente local se dá em função das relações entre sujeitos e objetos, considerando os pormenores dessa simbiose sócio-espacial.

Como se nota, os desafios sócio-espaciais e econômicos na Ilha de Santana-AP são de várias ordens, pois, envolvem um conjunto de demandas infraestruturais que compromete os direitos fundamentais do ser humano de ter um lugar que atendam dignamente seus anseios e necessidades básicas. Enquanto isso não

acontece, vão convivendo com ações paliativas de governos e suas articulações políticas de manter-se no poder.

Os grupos organizados e a sociedade civil vislumbram com uma política de Estado que ajude no desenvolvimento concreto da Ilha de Santana-AP, que considere seu legado histórico, sua cultura e seu potencial natural e paisagístico, que ouça as sugestões da comunidade quanto ao que eles pensam em ser melhor para eles e não que executem ações infraestruturais sem que seja debatido conjuntamente com a população local (SENGE, 2009).

Governos (municipal e estadual), precisam fazer um exercício democrático de gestão pública, buscando debater com a comunidade as reais necessidades infraestruturais, dando retornos positivos para a população local, que almejam por uma vida melhor, superando os obstáculos sócio-espaciais existentes. Cabe ressaltar que em virtude da heterogeneidade dos sujeitos sociais (população), a administração pública deverá ter habilidade para atender os anseios da comunidade, que apresenta exigências e necessidades próprias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo da presente dissertação foi analisar as transformações sócio-espaciais do Distrito da Ilha de Santana-AP, no período de 2007 a 2022, como linha referencial foi feito o uso da categoria Formação Sócio-espacial proposta por Milton Santos no decorrer dos anos 1970, somou-se ao contexto de análise, a categoria paisagem, que foi elemento base para a compreensão das transformações sócio-espaciais e da dinâmica da área de pesquisa. Dito isso, o trabalho permitiu relacionar espaço e paisagem, pois, as transformações na sociedade deixam suas marcas no espaço, que são formas espaciais do passado que permanecem no presente com uma nova função e configuração geográfica.

Nesse sentido, ressalta-se que as marcas do passado da Ilha de Santana estão atreladas junto à visão e o domínio português, que começa de forma incipiente por volta do ano de 1637, quando o Rei Felipe IV faz a doação de terras (capitania hereditária) para Bento Maciel Parente (donatário) e alguns anos mais tarde, com a conjuntura das Políticas Pombalinas (1750-1777), aqui para Amazônia e suas medidas governamentais, entre elas, a criação de companhias de comércio, nomeadamente a Companhia Geral do Comércio do Grão-Pará para promover o desenvolvimento econômico do Norte, com isso, a Ilha de Santana é doada para Francisco Portilho de Melo, seu primeiro desbravador de fato.

Em contrapartida, Portilho de Melo procurou ajudar a Coroa Portuguesa por meio de sua influência junto aos indígenas tucujus. Ele era devoto de Nossa Senhora de Sant'Ana, a qual homenageou colocando o nome do Município de Santana, que se tornou a padroeira da cidade. Dessa forma, observa-se que a Ilha de Santana de certa forma estava na rota das grandes navegações portuguesas que buscavam explorar seus espaços de invasão e "conquistas" em nome do capitalismo mercantilista.

Seguindo a lógica do capitalismo no contexto pós-moderno, a Ilha de Santana passou a configurar novamente na rota do capital das grandes empresas, dessa vez as que trabalham com exportação de grãos de soja e milho, nesse caso, a empresa Companhia Norte de Navegação e Portos (Cianport). Esta deveria construir e instalar um Terminal de Uso Privado (TUP) na Ilha de Santana, dentro da lógica de atuação do capital, dessa maneira, a potencial instalação do empreendimento, traz perspectivas de emprego e melhorias estrutural para a população local.

Dessa forma, o contexto do capitalismo em suas instâncias, o desdobramento do espaço e o repertório conceitual miltoniano, aposto à explicação das configurações, fenômenos e dinâmicas das espacialidades de uma época e lugar, em que o imperativo técnico-científico-informacional, é realidade dada e concreta, produzindo, reestruturando, alterando as formas urbanas diante do advento de novos agentes produtores do espaço, que implicam em novas configurações espaciais, a partir das relações sócio-espaciais, a exemplo da Ilha de Santana-AP, por ser uma extensão do processo de urbanização do Município de Santana, embora ficando do outro lado do rio Amazonas, ou seja, de frente para a sede da cidade.

No tocante ao encerramento dessa importante etapa do conhecimento, cabe aqui recordar que toda pesquisa comporta uma história, um porquê, um itinerário e uma trajetória, fato que não foi diferente quanto ao presente trabalho apresentado no corpo da pesquisa, pois, algumas inquietações foram gestadas com idas e vindas à Ilha de Santana-AP, a partir de meados da década de 1990 e no decorrer das demais décadas até ao contexto atual.

Nesse sentido, o pesquisador passou a perceber alterações e transformações no espaço e paisagem do ambiente local, despertando interesse de procurar entender a dimensão e os motivos dessas transformações na área de estudo. O desafio foi posto por meio da construção do trabalho e chegou-se a resultados inquietadores, senão provocadores e instigadores em muitos aspectos. Alguns resultados, de modo geral: novas ocupações na Ilha de Santana, adensamento em torno do núcleo urbano da Ilha, surgimento de novos estabelecimentos comerciais, mudanças na construção das casas, sendo a maioria de alvenaria, inexistência de saneamento básico, potencial turístico de base e potencial produtor de polpa defruta.

As transformações sócio-espaciais na Ilha de Santana-AP são visíveis por meio de alguns pontos como foi mencionado no decorrer da seção 3 da presente dissertação, como a ocupação de áreas por parte da população para construções de moradias, a exemplo das ocupações Madesa, Francisco e Loirinho, um adensamento em torno do núcleo urbano da Ilha, o surgimento de novos estabelecimentos comerciais e as mudanças na construção de casas, sendo a maioria de alvenaria. Esses são pontos que ratificam as mudanças na espacialidade e paisagem local.

No presente trabalho se atenta para o evoluir das transformações sócio-espaciais na Ilha de Santana-AP, enfatizando-se de que jeito este fenômeno implica na revisão dos seus mecanismos e metodologias de trabalho do ponto de vista de refletir sobre a dinâmica espacial que a área de estudo vem passando, sobretudo, nas duas últimas décadas.

Nesse contexto dinâmico e de transformação da paisagem da Ilha de Santana-AP, constatou-se que existe um movimento constante de pessoas que atravessam de um lado para o outro do rio, para as mais diversas funções, uns fazem transporte de carros na balsa, outros transportam pessoas nas catraias, uns vão trabalhar (movimentos pendulares com a sede do Município), outros vão fazer turismo na Ilha, outros vão trabalhar para a Ilha (deslocamento do centro urbano, tanto de Santana quanto Macapá para trabalharem na Ilha, principalmente os servidores públicos, como: professores, militares e os que atuam na área da saúde).

Essa dinâmica de movimento de pessoas ser constante para a Ilha de Santana, acaba corroborando de certa forma para sua funcionalidade. De modo geral, a funcionalidade da Ilha de Santana passa pelos seguintes pontos e aspectos, são eles: habitação, comércio de gênero alimentício de modo geral, lazer, turismo, cultura, espaço religioso, unidade básica de saúde, escolas, lanchonetes, espaço de venda de refeições, monumento histórico, comércio de material de construção, algumas batedeiras de açaí, sindicatos, associações, cooperativas e colônias, oficina de bicicleta, espaço de embelezamento (salão de beleza) e projeto social.

Para que o objeto investigado nesta dissertação fosse compreensível, foi necessário avaliar os principais conceitos e seus desdobramentos inequívocos em relação às transformações sócio-espaciais. Assim, sucede-se na área geográfica, viável para autorreflexão prévia dos seus fins, objetivos e metas pelo uso dos mecanismos e metodologias que lhe são pertinentes, quando se analisam os contextos e realidade as transformações da paisagem e espaço em estudo. Cada tema novo geralmente implica em fins, metas e objetivos bem diferentes. Portanto, o uso de novas metodologias e técnicas são sempre auto-refletivas, questões que foram experimentadas na prática no estudo das transformações sócio-espaciais na Ilha de Santana-AP.

Apesar dos desafios que são inerentes a qualquer pesquisa, o evoluir sistemático das técnicas de produção científica é um fato inequívoco. Ajuda a refletir sobre a qualidade geral de todos os seus resultados em todas as áreas. Atividades

do tipo não são, evidentemente, tão simples de advir, porquanto solicitam o reconhecimento prévio das próprias fraquezas bem como das deficiências que são inerentes em uso. Ações do tipo, no entanto, são imprescindíveis para que melhorias sejam cogitadas e postas em uso em seguida, qualificando os seus resultados de qualquer saber mais adiante.

Ressalta-se de forma fraterna que o trabalho intelectual nunca é um dado ou informações acabadas e que se encerram em si mesmo, a pesquisa aqui principiada não se extenua nos limites da espacialidade e paisagem resignada no corpo do trabalho em tela. Há a possibilidade de que, em outro momento, alguns pontos do trabalho poderão ser retomados e mais bem fundamentados por outros meios, como artigos, ou um trabalho de campo mais elaborado, dado ao alcance e profundidade da proposta de pesquisa, fato que não foi possível aprofundar mais um pouco em função da pandemia, Covid 19.

Dessa forma, reconhece-se que algumas das reflexões e posicionamentos alçados não são definitivos, pois a dinâmica social é constante e a produção do espaço com sua impressão na paisagem são delineados pelo pensamento de cada sociedade em cada contexto histórico e sócio-espacial. Porém, o trabalho não está ileso a apreciações do crivo acadêmico e social.

Em vista disso, entende-se que a dinâmica e a transformação sócio-espacial que vem passando a Ilha de Santana-AP, constitui-se em importante objeto de estudo e análise, necessários para a compreensão desses fenômenos urbanos que vem se estabelecendo no espaço de estudo. A compreensão das tendências, de suas relações causais e dos efeitos delas decorrentes são incitações para a pesquisa técnico-científica.

Em suma, a intenção da pesquisa foi procurar analisar e entender a partir de leituras técnicas, conhecimento empírico, científico e observação *in loco* de que modo as transformações sócio-espaciais na Ilha de Santana-AP são cruciais para o entendimento da mudança na paisagem e o desenvolvimento do espaço, procurando identificar avanços e retrocessos. Tal ação se deu de forma dialética, ação-reflexão-ação para melhor compreender os fundamentos filosóficos e geográficos do espaço em relação à sociedade, de forma equilibrada, justa e com equidade social.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Felipe Costa de; SANTOS, Davi José da Rosa; LIMA, José Júlio Ferreira. **A Formação da Imagem e da Paisagem Urbana do Município de Tomé-Açu: Uma Análise do Núcleo Urbano de Quatro Bocas.** (Org.) ANDRADE, Rubens de,

ALVES, Lidiane A. Representações das transformações espaciais: breves considerações sobre a paisagem urbana. Para onde!? **Revista Eletrônica**, v. 4, n. 1, ago. 2011.

AMAPÁ-FOTOS, 2016. Disponível em:

<<http://www.amapafotos.com.br/2016/01/passeio-para-umilha-de-santana.html>>.

Acesso em: 13 de fevereiro de 2022.

AMARAL, Marcio Douglas Brito. **Dinâmicas Econômicas e Transformações Espaciais.** A Metrópole de Belém e as Cidades Médias da Amazônia Oriental-Marabá (PA) e Macapá (AP.) Disponível em:

<<https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-25082011>

[152703/publico/2010_MarcioDouglasBritoAmaral.pdf](https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-25082011/152703/publico/2010_MarcioDouglasBritoAmaral.pdf)> Acesso em: 20 de março de 2021

ANA, Lúcia Teles/Arquivo Pessoal, 2017. Disponível em:

<<https://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/rampa-deteriorada-e-reformada-por-garisa-na-ilha-de-santana-no-ap.ghtml>>. Acesso em: 13 de janeiro de 2022.

ARAÚJO, DEBORA FERNANDES DE. **Da Ocupação à Legalização.** A regularização Fundiária e urbanística em Hortolândia- A luta e os Impasses para a sua concretização. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2017.

BACELAR, MANOEL OSVANIL BEZERRA. **O AGRONEGÓCIO: A Territorialização e a Expansão das Fronteiras do Capital no Amapá.** 2019. 251 fls. Tese (Doutorado em Geografia), Instituto de Estudos Socioambientais, Universidade Federal de Goiás, GOIÂNIA/GO, 2019. Disponível em:

<<https://repositorio.bc.ufg.br/tede/bitstream/tede/10239/5/Tese%20%20Manoel%20Osvanil%20Bezerra%20Bacelar%20-%202019.pdf>>. Acesso em: 13 de junho de 2022.

BARBOSA, Jorge Luiz Barbosa. O ordenamento territorial urbano na era da acumulação globalização. In: SANTOS, Milton e BECKER, Bertha (orgs.). **Território, territórios: Ensaio sobre o ordenamento territorial.** Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2006.

BRASIL, REPÚBLICA FEDERATIVA. **LEI Nº 12.815, de 5 de Junho de 2013.**

Disponível em: < https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12815.htm>. Acesso em 25: novembro de 2021.

BRASIL, REPÚBLICA FEDERATIVA. **LEI Nº 8.387, DE 30 DE DEZEMBRO DE 1991.** Cria a Área de Livre e Comércio em Macapá e Santana. Disponível em: <

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8387.htm>. Acesso em: 25 de novembro de 2021.

BRASIL, REPÚBLICA FEDERATIVA. **LEI Nº 11.445, DE 5 DE JANEIRO DE 2007**. Estabelece Diretrizes Nacionais para o Saneamento Básico. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2007-2010/2007/Lei/L11445.htm>. Acesso em: 25 de novembro de 2021.

BRASIL, REPÚBLICA FEDERATIVA. **LEI Nº 14.026, DE 15 DE JULHO DE 2020**. Atualiza o Marco Legal do Saneamento Básico. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2019-2022/2020/lei/l14026.htm>. Acesso em: 25 de novembro de 2021.

BRASIL, REPÚBLICA FEDERATIVA. Controladoria Geral da União no Estado do Amapá. **Relatório gerencial**. Município de Santana-AP. Ano 2004. Disponível em: <<https://www.yumpu.com/pt/document/read/14466172/relatorio-de-fiscalizacao-n-004-municipio-de-santana-ap-ministerio>>. Acesso em: 26 de março de 2022.

BECKER, B. K. **Amazônia**. 6ª ed. São Paulo: Ática, 1998.

BORGES, Wanda. **Contexto histórico do Estado do Amapá**. Disponível em: <<https://wandaborgesap.blogspot.com/2012/03/contexto-historico-do-estado-do-amapa.html>>. Acesso em: 25 de março de 2022.

BORJA, Jordi. **Estado y ciudad. Descentralización política y participación**. Barcelona: Ed. Promociones y Publicaciones Universitarias. 1988

CARLOS, A. F. A. **A reprodução do espaço urbano como momento da acumulação capitalista**. In: Crise urbana [S.l.: s.n.], 2015.

CARLOS, A. F. A. **(re) produção do espaço urbano**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994.

CANTO, do Otávio. Ribeirinhos do Mapuá. In: MOTA, G.; et al. (Org.). **Caminhos e Lugares da Amazônia: ciência, natureza e territórios**. Belém: GAPTA/UFPA, 2009, v. 1, p. 7-240. Disponível em: <https://www.academia.edu/41467866/Ribeirinhos_do_Mapu%C3%A1>. Acesso em: 21 de maio de 2022.

CARDOSO, Gean Alef. **Adensamento: Um problema que deve ser analisado de forma integrada**. 2022. Disponível em: <<https://www.portalsaofrancisco.com.br/geografia/adensamento>>. Acesso em: 29 de março de 2022.

CARAMURU, 2017. **Mais perto da Europa**. Disponível em: <<https://www.caramuru.com/institucional/?p=1410>>. Acesso em: 13 de maio de 2022.

CARNEIRO, Neri P. 2011. **Migrações para a Amazônia**. Disponível em: <<https://www.webartigos.com/artigos/migracoes-para-amazonia/77253>>. Acesso em: 10 de dezembro de 2021.

CARVALHO, Delza Rodrigues de. As Práticas Espaciais do Percebido, Concebido e Vivido nos Municípios de Lisboa e Sintra. **Revista de Geografia (UFPE)** V. 29, No. 3, 2012. Disponível em:

<<https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistageografia/article/viewFile/229001/23403>.

Acesso em: 20 de março de 2022.

CARVALHO, LIV MARIA BASTOS DE; SILVA, TANIRA GOMES. A produção do açaí nas comunidades ribeirinhas do Município de Oeiras do Pará: um estudo sobre a comunidade do rio Urubuna. Como essa produção implica na economia do município?. **Anais...XVIII Encontro Nacional dos Geógrafos: "A construção do Brasil: geografia, ação política e democracia"**. 24 a 30 de julho, São Luís – MA, 2016.

Disponível em:

<http://www.eng2016.agb.org.br/resources/anais/7/1468291010_ARQUIVO_trabalho_engcompletoLiv.pdf. Acesso em: 10 de janeiro de 2022.

CÁSSIA, de Rita. **Folha do Amapá-2002**. Disponível em: <<http://amapa.hi7.co/ilha-de-santana--parte-1---folha-do-amapa-06-08-02--56c64d626de97.html>>. Acesso em: 04 de agosto de 2021.

CASTRO, Adler Homero Fonseca. O fecho do império: história das fortificações do Cabo Norte ao Amapá de hoje. In: GOMES, Flávio dos Santos (Org.). **Nas terras do Cabo Norte: fronteira, colonização e escravidão na Guiana Brasileira XVIII/XIX**. Belém: Editora Universitária/UFPA, 1999, p.129-193.

CLAVAL, Paul. A paisagem dos geógrafos. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (orgs) **Paisagens textos e identidade**. Rio de Janeiro: Ed UERJ,2004.

CERTEAU, Michel: **A invenção do cotidiano: Artes de fazer**. 3ª Ed. Petrópolis: Vozes,1998.Disponível em:<https://www.academia.edu/7142786/A_inven%C3%A7%C3%A3o_do_cotidiano_artes_de_fazer_michel_de_certeau>.Acesso em 13 de janeiro de 2022.

CORIOLOANO, L. N. M. T. **Do local ao global: o turismo litorâneo cearense**. 3. ed. Campinas, São Paulo: Papyrus, 1998.

CORIOLOANO, L. N. M. T. **O turismo nos discursos, nas políticas e no combate à pobreza**. São Paulo: Annablume, 2006.

CORIOLOANO, L. N. M. T. Luzia Neide. **Turismo: prática social de apropriação e de dominação de territórios**. 2010. Disponível em:<http://sbpcnet.org.br/livro/57ra/programas/CONF_SIMP/textos/luzianeidecoriola-no-turismo.htm>. Acesso em: 22 de fevereiro de 2022

CORRÊA, Roberto Lobato. **O Espaço Urbano**. 1º Edição. São Paulo: Editora Ática, 1989.

CORRÊA, Roberto Lobato. Sobre agentes sociais, escala e produção do espaço: um texto para discussão. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri et. al. **A produção do**

espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios, São Paulo: Contexto, 2011.

CORRÊA, Rúbia Oliveira; TEIXEIRA, Rivanda Meira. **Redes sociais empreendedoras para obtenção de recursos e legitimação organizacional:** Estudo de casos múltiplos com empreendedores sociais. São Paulo: Mackenzie, 2015.

COSTA, Heloisa de Moura; MENDONÇA, Jupira, Gomes de. **Fuga ou negação da cidade?** Considerações sobre o espaço urbano e a expansão metropolitana. **Anais...** I Encontro Transdisciplinar Espaço e População, Campinas, 2003.

CRUZ, Rita de C. A. **Políticas de Turismo e território.** São Paulo: Contexto, 2000.

CRUZ, V. C. O Rio Como Espaço de Referência Identitária: reflexões sobre a identidade ribeirinha na Amazônia. In: TRINDADE JÚNIOR, S. C. (Org.); TAVARES, Maria Goretti da Costa (Org.). **Cidades ribeirinhas na Amazônia:** mudanças e permanências. 1. Ed. Belém: EDUFPA, 2008. P 49-69.

DAVECCHI, Alejandra Maria. **Políticas de compactação urbana.** USJT. Arq. Urb., número 12. 2014. Disponível em: <http://www.usjt.br/arq.urb/numero-12/5-alejandra-devecchi.pdf>. Acesso em: 12 mar 2022.

DIÁRIO DO AMAPÁ. 2017. **Ponte Binacional garante rotas turísticas e econômicas para o Amapá.** Disponível em: <https://www.diariodoamapa.com.br/cadernos/cidades/ponte-binacional-garante-novas-turisticas-e-economicas-para-o-amapa/>. Acesso em: 20 de junho de 2022.

DIÁRIO DO AMAPÁ. **877 mil:** IBGE divulga estimativas populacionais do Amapá e municípios para 2021. Disponível em: <https://www.diariodoamapa.com.br/cadernos/cidades/877-mil-ibge-divulga-estimativas-populacionais-do-amapa-e-municipios-para-2021/>>. Acesso em: 25 de janeiro de 2021.

DOOTAX. **Zona Franca de Manaus.** Disponível em: <https://blog.dootax.com.br/zona-franca-de-manaus/?shared=email&msg=fail-2021>. Consulta em 5 jan. 2022.

DOMINGOS, Carlos. **Oportunidades Disfarçadas.** São Paulo: Sextante, 2011.

DUARTE, Denise Helena. **Padrões de ocupação do solo e microclimas urbanos na região de clima tropical continental;** método para previsão o comportamento térmico e melhoria de desempenho do ambiente urbano. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo, Estruturas Ambientais Urbanas), Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

DUPAS, Gilberto. **Economia Global e Exclusão Social:** pobreza, emprego, Estado e o futuro do capitalismo. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

DRUMMOND, Junia Maria de Lima. Artigo – **A terceirização e a Economia Global**. 2012. Disponível em: < <https://www.panoramadenegocios.com.br/artigo-terceirizacao-e-economia-globa/>. Acesso em: 14 de novembro de 2021.

ESCOBAR, Arturo. **O lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou pós-desenvolvimento?** Buenos Aires. CLACSO, Consejo Latino americano de Ciencias Sociales, 2005, p. 69-86.

ESTEVES, Alex Gomes. **Economia solidária e empreendedorismo social: Perspectivas de inclusão social pelo trabalho**. Rio de Janeiro: O Social em Questão, 2011. Ano XIV, nº 25/26.

FILHO, Francisco Romualdo de Souza. 1996. **Política Agrária Brasileira na Transformação do Espaço da Fronteira na Amazônia: O exemplo de Rondônia**. Disponível em: <https://www.academia.edu/23330247/POL%C3%8DTICA_AGR%C3%81RIA_BRASILEIRA_NA_TRANSFORMA%C3%87%C3%83O_DO_ESPA%C3%87O_DA_FRONTIIRA_NA_AMAZ%C3%94NIA_O_EXEMPLO_DE_ROND%C3%94NIA>. Acesso em: 20 de maio de 2022.

FRATUCCI, A. C. **A dimensão espacial nas políticas públicas brasileiras de turismo: as possibilidades das redes regionais de turismo**. Niterói: UFF, 2008. 308 f. Tese (doutorado em Geografia). Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.

FRATUCCI, A. C. A dimensão espacial das políticas públicas de turismo no Brasil. In: PIMENTEL, T.D.; EMMENDOERFER, M.L.; TOMAZZONI, E.L.(org.). **Gestão pública do turismo no Brasil: teorias, metodologias e aplicações**. Caxias do Sul: Educs, 2014.

FERREIRA, Wendy Carniello. Estabelecimento de mata ciliar em áreas degradada e perturbada. Lavras: UFLA, 2006. 133 p. CARPANEZZI, A. A. Benefícios indiretos da floresta. In: GALVÃO, A. P. M. **Reflorestamento de propriedades rurais para fins produtivos e ambientais: um guia para ações municipais e regionais**. Colombo: EMBRAPA-CNPQ, 2000, p. 19-55.

FREITAS, Maria de Freitas; FERREIRA, Cleison Leite. A produção do espaço urbano: formação de território e governança urbana, o caso da quadra 50 da cidade Gama – DF. Code-2011. **Anais...** do I Circuito de Debates Acadêmicos. Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/code2011/chamada2011/pdf/area7/area7-artigo44.pdf>> Acesso em: 10 de janeiro de 2022.

FRANCO, Sandra Aparecida Pires. Reformas pombalinas e o Iluminismo em Portugal. **Revista de História e Estudos Culturais**, vol. 4, ano IV, n. 4, out.-dez. 2007. Disponível

em: https://www.researchgate.net/publication/292752948_Reformas_pombalinas_e_o_iluminismo_em_portugal. Acesso em: 02 mai. 2021.

GADOTTI, M. **Economia solidária como práxis pedagógica**. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009.

GARBIN, Estevão Pastori; SANTIL Fernando Luiz de Paula. **Geoiंगा: Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia Maringá**, v. 12, n. 1, p. 131-154, 2020

ALBERTO JÚNIOR, C. **Rampa deteriorada é reformada por garis na Ilha de Santana, no AP**. Disponível em: <<https://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/rampa-deteriorada-e-reformada-por-garis-na-ilha-de-santana-no-ap.ghtml>>. Acesso em: 13 de fevereiro de 2022.

GOITIA, Fernando Chueca – **Breve História do Urbanismo**. Lisboa: Editorial Presença, 1982.

HARVEY, David. O trabalho, o capital e o conflito de classes em torno do ambiente construído nas sociedades capitalistas avançadas. **Espaço & Debates**. São Paulo: Cortez, 1982, ano II, nº 6, jun-set, p 6-35.

HI7.A ILHA DE SANTANA (**PARTE 3- IMPRESSÕES**). Disponível em: <<http://amapa.hi7.co/a-ilha-de-santana--parte-3---impressoes--56c64d55a07a0.html>> Acesso em 25 de março de 2022.

HYPENES, 2020. **Árvore rainha da Amazônia**. Disponível em: <<https://www.hypeness.com.br/2020/10/samauma-a-arvore-rainha-da-amazonia-que-guarda-e-distribui-agua-para-outras-especies>>. Acesso em: 25 de fevereiro de 2022.

INSTITUTO ÁGUA E SANEAMENTO. Disponível em: <<https://www.aquaesaneamento.org.br/municipios-e-saneamento/ap/santana>>. Acesso em 28: de junho de 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA-IBGE IBGE. **Sinopse do Censo Demográfico 2010-Amapá**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ap/santana/panorama>>. Acesso em: 30 de janeiro de 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA-IBGE. **Censo-2010**. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9662-censo-demografico%202010.html?=&t=destaques>>. Acesso em: 25 de fevereiro de 2022.

JORDANIO, Emanuel. 2010. **Orfanato “São José”- Educandário Pioneiro do Amapá**. Disponível em: <<https://memorial-stn.blogspot.com/2010/06/orfanato-sao-jose-educandario-pioneiro.html>>. Acesso em: 20 de dezembro de 2021.

JORDANIO, Emanuel. 2010. **Mas quem era Francisco Portilho de Melo?**. Disponível em: <<https://memorial-stn.blogspot.com/2010/12/mas-quem-era-francisco-portilho-de-melo.html>>. Acesso em: 21 de dezembro de 2021.

JUNIOR, Geraldo Koppe. **Terminais Portuários de Uso Privado: Novo marco regulatório e desenvolvimento econômico-social** (Boletim CEDE-ano XV-Abril/2015).

KORTEN, David. **O Mundo Pós-Corporativo: a vida depois do capitalismo**. Petrópolis: Editora Vozes, 2001.

LEGISWEB. **Decreto Nº 517 de 08/05/1992**. Regulamentação da Área de Livre Comércio de Macapa e Santana. Disponível em: <<https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=359335>>. Acesso em: 22 de março de 2021.

LACOSTE, I. **A Geografia: isso serve em primeiro lugar para fazer a guerra**. São Paulo: Papirus, 1993.

LEFEBVRE, H. **La Production de l'Espace**. Paris: Anthropos. , 1986 p. 121

LEFEBVRE, H. **Espaço e Política**. Belo horizonte: Ed. UFMG, 2008.

MACEDO, Jackeline de. **Paisagens Híbridas**. V.1 n. 2. Rio de Janeiro, Grupo de Pesquisas Paisagens Híbridas/ Escola de Belas Artes, UFRJ, novembro, 2018

MACEDO, S. S. **Paisagismo e paisagem: Introduzindo questões**. Paisagem e Ambiente, FAUUSP, São Paulo, v. V, 1994.

MARICATO, E. Metrôpole periférica, desigualdade social e meio ambiente. In: **O desafio da sustentabilidade: um debate socioambiental no Brasil**. Organizadora: SILVA, M., et alii. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

MOLINA, F. S. **Turismo e a Produção do Espaço – o Caso de Jericoacoara, CE**. 2007. 150. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

MOTTA, Paulo R. **Gestão Contemporânea: a ciência e a arte de ser dirigente**. 16. ed. (Rio de Janeiro: Record, 2007)

NOGUEIRA, Cleiton Marinho Lima. **Expansão Metropolitana e Dinâmica Imobiliária**. O Município Eusébio no contexto da região metropolitana de Fortaleza (RMF). Fortaleza-CE. 2011.

PADUA, R. F. D. E. **Produção e consumo do lugar: espaços de desindustrialização na reprodução da metrópole**. 2011. Disponível em: <<https://bv.fapesp.br/pt/dissertacoes-teses/81253/producao-e-consumo-do-lugar-espacos-de-desindustrializacao>>. Acesso em: 20 de março de 2021.

PORTAL DO AGRO. **Agronegócio na Amazônia-2020**. Disponível em: <<https://portaldoagro.com/2020/12/09/cianport-e-ipiranga-vencem-leilao-para>>

[novos-investimentos-privados-no-porto-de-santana/](#)>. Acesso em: 15 de maio de 2022.

PUC-RIO. **Certificação Digital nº 1011864/CA**. Disponível em: https://www2.dbd.pucRio.br/pergamum/tesesabertas/1011864_2012_cap_2.pdf>. Acesso em: 20 de fevereiro de 2022.

ROCHA, Raphael Costa Cristovam da; MOREIRA, Claudete Carla Oliveira. **Levantamento Funcional das ruas Antonio Feliciano de Castilho e Jorge Anjinho no Bairro do Solum, Freguesia de Santo Antonio dos Olivais-Coimbra, Portugal-2012**. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/97690798/Levantamento-Funcional-Solum-Coimbra>>. Acesso em: 25 de abril de 2021.

ROCHA, Gilberto de Miranda. **Fronteira e Urbanização na Amazônia: contribuições de Bertha Becker. Anais...**(III simpósio) Relações entre Ciência e Políticas Públicas: Propostas de Bertha Becker para o Desenvolvimento da Amazônia Belém – Pará, 09 de 2013. Núcleo de Meio Ambiente – NUMA UFPA.

RODRIGUES, Elisa de Oliveira Cruz; LOURENÇO, Estela Silva; GUERRA, José Alfredo de Pádua. **O Processo de Turistificação como meio de Exploração do Turismo: O Caso da Fazenda Belo Horizonte**. Disponível em: <https://legacy.unifacef.com.br/novo/3fem/Inic%20Cientifica/Arquivos/Elisa%20e%20Estela.pdf>>. Acesso em: 25 de janeiro de 2022.

SANTANA, Prefeitura. **Santana - Estado do Amapá**. 2022. Disponível em: <https://www.cidadesdomeubrasil.com.br/ap/santana>>. Acesso em: 03 de maio de 2022.

SANTANA, Prefeitura. **Plano Diretor Participativo de do Município de Santana**. 2006. Lei Complementar N.º 002/2006-PMS

SANTOS, M. **Sociedade e Espaço: A Formação Social como Teoria e como Método. Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n.54, p.81-100, jun. 1977.

SANTOS, M. **Por uma Geografia Nova**. São Paulo: Hucitec, Edusp, 1978.

SANTOS, M. **Espaço e Sociedade**. Petrópolis: Vozes, 1979.

SANTOS, M. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel,1985

SANTOS, M. **Por Uma Geografia Nova**. São Paulo: Hucitec, 1986, 3ª edição, 236p.

SANTOS, M. **Metamorfose do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia**. São Paulo: HUCITEC, 1991.

SANTOS, M. **Técnica, Espaço, Tempo. Globalização e meio técnico-científico informacional**. Editora HUCITEC, São Paulo, 1994.

SANTOS, M. e outros (org.): **Território, Globalização e Fragmentação**. Hucitec-ANPUR, São Paulo, 1994, p. 15-20.

SANTOS, M. Os grandes projetos: Sistema de Ação e Dinâmica Espacial. In: CASTRO, Edna; MOURA, Edila A. F.; MAIA, Maria Lúcia Sá (Org). **Industrialização e grandes projetos**. Desorganização e reorganização do espaço. Belém: UFPA, 1995. p. 13-20.

SANTOS, M. **De la Totalidad al Lugar. OIKOS** – TAU, Barcelona, 1996.

SANTOS, M. **Metamorfose do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço. técnica e tempo – razão e emoção**. Editora: HUCITEC, São Paulo, 1996.

SANTOS, M. **A Natureza do espaço**. São Paulo: EDUSP, 1996. pp. 103-110.

SANTOS, M. **Pensando o espaço do homem**. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço: técnica e tempo: razão e emoção**. 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

SANTOS, M. **Metamorfose do Espaço Habitado**, fundamentos Teórico e metodológico da geografia. São Paulo: Hucitec, 1988.

SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia**. 6. ed., 2. reimpr. São Paulo: Edusp, 2014 [1988].

SANTOS, M. (Organização RIBEIRO, Wagner Costa). **O país distorcido: o Brasil, a globalização e a cidadania**. São Paulo : Publifolha, 2002.

SANTOS, M. **Pensando o Espaço do Homem**. 5. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. EDUSP, 2005.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção / Milton Santos**. - 4. ed. 2. reimpr. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. - (Coleção Milton Santos; 1).

SANTOS, M. **Por uma Geografia Nova**. São Paulo: Edusp, 2006.

SANTOS, M. Geografia, marxismo e subdesenvolvimento. GEOUSP – **Espaço e Tempo**, São Paulo, v. 19, n. 1, 2015, p. 166-172.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2014.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4. ed., 9. reimpr. São Paulo: Edusp, 2017 [1996].

SANTOS, M. **Espaço e Método**. – 5.ed.,3 reimpr,- São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2020.

SANTOS, M. **Recôncavo da Bahia**. Sociedade e economia em transição. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/document/393702124/Santos-Milton-1959-a-Rede-Urbana-Do-Reconcavo>>. Acesso em: 20 de abril de 2022.

SANTOS, M. Y SILVEIRA, M. L. **O Brasil. Território e Sociedade no início do Século XXI**. Rio de Janeiro-São Paulo: Editora Record, 2001.

SANTOS, E. R. C. **Amazônia Setentrional Amapaense**: do “mundo” das águas às florestas protegidas. Tese (Doutorado em Geografia), FCT-UNESP, Presidente Prudente, São Paulo, SP, Brasil, 2012.

SANTOS, Romário V. **(Re) estruturação e formação do aglomerado urbano de Macapá e Santana na Amazônia Setentrional Amapaense**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional), Programa de Pós-Graduação/Mestrado em Desenvolvimento Regional, Universidade Federal do Amapá, Macapá, 2016.

SANSOLO, Denis G. Significados da paisagem como categoria de análise geográfica. **Anais...ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**, 7. Niterói (RJ): UFF, 2007.

SAQUET, Marcos Aurelio; SILVA,Sueli Santos da. MILTON SANTOS: concepções de geografia, espaço e território.(1978). ISSN 1981-9021 - **Geo UERJ** - Ano 10, v.2, n.18, 2º semestre de 2008, p. 24-42. Disponível em: <www.e-publicacoes.uerj.br>. Acesso em: 13 de fevereiro de 2022.

SARNEY, José, 1930-; COSTA, Pedro, 1947-. **Amapá: a terra onde o Brasil começa** / José Sarney & Pedro Costa – Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 1999. 270 p.: il., fot. (2a edição) – (Coleção Brasil 500 anos)

SARNEY, José; COSTA, Pedro. **Amapá: a terra onde o Brasil começa**. 2. ed. Brasília: Senado Federal, 2004. 270 p. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/1029>>. Acesso em: 14 dez. 2020.

SENGE, Peter M. **A Quinta Disciplina**. 25ª Ed. São Paulo: Best Seller, 2009.

SERPA, Angelo. **Paisagem Ambiente**: ensaios - n. 27 - São Paulo - p. 131 - 138 – 2010.

SERRA, Debora Rodrigues de Oliveira. Turistificação e Patrimonialização na Representação do Espaço: uma Análise sob a Perspectiva da Tríade Lefebvriana. **Espaço Aberto**, v. 9, n. 1, p. 143-159, 2019.

SILVA, João Luiz da Silva. **Aspectos Econômicos e Sociais da área de Livre Comércio Macapá e Santana**: Vinte e Sete anos após sua implantação. Disponível em: <<https://universidadebrasil.edu.br/portal/biblioteca/uploads/20190321193633.pdf>>. Acesso em: 21 de maio de 2022.

SOJA, Edward. **Geografias pós-modernas**: a reafirmação do espaço na teoria social crítica. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.

SOUSA, Marcelo Lopes de. **O desafio metropolitano**: Um estudo sobre a problemática socioespacial nas metrópoles brasileiras. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

SOUSA, Marcelo Lopes de. **A prisão e a ágora**: reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão das cidades. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

SOUZA, T. **Zona Franca de Manaus**. Disponível em: <<https://blog.dootax.com.br/zona-franca-de-manaus/?shared=email&msg=fail-2021>>. Acesso em: 5 janeiro.

SILVA, S. C. O.; TOSTES, J. A.; FERREIRA, J. F. C.. O Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Macapá, Amapá, Brasil. **Anais...7º Congresso Luso-Brasileiro para o Planejamento Urbano Regional, Integrado e Sustentável**. “Contrastes, Contradições, Complexidades – Desafios Urbanos no Século XXI”, o Pluris 2016. Maceió-Brasil, 05 a 07 de outubro de 2016.

TOSTES, J. A.; SOUZA, A. C. M.; FERREIRA, J. F. C. O desenvolvimento local integrado entre as cidades de Macapá e Santana (Estado do Amapá, Brasil). **Revista PRACS**, v. 8, n. 2, 2015.

SMITH, N. **Amazon Sweet Sea**: Land, Life, and Water at the River's Mouth , 1ª ed.; University of Texas Press: Austin, TX, EUA, 2002.

SUFRAMA, 2014. **Área de Livre Comércio de Macapá - Santana/AP** – Diagnóstico socioeconômico e propostas para o desenvolvimento/Coordenação Geral de Estudos Econômicos e Empresariais: SUFRAMA. Org. – 1ª ed. – V. 3 – Manaus.

VEIGA, José Eli da. **Cidades imaginárias**: o Brasil é menos urbano do que se calcula. Campinas, SP: Autores Associados, 2002.

WANG, Z .; NIU, L. Um modelo de dados para usar o OpenStreetMap para integrar o planejamento de rotas internas e externas. **Sensores**, v. 18, n. 7, pág. 2100, 2018.

WEISER, Alice Agnes; TOSTES, José Alberto. **Transformações espaciais entre as cidades de Macapá e Santana (AP)**: o caso das rodovias Duca Serra e Juscelino Kubitschek. VII Semana de Arquitetura e Urbanismo (SAU, 2018) Mobilidade urbana e sustentabilidade: Por onde tu andas? Macapá, Amapá, Brasil. 29, 30 31 de outubro e 01 de novembro de 2018. Disponível em: <https://www2.unifap.br/arquitetura/files/2018/10/Alice-Weiser_Jose-Tostes_VII-SAU.pdf>. Acesso em: 25 de janeiro de 2022.

ANEXOS

ANEXO 1 – LISTA DE VERIFICAÇÕES *IN LOCO* (checklist)

1. Questão - Sucedeu-se o aumento da população na Ilha de Santana nos últimos anos?

Resposta: *Sim, percebemos que aumentou um pouco, só não sei dizer um numero exato. Mas esse aumento é visível na circulação das pessoas nas ruas e nas três ocupações recentes que teve aqui na Ilha de Santana.*

2. Questão - Como ocorreu, de maneira geral, o surgimento de novos espaços de moradias na Ilha de Santana?

Resposta: *Bem, o surgimento de novos espaços aqui na Ilha vem acontecendo devido falta de moradias do outro lado de Santana, aí várias famílias vem para cá tentar conseguir um pedaço de terra para morar, a questão da possível instalação do Terminal de Uso Privado(TUP) que irá aparecer trabalho, famílias que vieram de outros Estados, principalmente do Pará e foram ocupando os espaços vazios.*

3. Questão - Foram observadas algumas transformações ou mudanças na paisagem da Ilha de Santana? Se sim, de quais tipos?

Resposta: *Foram sim e continua sendo. Aumentaram o número de comércio de gênero alimentício, bloqueamento das principais vias públicas, construções de casas de alvenarias em detrimento das casas de madeiras, construções de pequenos prédios de 2 andares.*

4. Questão - Como se sucedeu o crescimento no número de casas na região?

Resposta: *O aumento de casas na Ilha vem acontecendo na área urbana e rural da Ilha, esse aumento acontece devido à vinda de pessoas para a Ilha em busca de um lugar para morar. No meio rural o aumento vem acontecendo na ocupação de área pública e área privada, bem como, na margem direita do Canal Norte da Ilha, é uma ocupação mais familiar.*

5. Questão - Como se sucedeu o aumento no número de comércios do gênero alimentícios na região?

Resposta: *O surgimento dos comércios se dá em função do crescimento populacional, pois, se percebeu que tem espaços para o funcionamento dessa atividade econômica na Ilha de Santana. Agora são pequenos comércio, existe apenas um Atacadão que oferece mais opções de gêneros alimentícios.*

6. Questão - Como ocorreu o aumento na construção de prédios no meio urbano da região pesquisada?

Resposta: *Os prédios construídos são na sua maioria são de alvenaria e de um andar, ainda tem poucos prédios de dois andares na Ilha de Santana. Essas construções vêm se dando em função de parte dos moradores buscarem uma melhor moradia, deixando de lado as construções de madeira, os prédios de 2 andares são de pessoas que tem um poder aquisitivo favorável que lhes permitem a fazerem tais construções.*

7. Questão - Como se sucedeu o aumento no número de estabelecimentos comerciais da área de construção civil na Ilha de Santana?

Resposta: *Esses estabelecimentos foram surgindo em função da necessidade das pessoas em construir suas casas de alvenarias, coisa que no passado era difícil transportar*

os materiais de construções para a Ilha. Aí os comerciantes da área da construção civil começaram a abrir espaços de venda na Ilha.

8. Questão - Como se sucedeu o aumento no número de oficinas mecânicas na Ilha de Santana?

Resposta: Não teve aumento de oficinas mecânicas, na verdade não existe nenhuma oficina, o que existe é uma pessoa que faz pequenos reparos nos veículos na residência dele.

9. Questão - Como se sucedeu a expansão de ruas e avenidas pavimentadas na região?

Resposta: As expansões das vias públicas pavimentadas vêm acontecendo em função de execução de emendas parlamentares. O serviço que vem sendo feito é o bloqueamento das principais vias.

10. Questão - Como se sucedeu o aumento no número de veículos na Ilha?

Resposta: Na ilha de Santana não existe muito veículos automotores de 4 rodas. Agora se for feito uma comparação com os anos de 2000 a 2010. Aí se pode dizer que teve um aumento razoável. Antes eram contados os veículos e seus respectivos donos. A partir de 2010 com a gravação de cenas do filme *Tainá 3* na Ilha de Santana, teve um aumento no número de veículos transitando pelas vias, pois, o filme deu uma projeção turística para a Ilha e conseqüentemente os turistas precisavam de deslocar para o outro lado da Ilha até o espaço conhecido como recanto da aldeia que o acesso é via ramal. Então, os carros pequenos são fundamentais para fazerem esse trajeto.

11. Questão - Até que ponto as melhorias em infraestrutura na região pesquisada se correlacionam ao surgimento de novos empreendimentos urbanos no local?

Resposta: Com uma infraestrutura incipiente na Ilha aos poucos os empreendimentos vão se estabelecendo, principalmente o ramo de comércio alimentício.

12. Questão - Até que ponto as melhorias em infraestrutura na região pesquisada tende a favorecer ao o surgimento do Terminal de Uso Privado?

Resposta: A Ilha não apresenta um infraestrutura que possa contribuir para o atrativo de Terminal de Uso Privado. Porém, a Ilha apresenta uma configuração geográfica que favorece a instalação de dos terminais em função da Ilha está localizada no Canal Norte, braço esquerdo do Rio Amazonas e por esse canal ter a profundidade necessária para atracação de embarcações de grandes portes.

13. Questão - Até que ponto as melhorias em infraestrutura na região pesquisada favorece na expansão da estrutura residencial?

Resposta: Aos poucos a infraestrutura na Ilha vem se concretizando, a exemplo do Bloqueamento das vias públicas, sinalização de possível instalação de Terminal de Uso Privado, sindicatos, colônias e associações lutando por melhorias para os seus representados.

14. Questão - Até que ponto as melhorias em infraestrutura na região pesquisada favorece na expansão da estrutura comercial?

Resposta: Os novos comércios foram surgindo a partir das necessidades das pessoas em função do aumento populacional na Ilha, novos espaços foram ocupados, o espaço rural passou a ser ocupado com mais freqüência e estabelecimento de famílias.

15. Questão - Até que ponto as melhorias em infraestrutura na região pesquisada implica em uma rede melhor qualificada de saneamento básico?

Resposta: *Como a infraestrutura é incipiente na Ilha, ainda não se tem de fato a implementação de saneamento básico como manda a Constituição Federal e instituído pela Lei nº 11.445/2007. Exemplo: O abastecimento de água é por meio de poço amazonas na maioria das casas, esgoto sanitário não existe, as fossas são na sua maioria negra ou “semi séptica” (Somente com a tampa de concreto e o suspiro), Drenagem não se tem, o que se vê são algumas canaletas para o escoamento das águas pluviais, não existe manejo de resíduos sólidos (são queimados em um local). O que se vê é a limpeza urbana.*

16. Questão - Até que ponto a construção de um provável Terminal de Uso Privado (TUP) pela Companhia Norte de Navegação e Portos (CIANPORT) na Ilha de Santana-AP implica em um benefício para a região pesquisada?

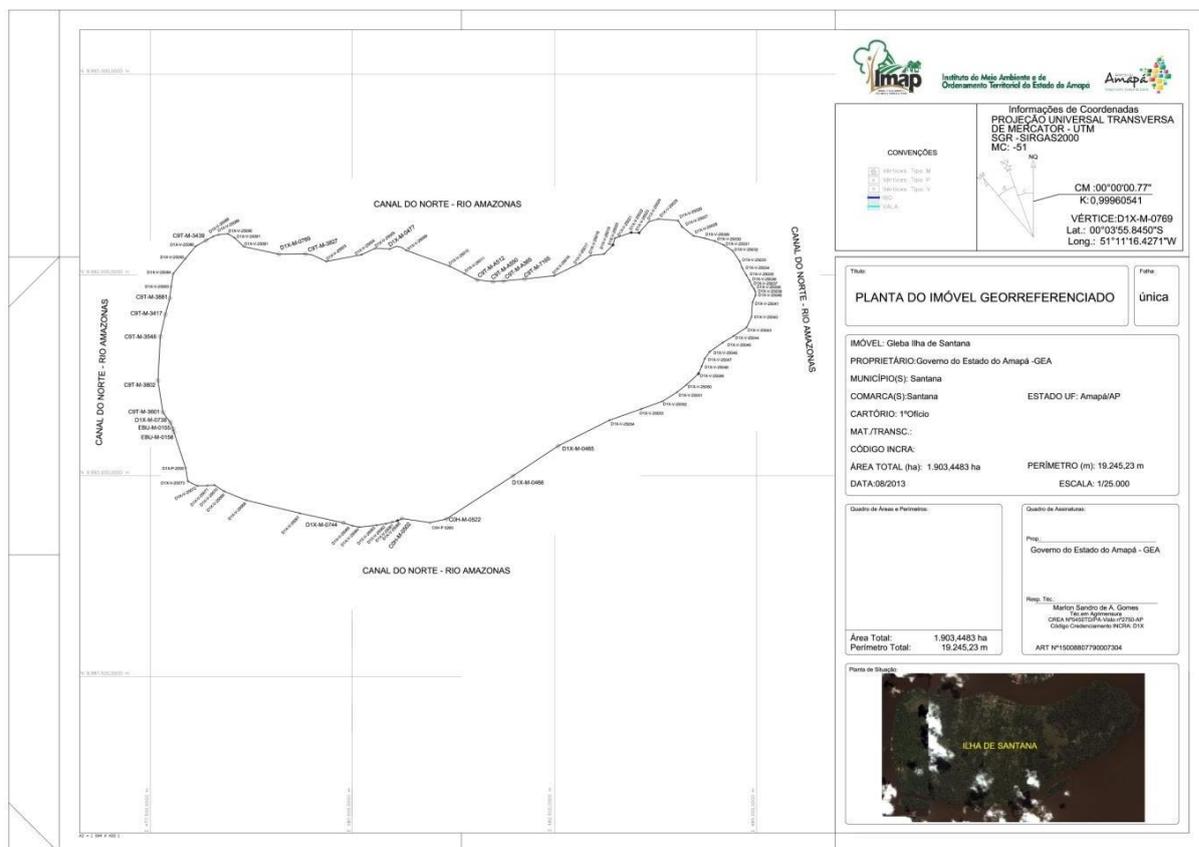
Resposta: *Se de fato acontecer a instalação do Terminal de Uso Privado na Ilha de Santana, a perspectiva é que venham juntos os benefícios para a localidade. Principalmente quanto ao saneamento básico e o melhoramento nos serviços de água e energia.*

17. Questão – Os serviços de fornecimento de água e energia na Ilha de Santana atendem as necessidades da população?

Resposta: *Infelizmente esses serviços não atendem as necessidades dos moradores da Ilha de Santana. Pois, o serviço de água não existe, são poços amazônicos feitos pelos próprios moradores. Não existe pelo menos um sistema isolado de água na Ilha. O sistema que tinha foi desativado pela CAESA. Quanto a energia, a mesma chega até a Ilha por meio de cabos aquáticos que vem do outro lado de Santana ou então o morador que tem um poder aquisitivo melhor compra o seu gerador de energia e os comerciantes de médio porte também tem gerador de energia. Esses são pontos de dificuldades para quem mora na Ilha de Santana. Quando o cabo transmissor de energia apresenta problemas, os moradores passam de dias sem energia e ainda tem que arcar com os prejuízos.*

APÊNDICES

APÊNDICE 1 – PLANTA DA ILHA DE SANTANA-AP



APÊNDICE 2 – REGISTRO EM CARTÓRIO DA ILHA DE SANTANA

CARTÓRIO
DE REGISTRO DE IMÓVEIS
Ofirney Sadala

REGISTRO DE IMÓVEIS
REGISTRO GERAL

Oficial Titular – Ofirney da Conceição Sadala

MATRÍCULA 73	FICHA 1	LIVRO Nº 2-A REGISTRO GERAL
------------------------	-------------------	--

CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS
OFIRNEY SADALA
18.605.614/0001-62

CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS
Oficial Titular
SANTANA-AP

IMÓVEL: Área de terra denominada "ILHA DE SANTANA", situada no Município de Santana, Estado do Amapá, medindo 2.114 ha, Perímetro: 19.850,00m (dezenove mil e oitocentos e cinquenta metros). **DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO:** Partindo do ponto-01, de coordenadas geográficas aproximadas de longitude 51°11'36" WGR e latitude 00°04'03" S, situado na Foz do Igarapé Pauta, desse segue sentido jusante, por uma distância aproximadas de 4.250,00m (quatro mil, duzentos e cinquenta metros), passando pelos Igarapés: Murutuvaizinho, até o ponto-02, de coordenadas geográficas aproximadas de longitude 51°09'24" WGR e latitude de 00°04'08" S, situado na Foz do Igarapé Carapinha, desse segue contornado a parte Leste da ilha, por uma distância aproximada de 3.900,00m (três mil e novecentos metros).